

Fabricio José Nazzari Vicoski

**O Alto Jacuí na Pré-História:
subsídios para uma arqueologia das fronteiras**

Passo Fundo, setembro de 2011

CIP – Catalogação na Publicação

- V641a Vicroski, Fabricio José Nazzari
O Alto Jacuí na Pré-História : subsídios para uma Arqueologia das fronteiras / Fabricio José Nazzari Vicroski. – 2011.
135 f. : il. ; 30 cm.
- Orientação: Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.
1. Arqueologia – Alto Jacuí (RS). 2. Rio Grande do Sul – História. 3. Geomorfologia. I. Golin, Tau, 1955-, orientador. II. Título.

CDU: 902

Catalogação: Bibliotecária Ângela Saadi Machado - CRB 10/1857

Fabricio José Nazzari Vicoski

**O Alto Jacuí na Pré-História:
subsídios para uma arqueologia das fronteiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin.

Passo Fundo

2011

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar minha gratidão e apreço por todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Meus agradecimentos ao prof. Dr. Tau Golin pela oportunidade de contar com a sua orientação, aos professores Gerson Trombetta, Pedro Ignácio Schmitz e Jairo Rogge pelas sugestões que enriqueceram o trabalho. Aos demais professores e colegas, e à Jênifer de Brum Palmeiras, secretária do PPGH/UPF. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudo. Agradeço à Vera Trommer Thaddeu pelas orientações em minha atuação profissional na área de arqueologia, que de forma indireta também contribuíram em meus estudos. Agradeço especialmente aos meus pais, que sempre incentivaram e proporcionaram o desenvolvimento de minha trajetória acadêmica. Expresso ainda minha gratidão à Dara pela parceria, e principalmente à minha esposa Cristine pelo companheirismo, compreensão, paciência e contribuição a esta pesquisa.

*"Gdy gaśnie pamięć ludzka,
dalej mówią kamienie".*

"Quando se apaga a memória humana, as
pedras começam a falar".

Stefan Wyszyński (1901 - 1981)

RESUMO

Apesar do considerável aumento quantitativo do fluxo de pesquisas arqueológicas observado no Rio Grande do Sul nos últimos anos, atualmente a bacia hidrográfica do Alto Jacuí figura entre as regiões sobre as quais dispomos de escassas informações acerca dos processos de povoamento humano ocorridos ao longo da pré-história. O objetivo desta pesquisa é sistematizar os dados arqueológicos, históricos e etnohistóricos, compondo um panorama geral da colonização pré-histórica da região. Os dados disponíveis nos permitem atribuir o início do povoamento aos grupos de caçadores-coletores que se instalaram nestas paisagens aproximadamente no início do período holocênico. Novas levas populacionais compostas por grupos ceramistas-horticultores teriam atingido a região há cerca de dois mil anos atrás, alterando consideravelmente a dinâmica de povoamento nos vales do Jacuí e nas matas de araucária do planalto. Sua inserção geográfica na porção centro-norte do Estado caracteriza a região como uma zona de convergência e transição de diversas características do meio físico e biótico. O tratamento analítico e interpretativo das informações nos permite atribuir um caráter de fronteira ao Alto Jacuí. As interações culturais entre as sociedades humanas pré-históricas se refletiam, entre outras instâncias, em sua cultura material. A perspectiva da arqueologia contextual nos permite integrar a semiologia e abordar a cultura material considerando também seu conteúdo simbólico no contexto cultural, onde a evidência de contato é também interpretada em razão de sua função social, como elemento identitário construído e articulado numa zona de fronteira.

Palavras-chave: Pré-História, Alto Jacuí, Arqueologia, Fronteira, Contato.

ABSTRACT

Even with the increase in archaeological research observed in Rio Grande do Sul in recent years, the watershed of the Alto Jacuí is among the regions we have little information about the processes of human settlement occurred along prehistory. The aim of this research is to systematize archaeological, historical and ethnohistorical data, giving an overview of prehistoric colonization of this region. The available data allow us to assign the beginning of occupation to the groups of hunters and gatherers who settled these landscapes around the beginning of the Holocene period. New population, composed of farmers and potters groups, would have come to the region about two thousand years ago, changing the dynamics of settlement in Jacuí valley and araucaria forests in the highlands. Its geographical localization in the north central portion of the State characterizes the region as a zone of convergence and transition of several characteristics of the physical and biotic environment. The analytical and interpretative processing of information allows us to ascribe a boundary character to the Alto Jacuí region. The cultural interactions between prehistoric human societies is reflected, among other instances, in their material culture. The contextual archaeology perspective allows us to integrate the semiotics considering the symbolic content of material culture in the cultural context, in which the evidence of contact is also interpreted as a result of their social function as an identity element constructed and articulated in a boundary zone.

Keywords: Prehistory, Alto Jacuí, Archaeology, Boundary, Contact.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Periodização da Pré-História na Região do Alto Uruguai.....	31
Figura 2 - Bacia Hidrográfica do Rio Grande do Sul.....	41
Figura 3 - Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí e seus principais afluentes.....	43
Figura 4 - Divisão Política da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí.....	44
Figura 5 - Animais da Megafauna extintos entre o Pleistoceno e Holoceno.....	50
Figura 6 - Configuração da paisagem ao final da última glaciação	51
Figura 7 - Configuração atual da paisagem no sul do país.....	55
Figura 8 - Conjunto de Sítios Arqueológicos com petroglifos no Rio Grande do Sul.....	59
Figura 9 - Painel com arte rupestre no sítio Abrigo do Barreiro – Ivorá/RS.....	60
Figura 10 - Detalhes dos petroglifos no Abrigo do Barreiro –Ivorá/RS	61
Figura 11 - Localização aproximada das 18 reduções do primeiro ciclo missionário	67
Figura 12 - Caminho das Missões cruzando as nascentes do rio Jacuí no detalhe.....	69
Figura 13 - Crânio do Homem de Toumai	74
Figura 14 - Possíveis rotas migratórias do <i>Homo Sapiens Sapiens</i>	78
Figura 15 - Exemplos de painéis com arte rupestre encontrados no Brasil.....	80
Figura 16 - Reconstituição do rosto de Luzia realizada com base em seu crânio	81
Figura 17 - Artefatos arqueológicos encontrados no Brasil (Acervo do Museu Nacional)	83
Figura 18 - Aspecto externo da paleotoca	87
Figura 19 - Principais etapas do processo de lascamento.....	92
Figura 20 - Elementos da indústria lítica e óssea associados a tradição Umbu	94
Figura 21 - Formas comuns de artefatos líticos da tradição Humaitá	96
Figura 22 - Artefatos líticos associados a tradição Humaitá	97
Figura 23 - Prováveis rotas de expansão da tradição Tupiguarani.....	99
Figura 24 - Sítios arqueológicos guarani na área de transição entre o Alto e o Baixo Jacuí	100
Figura 25 - Formas recorrentes na indústria oleira Tupiguarani	103
Figura 26 - Principais etapas do processo de confecção de um recipiente cerâmico.....	104
Figura 27 - Taquapi utilizado como bomba de chimarrão	106
Figura 28 - Indústria óssea guarani	107
Figura 29 - Indústria lítica associada aos horticultores guarani	108
Figura 30 - Representação de uma aldeia com casas subterrâneas	110
Figura 31 - Indústria lítica associada às casas subterrâneas	111
Figura 32 - Artefatos líticos polidos	112
Figura 33 - Tipologia recorrente na indústria oleira dos horticultores do planalto	113
Figura 34 - Prováveis rotas de deslocamento dos povos ceramistas	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escala geológica.....	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Antes do Presente

BP – Before Present

BPA – Banco de Portaria de Arqueologia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPA - Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas

COAJU - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul

IAP - Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP/UNISINOS)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEPA - Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas

LT – Linha de Transmissão

MG – Minas Gerais

NDH - Núcleo de Documentação Histórica do PPGH/UPF

PPGH/UPF – Programa de Pós-Graduação em História da UPF

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PUC - Pontifícia Universidade Católica

UCG - Universidade Católica de Goiás

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UHE – Usina Hidrelétrica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Univesidade Estadual Paulista

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF – Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONCEPÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	14
1.1 Arqueologia: contextualização e paradigmas teórico-conceituais.....	14
1.2 História e Pré-História: Conceituação e Periodização	23
1.3 Periodização da Pré-História no Alto Jacuí	29
1.4 A Delimitação do Espaço em Pesquisas Pré-Históricas	32
2 O ALTO JACUÍ E O CONTEXTO AMBIENTAL	40
2.1 Breve Caracterização da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí	40
2.2 O Paleoambiente no Período Pleistocênico	45
2.3 O Meio Físico e Biótico no Período Holecênico	51
3 FONTES DE PESQUISA	56
3.1 Histórico das Principais Pesquisas Arqueológicas	56
3.2 Referências Etnohistóricas.....	65
4 O SURGIMENTO DA ESPÉCIE HUMANA E SUA EXPANSÃO	73
4.1 O surgimento do homo <i>sapiens sapiens</i>	73
4.2 Expansão e chegada ao continente americano.....	76
4.3 Pré-História do Brasil	79
5 O ALTO JACUÍ NA PRÉ-HISTÓRIA	89
5.1 Caçadores-Coletores	89
5.2 Ceramistas-Horticultores	98
5.3 O Alto Jacuí como um espaço de fronteira.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Apesar do considerável aumento do fluxo de pesquisas arqueológicas observado no Rio Grande do Sul nos últimos anos, atualmente a bacia hidrográfica do Alto Jacuí figura entre as regiões sobre as quais dispomos de escassas informações acerca dos processos de povoamento humano ocorridos ao longo da pré-história. Em geral, foram desenvolvidos estudos de licenciamento arqueológico de forma pontual, raramente publicados e/ou articulados com os dados já produzidos, além de esporádicos estudos de arqueologia acadêmica, em sua maioria publicados. As pesquisas desenvolvidas sistematicamente desde meados do século XX privilegiaram, sobretudo, o baixo e o médio curso do Jacuí, com algumas exceções isoladas, a exemplo dos trabalhos realizados em virtude da implantação da UHE Dona Francisca, mesmo assim, circunscritos a extremidade sul da área em questão, eventualmente denominada de Médio Jacuí.

A insuficiência de informações se mostra ainda mais evidente nas terras altas do planalto médio e adjacências do interflúvio entre as nascentes dos rios do Peixe, Guaporé, Passo Fundo e Jacuí.

Diante deste cenário não dispomos de um esforço de sistematização e interpretação das esparsas informações. O objetivo desta pesquisa é suprir em parte esta lacuna, congregando os dados arqueológicos, históricos e etnohistóricos, compondo um panorama geral da colonização pré-histórica da região, articulando na medida do possível, uma tentativa inicial de interpretação da região do Alto Jacuí sob a perspectiva das fronteiras entre as populações pré-coloniais.

Os dados disponíveis nos permitem atribuir o início do povoamento aos grupos de caçadores-coletores que se instalaram nestas paisagens aproximadamente no início do período holocênico. Novas levas populacionais compostas por grupos ceramistas-horticultores teriam atingido a região há cerca de dois mil anos atrás, alterando consideravelmente a dinâmica de povoamento nos vales do Jacuí e nas matas de araucária do planalto. Sua inserção geográfica na porção centro-norte do Estado caracteriza a região como uma zona de convergência e transição de diversas características do meio físico e biótico.

O tratamento analítico e interpretativo das informações nos permite atribuir um caráter de fronteira ao Alto Jacuí. Com a definição dos padrões de assentamento destas populações, podemos relacionar cada grupo a um determinado ambiente, porém, a mobilidade sazonal, a fissão étnica, o crescimento populacional, a necessidade de expansão territorial, entre outros fatores, impulsionaram os fenômenos de contato nas áreas de limites entre esses ambientes.

As interações culturais entre as sociedades humanas pré-históricas se refletiam, entre outras instâncias, em sua cultura material. A perspectiva da arqueologia contextual nos permite integrar a semiologia e abordar a cultura material considerando também seu conteúdo simbólico no contexto cultural, onde a evidência de contato é também interpretada em razão de sua função social, como elemento identitário construído e articulado numa zona de fronteira. A interpretação das informações arqueológicas pautada sob este viés pode nos fornecer indícios acerca das formas de interação, integração e organização social ocorridas em áreas de fronteira.

Neste sentido, estruturamos a pesquisa em cinco capítulos, onde são apresentadas as concepções teórico-conceituais, a delimitação geográfica e temporal do objeto de estudos, as fontes utilizadas e o contexto de surgimento da espécie humana, sua expansão e a ocupação do Alto Jacuí.

No capítulo inicial, destacamos brevemente o desenvolvimento da ciência arqueológica e suas principais correntes teóricas, bem como as concepções de história e pré-história utilizadas, além de uma breve abordagem sobre a aplicabilidade do conceito de região em pesquisas arqueológicas.

O segundo capítulo é destinado à apresentação e descrição do Alto Jacuí. Levando em conta a abrangência temporal da pesquisa, consideramos válida uma apreciação sucinta do contexto ambiental, partindo desde o final da última glaciação no período pleistocênico, destacando seus principais aspectos relativos à fauna e flora, além de elementos paleoclimáticos, abrangendo o período holocênico, a configuração da paisagem e seus principais eventos climáticos.

As fontes bibliográficas e documentais que subsidiaram a elaboração de um panorama geral do povoamento pré-histórico do Alto Jacuí são abordadas no terceiro capítulo, onde compilamos os resultados das principais pesquisas arqueológicas, e realizamos o cruzamento dos dados bibliográficos e documentais de cunho etnohistórico e antropológico.

O penúltimo capítulo é destinado à ambientação da temática central, a partir de uma abordagem que compreende o período de tempo que vai desde o surgimento do homem, a saída do continente africano, e a chegada dos primeiros grupos humanos ao Brasil e Rio Grande do Sul.

Por fim, no capítulo final apresentamos um panorama geral dos processos de povoamento analisados sob a perspectiva do registro arqueológico e dos padrões de assentamento das populações pré-coloniais, de forma articulada às características do meio físico e biótico, onde contextualizamos o Alto Jacuí como uma importante rota de migração, difusão cultural e contato inter-étnico, enfim, uma zona de fronteira.

1. CONCEPÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Tendo em vista que o conhecimento humano não é absoluto, mas resultado de uma relação dialética em constante gestação, fruto de interpretações influenciadas por ideias, experiências, valores, entre outros fatores inerentes ao seu contexto histórico, é compreensível que determinados conceitos sejam interpretados ou até mesmo reformulados a fim de se adequar ao objeto de estudo. Percebe-se então que certas estruturas do conhecimento não são absolutas, no decorrer de uma pesquisa logo percebemos muitas palavras, conceitos e teorias com significados em constante mutação.

Partindo do pressuposto que, um indivíduo ao se expressar, dificilmente o faz de forma dissociada de suas concepções de mundo, mesmo que seu objetivo seja a imparcialidade, torna-se necessário esclarecer alguns conceitos e pressupostos teórico-conceituais que pautaram o desenvolvimento da presente pesquisa. Pretende-se neste capítulo inicial, elucidar brevemente o desenvolvimento da ciência arqueológica e suas principais correntes teóricas. Em seguida apresentamos as concepções de história e pré-história aqui utilizadas, e, por fim, realizamos uma breve abordagem sobre a aplicabilidade do conceito de região em pesquisas arqueológicas.

1.1 Arqueologia: contextualização e paradigmas teórico-conceituais

Em se tratando do estudo das populações pré-históricas, é praticamente impossível não recorrer à Arqueologia, uma ciência que desde seu surgimento tem contribuído de forma decisiva para a compreensão do passado remoto das sociedades.

A arqueologia se consolidou como uma ciência social no século XIX. Em sua origem etimológica significa o "estudo do antigo". As sociedades constituem seu foco de estudo, mais especificamente, ela se dedica ao estudo dos costumes, da cultura, do desenvolvimento evolutivo, enfim, do modo de vida das sociedades passadas, as quais não são necessariamente extintas, pois o passado recente de sociedades contemporâneas também fornece subsídios para a pesquisa arqueológica.

Quanto ao surgimento desta ciência e seu reconhecimento como tal, é evidente que seja resultado de um processo de amadurecimento. "A Arqueologia deve sua origem aos colecionadores de antiguidades. Somente no século XIX voltou-se para a pré-história e história, ocupando-se da reconstituição da história humana remota e ajudando historiadores a conhecer os períodos pouco esclarecidos pelos relatos escritos¹" (KACZANOWSKI & KOZŁOWSKI, 1998, p. 14).

Em seus primórdios, portanto, os colecionadores tiveram um papel importante. No entanto, neste período, não havia qualquer preocupação com uma análise mais acurada dos objetos. Eles apenas eram reunidos com o intuito de compor uma coleção, desconsiderando o fato de que uma análise detalhada dos vestígios no contexto em que foram encontrados poderia resultar no levantamento de informações acerca dos povos e culturas que desenvolveram tais objetos, permitindo realizar uma associação com sua origem e compreender, pelo menos parcialmente, o modo de vida destas populações, e não apenas constituir uma coleção de objetos sem qualquer relação com seus artífices.

Tal preocupação somente manifestou-se de forma expressiva quando lideranças políticas e econômicas perceberam certa conveniência no estabelecimento de relações entre as civilizações passadas e contemporâneas com o intuito de defender interesses nacionalistas e imperialistas. Para o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2003, p. 9-10), "a arqueologia surgiu no bojo do Imperialismo do século XIX, como um subproduto da expansão das potências coloniais européias e dos Estados Unidos, que procuravam enriquecer explorando outros territórios".

O imperialismo encontrava-se extremamente latente no século XIX. Países como Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão e Estados Unidos, desejavam estender seus domínios subjugando o maior número possível de povos e territórios, visando constituir verdadeiros impérios. A efervescência deste desejo imperialista, também chamado de neocolonialismo, acabou levando à eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Na época não havia territórios suficientes para serem colonizados, o desejo de expansão era praticamente ilimitado. Era preciso encontrar uma forma de legitimar a ação imperialista sobre territórios pertencentes a outros países. Vislumbrou-se uma possibilidade através da ciência arqueológica.

¹ As citações de originais escritos em língua inglesa, espanhola e polaca, foram traduzidas livremente pelo autor.

Neste período começaram a ser desenvolvidas algumas pesquisas com a finalidade de estabelecer um elo entre os atuais impérios e os povos do passado, ou seja, caso determinada nação provasse que seus ancestrais ocupavam o território de um país vizinho, e investissem na valorização de seus feitos reconhecendo-se como herdeiros daqueles antepassados, poderiam argumentar que tinham o direito primordial sobre determinada porção territorial. Numa outra faceta, nações dominadas poderiam fortalecer seu sentimento nacionalista, reconhecendo sua identidade e ensejando a independência.

A Itália, por exemplo, poderia lançar-se na conquista de territórios outrora dominados pelo Império Romano. Este projeto, inclusive, foi posto em prática pelo líder fascista Benito Mussolini, através de um regime político totalitário. Felizmente, sua iniciativa acabou sendo frustrada.

A relação entre arqueologia e política é muito estreita. Frequentemente a primeira é utilizada para legitimar a segunda. A "Arqueologia é sempre política, responde a necessidades político-ideológicas dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas" (CLIVE GABLE *apud* FUNARI, 2003, p. 100).

Para Philip L. Kohl, "o controle do passado propicia a legitimação do controle do presente"² (1998, p. 236). A partir do momento em que determinada cultura apresenta-se desprovida de conhecimento acerca de seu passado, cria-se um campo fértil para a introdução de ideologias políticas calcadas na manipulação da identidade nacional, posteriormente utilizada para legitimar eventuais práticas autoritárias ou até mesmo expandir domínios territoriais abarcando regiões caracterizadas pela pluralidade de identidades.

No âmbito das pesquisas arqueológicas orientadas sob este viés, as populações nativas eram vistas como provas vivas de estágios primitivos da humanidade, e qualquer elemento que representasse um desenvolvimento avançado da cultura local era prontamente relacionado à origens externas, remetendo preferencialmente às origens do colonizador.

Onde quer que os colonos europeus estivessem empenhados em estabelecer-se em meio a populações nativas, o desenvolvimento da arqueologia tinha muito em comum. Presumia-se que as sociedades nativas eram estáticas e as evidências de mudanças no registro arqueológico, quando notadas, eram atribuídas a migrações, e não ao dinamismo interno. O racismo subjacente a determinadas interpretações era sempre mais implícito que declarado. Fosse

² Tradução livre.

como fosse, a arqueologia colonialista servia à depreciação das sociedades nativas que os colonizadores europeus queriam dominar, ou substituir: oferecia aos colonizadores testemunhos de que, em tempos pré-históricos, faltara aos colonizados iniciativa para desenvolver-se por conta própria (TRIGGER, 2004, p. 141).

Percebe-se, uma forte relação entre política e arqueologia. "Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que dêem sustentação científica a essas pretensões" (FUNARI, 2003, p. 101).

No Brasil, temos como exemplo a ação imperialista dos Estados Unidos através da aplicação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), criado durante o período da ditadura militar, em parceria com instituições de pesquisas brasileiras, mas comandado pelos norte-americanos. Tal programa pretendia utilizar a arqueologia para fortalecer sua supremacia no continente, concedendo aos Estados Unidos uma espécie de "direito legítimo" sobre o restante do continente, o que não apenas justificaria como também legitimaria sua frequente política de intervenção em países latino-americanos.

O reflexo desta política é perceptível ainda hoje no senso comum da maioria dos brasileiros, segundo o qual as populações pré-históricas que aqui viviam não passavam de culturas arcaicas, sendo recorrente a busca de um ponto de referência para o imaginário do indígena americano na cultura estadunidense.

A atuação do PRONAPA foi ajustada aos pressupostos da escola teórica Histórico-Cultural, modelo extremamente difundido na arqueologia mundial até os dias atuais, pautado pela influência do evolucionismo cultural e dos preceitos do determinismo ecológico e ambiental. O projeto foi desenvolvido durante os anos de 1965 e 1970, sendo o responsável pela qualificação de muitos pesquisadores que se tornaram expoentes na arqueologia durante as décadas seguintes. Posteriormente teve sua continuidade num programa dedicado exclusivamente a pesquisas na Amazônia. No entanto, segundo Funari (2003, p. 26), seus coordenadores, "Betty Meggers e Clifford Evans treinaram alguns brasileiros em uma prática de campo defasada, sem nenhuma preocupação interpretativa, deixando de lado qualquer pretensão universitária".

Em termos de abrangência territorial, financiamento e sítios arqueológicos prospectados, este programa é singular, até o momento não foi superado. Betty Meggers

estendeu as pesquisas a outros países da "área de influência" dos Estados Unidos, a exemplo da Colômbia, Venezuela, México e Chile, este, assim como o Brasil, encontrava-se em pleno período da ditadura militar, sob o comando do Augusto Pinochet.

É notória a ação dos militares em relação a intelectuais que contestavam o regime. No caso da arqueologia não foi diferente. Alguns pesquisadores realmente comprometidos com desenvolvimento desta ciência, orientando-se sob uma ótica crítica e humanista, foram perseguidos e forçados a se exilar, sendo em seguida substituídos por outros arqueólogos representantes de uma produção científica compatível com os ideais do regime político vigente, os quais, obviamente, favoreciam o projeto norte-americano.

Houve, contudo, tentativas de se introduzir alternativas teóricas e metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no Brasil. Cabe destacar a importância da Missão Franco-Brasileira, coordenada por Anette Laming-Emperaire, iniciada na década de 1970 e atuante ainda hoje, sobretudo, no Piauí. É fruto de um convênio entre um centro de pesquisas francês e instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

A vertente arqueológica francesa, inspirada no estruturalismo, teve um grande desenvolvimento no período entre guerras. O arqueólogo André Leroi-Gourhan é considerado seu principal expoente, responsável pela introdução de métodos de pesquisa que conferem grande relevância a interpretação do contexto geral em que os vestígios arqueológicos são encontrados, contando com o auxílio de abordagens etnográficas. As descobertas resultantes da Missão Franco-Brasileira são de extrema importância, pois ampliou-se significativamente o conhecimento acerca do povoamento do continente americano.

No Brasil, além da influência das escolas teóricas histórico-cultural e francesa, percebemos o desenvolvimento de abordagens associadas a pelo menos outras duas tendências, a escola processual e a pós-processual.

A escola processual, também conhecida como Nova Arqueologia (*New Archaeology*), surgiu na década de 1960 nos EUA como reação ao caráter historicista da arqueologia histórico-cultural, considerada pouco analítica e meramente descritiva. Nesta corrente teórica, apoiada numa perspectiva processualista e funcionalista, a arqueologia é tratada como uma vertente da antropologia, privilegiando interpretações materialistas, onde as diversidades culturais adquirem pouca relevância (FUNARI, 2007). Defende a utilização de modelos interpretativos que conferem um caráter científico à análise dos processos culturais e das

mudanças ocorridas nas culturas arqueológicas, eixo central do trabalho do arqueólogo. Entre os principais responsáveis pela sua popularização encontramos o arqueólogo estadunidense Lewis Binford, que “identificava o objeto da arqueologia como sendo o mesmo tradicionalmente consignado à antropologia: explicar o amplo espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural” (TRIGGER, 2004, p. 287).

Por sua vez, a chamada arqueologia pós-processual ou contextual, capitaneada pelo inglês Ian Hodder, propicia uma reaproximação com a história, que neste momento já tem seu campo de atuação dilatado pelas propostas da Escola dos Annales e mais especificamente da Nova História, onde os aspectos culturais e os vestígios arqueológicos, entre outros elementos, adquirem um caráter de documento, propiciando novas interpretações. Seus postulados nortearam o desenvolvimento da presente pesquisa, tendo como principais implicações a interdisciplinaridade, a interpretação integrada dos vestígios arqueológicos com o contexto do meio físico, e, sobretudo, a possibilidade de considerar a importância dos elementos de ordem cultural no processo de estabelecimento de redes de interação e fronteiras sociais.

Esta nova postura teórico-metodológica de caráter interdisciplinar faz uso de técnicas de escavação em grande escala, a exemplo da corrente francesa, além de incorporar métodos de pesquisa oriundos de outras disciplinas capazes de contribuir para a interpretação contextual dos sítios e vestígios arqueológicos (biofatos, ecofatos, artefatos) e, conseqüentemente, dos processos de ocupação humana, buscando integrar os diversos achados num contexto de associação de informações.

Ao contrário da Nova Arqueologia, o pós-processualismo renuncia à busca pela verdade absoluta através do método científico. Procura estimular a pluralidade de interpretações e descarta a possibilidade de abordagens imparciais, enfatizando a necessidade de interpretar os vestígios materiais levando em conta a amplitude de seu contexto cultural. “O enfoque contextual baseia-se na convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica afim de compreender o significado de cada uma das suas partes” (TRIGGER, 2004, p. 340). Nesta conjuntura, uma abordagem apoiada na articulação dos elementos locais com o contexto regional produzirá um panorama abrangente das formas de ocupação e interação com o espaço.

Sob este viés, para reconstituir o modo de vida das gerações passadas, é preciso, antes de tudo, analisar a multiplicidade de vestígios por elas deixados, levando em conta, inclusive a função social da cultura material das populações pré-históricas. Neste caso, o conceito tradicional de documento histórico é relativizado, e passa a ser substituído por elementos de ordem cultural.

As definições de cultura são deveras abrangentes e variadas, “estabelecer uma conceituação de cultura que seja considerada unânime é praticamente uma tarefa impossível, já que as opiniões são tão diversas quanto a própria cultura” (MALLMANN VICROSKI, 2009, p. 9). Tendo em vista sua importância para esta pesquisa, nos deteremos rapidamente ao esclarecimento das concepções da terminologia aqui adotada.

Para Alfredo M. de Souza (1997, p. 41), cultura é um “termo polissêmico e de difícil apreensão, cultura pode ser entendida como cada uma das atividades humanas, seja representada por um objeto, utensílio ou artefato (cultura material), seja um costume, uma crença (cultura não material)”.

Entende-se por cultura material o conjunto de vestígios palpáveis resultantes da ação humana, seja uma pedra lascada, um recipiente cerâmico, um canal para desviar a água de um rio, um quilombo, uma moradia, as ruínas de uma antiga cidade, armas, utensílios domésticos, entre outros, enquanto a cultura imaterial abarca os elementos intangíveis, como uma canção, um poema, topônimos, culinária, tradições, festas, danças, organização social, religião, folclore, enfim, ambos os conceitos englobam praticamente toda e qualquer representação da atividade humana. Estes vestígios constituem, em certo ponto, o reflexo das sociedades que os produziram, e sua análise aliada à interpretação do contexto ambiental do sítio arqueológico permite realizar inferências acerca de seus valores, crenças, costumes, entre outros fatores.

Na arqueologia, sobretudo, na perspectiva histórico-cultural, o termo cultura também é utilizado como denominador de um conjunto de elementos semelhantes, resultantes das atividades humanas, que ocorre de forma associada e periódica, representando um determinado povo ocupando um espaço físico específico ao longo de um período temporal. Já para a Arqueologia Processual, a cultura é entendida como um sistema com atributos interativos que formam um conjunto, sua análise pode possibilitar a identificação de padrões de funcionamento de um organismo social.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi de grande valia a concepção de cultura atrelada ao conceito de documento histórico, onde qualquer forma de registro da presença humana na terra, seja ele material ou imaterial, é passível de análise, e passa a ser entendido como um documento.

Com a multiplicação dos documentos interpretativos sobre o passado, a história se ligou a outras ciências, preponderando hoje em certos trabalhos historiográficos a contribuição de “ciências auxiliares”, que possibilitaram aos historiadores o contato com fontes antes distantes da História e os levaram a assuntos mais específicos. As fontes históricas da cultura material humana ainda hoje estão ligadas à Arqueologia, pois, essa pretende cientificamente coletar vestígios materiais que o homem produziu e dotá-los de sentidos conectando interdisciplinarmente os conhecimentos que possam auxiliar nessa busca pelo passado (SANTOS, 2010, p. 221-222).

Nem todas as sociedades passadas nos legaram documentos escritos, neste caso os vestígios materiais e imateriais adquirem caráter de fonte documental, permitindo ampliar a construção do conhecimento acerca do cotidiano das sociedades humanas remotas. Segundo a concepção de Santos (2010, p. 224), a abordagem histórica orientada sob este viés recua “rumo ao passado longínquo do desenvolvimento social humano, à chamada Pré-História, que não deixou documentos escritos compreensíveis para a interpretação contemporânea do homem, mas construiu uma cultura material gigantesca e riquíssima”.

Cultura e documento são entendidos aqui como conceitos amplos, representando elementos dotados de historicidade. Podem apresentar variações e diferentes usos de acordo com os pressupostos das tendências teórico-conceituais.

Outro elemento a ser considerado no processo de definição e aplicação de determinados conceitos e procedimentos metodológicos está frequentemente relacionado aos objetivos da pesquisa. No caso específico do Brasil, o atrelamento da pesquisa arqueológica ao licenciamento ambiental é mais um fator a ser somado.

A partir da década de 1980, através de uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente³ (CONAMA), tornou-se obrigatório o desenvolvimento de estudos de impacto ambiental visando o licenciamento de empreendimentos potencialmente causadores de impactos negativos ao meio ambiente, como obras de infra-estrutura relacionadas à construção de usinas hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica,

aeroportos, gasodutos, ferrovias, aterros sanitários, entre outros. Incluiu-se nestes estudos a necessidade do desenvolvimento de programas de avaliação do patrimônio arqueológico ameaçado pelas obras, objetivando assim, "avaliar o grau de impactos que o patrimônio poderá sofrer, com a execução do empreendimento, propondo alternativas que minimizem as perdas" (CODEIRO, 2005, p. 42).

Os sítios arqueológicos, independente do local onde estão situados, seja em área pública ou privada, constituem bens da União, protegidos por Lei Federal. No caso de sítios arqueológicos ameaçados, torna-se imprescindível o desenvolvimento de um projeto que vise o resgate deste patrimônio. Os vestígios arqueológicos ali presentes deverão ser removidos e enviados para estudos, as informações resultantes de sua análise poderão retornar à sociedade. Seu acesso pode ser possibilitado através de instituições como museus, casas de cultura e universidades, em caso de inexistência de tais espaços, os responsáveis pelo empreendimento poderão, como contrapartida, possibilitar a criação de tais locais.

Esta legislação representou um importante avanço em termos de preservação ambiental, propiciando o desenvolvimento da chamada arqueologia de contrato e/ou arqueologia em obras de engenharia, aumentando consideravelmente o fluxo das pesquisas arqueológicas, até então limitadas ao meio acadêmico. A arqueologia de contrato possui suas limitações. Muitas vezes precisa se adequar a cronogramas incompatíveis, o espaço pesquisado é restrito, limita-se à área de influência do empreendimento, o que nem sempre corresponde à abrangência dos vestígios, resultando numa interpretação parcial do contexto arqueológico. Contudo, registram-se experiências positivas, onde são desenvolvidas pesquisas de qualidade, comprometidas com a construção e difusão do conhecimento, com contribuições significativas ao desenvolvimento da arqueologia no Brasil.

Esta conjuntura tem propiciado a aplicação de uma variedade de paradigmas e procedimentos teórico-metodológicos. As principais escolas aqui descritas ramificam-se em diversas correntes interpretativas. Segundo Funari (2007), este contexto de convivência entre diferentes e até mesmo contraditórias teorias arqueológicas, atualmente constitui uma característica salutar desta ciência.

Este breve panorama do desenvolvimento e afirmação da ciência arqueológica ora apresentado serviu para introduzirmos a temática bem como explicitar os posicionamentos

³ CONAMA N° 001/86, de 23 de janeiro de 1986.

teórico-conceituais adotados. Dentro das possibilidades teóricas descritas, e considerando a natureza da linha de pesquisa do programa de pós-graduação, tomamos como pressupostos norteadores ao desenvolvimento da presente pesquisa, os preceitos difundidos pela escola pós-processual ou contextual, que além de propiciar uma fecunda aproximação entre história e arqueologia, alinhada aos objetivos da pesquisa, também permite a ampliação das possibilidades interpretativas e da inserção dos elementos analisados num contexto amplo e articulado com elementos de ordem imaterial.

1.2 História e Pré-história: Conceituação e Periodização

Ao iniciarmos uma investigação sobre o passado humano remoto, logo percebemos a variabilidade de alguns conceitos. Dentre os mais polêmicos, certamente, podemos citar o termo pré-história, discutível tanto pela sua frágil fundamentação como pela sua aplicabilidade em contextos distintos de sua utilização original. A fim de elucidar e, sobretudo, fundamentar a definição de pré-história aqui adotada, abordaremos brevemente alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento científico do conhecimento histórico.

As discussões em torno das metodologias e técnicas utilizadas para a produção historiográfica produziram uma série de reflexões que possuem hoje sua própria trajetória histórica, onde argumenta-se não apenas sobre sua significação, métodos e funções, mas também sobre a classificação ou não da história como ciência.

Em sua origem etimológica, a palavra história significa investigação. Atualmente a utilizamos para definir o estudo da ação humana ao longo dos tempos. Para Edward Carr (1996), a definição de história é uma concepção particular, e pode variar de acordo com a visão que cada um tem de seu tempo e da sociedade em que está inserido.

Devemos considerar a importância do conhecimento acerca da existência humana e as formas de interação com o mundo. Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawn "o passado e a História podem e são usados para legitimar ações do presente, ações políticas de diferentes cunhos, nacionalistas, étnicos, etc" (*apud* Silva & Silva 2006, p.184).

Há também as concepções de história que buscam questionar sua cientificidade, como as abordagens defendidas por Paul Veyne e Hayden White, onde é rotulada como um gênero literário, comparável à ficção. Portanto, mais próxima da arte do que da ciência, relativizando assim, a cientificidade histórica como único conhecimento possível. Já no entendimento de Borges (2007), história pode ser entendida como a totalidade dos acontecimentos ocorridos no universo, suas constantes transformações e o estudo destes eventos.

Desde seus primórdios, a função atribuída à história foi a de fornecer à sociedade informações acerca das transformações ocorridas ao longo do tempo, e o papel do homem nestas mudanças, ou seja, a história busca uma explicação sobre ela mesma (BORGES, 2007).

Não podemos apresentar uma definição rígida para a história, em virtude de sua conceituação variável. A própria discussão em torno de sua classificação insere-se numa perspectiva de constante mutação, atrelada a transformações de caráter social, político e cultural. Estes fatores, no entanto, não impedem que a pesquisa histórica seja desenvolvida, independentemente de sua classificação como ciência ou disciplina, ela possui valor social. É necessário, porém, delimitar o foco da abordagem e a corrente historiográfica a ser adotada, permitindo uma análise coerente do objeto de pesquisa.

Nos servimos dos pressupostos conceituais da Nova História, visando a pluridisciplinaridade, sobretudo, a aproximação entre história e arqueologia, além de sua concepção de que toda atividade humana é portadora de história, bem como a possibilidade de ampliação do conceito de documento histórico, onde o registro arqueológico pode ser visto como documentação involuntária.

Nesta concepção, preconizada pela Escola dos Annales, a história é vista como uma ciência. A Nova História representa uma renovação na concepção de tempo e história, busca uma aproximação com as demais ciências sociais e serve-se de todas as fontes documentais para preencher as lacunas no conhecimento, integrando assim o registro arqueológico, etnohistórico, pictográfico, iconográfico, oral, enfim, toda forma de registro material e imaterial, privilegiando a documentação massiva e involuntária em detrimento da documentação oficial.

A Escola dos Annales mudou radicalmente o conceito de interpretação histórica e conseqüentemente a noção de documento como fonte fidedigna do passado histórico. Os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores dos Annales renovaram totalmente as fontes documentais, agora vistas como

tudo o que o homem fez, e não apenas aquilo que escreveu. Não havia mais o documento verdadeiro e inquestionável, pois, tudo o que a humanidade produziu nas suas mais variadas formas agora era visto como fonte de interpretação, como formas de representação da mentalidade humana, e foram produzidas voluntária ou involuntariamente para representá-los. Para os fundadores dos Annales as reflexões sobre a História teriam que ter um caráter interdisciplinar e a gama de possibilidades de se fazer um trabalho historiográfico agora passaria por vários domínios científicos (SANTOS, 2010, p. 223-224).

Além de dilatar a abrangência do conceito de documento histórico, o estudo do passado das sociedades americanas exige que se faça alguns esclarecimentos, sobretudo, com relação a periodização da história ocidental. Em virtude da colonização do continente americano pelos europeus, sua história sempre foi atrelada à sociedade européia, tida como central e padrão de desenvolvimento, em detrimento da valorização das sociedades nativas com conhecimento histórico baseado na oralidade.

Buscou-se na história européia, acontecimentos importantes para serem tomados como marcos históricos da evolução humana, estabelecendo-se assim uma linha de evolução cronológica.

Em função disso, no Ocidente, tornou-se tradicional seguir a divisão da história baseada nos marcos da história européia, em: **Idade Antiga**, **Idade Média**, **Idade Moderna** e **Idade Contemporânea**. O marco inicial corresponde à invenção da escrita, por volta de 5000 a.C. Toda a trajetória anterior dos homens, desde o aparecimento dos hominídeos sobre a face da Terra, tem sido tradicionalmente denominada de **Pré-história** (MOTA & BRAICK, 2005, p. 14).

Evidente que não só a história antiga das sociedades locais, mas a própria população autóctone em geral foi desconsiderada. As relações de alteridade entre nativos e europeus predominantemente acabaram refletindo no mundo ocidental o ponto de vista do colonizador, que, salvo raras exceções, qualificou os povos americanos como inferiores, em comparação com a sociedade européia, a qual tomavam como referência exemplar. Este pensamento eurocêntrico, revestido de preconceito, presente na sociedade ocidental, impregnou a historiografia da época, sendo perpetuado ainda hoje, mesmo com menor intensidade, pode ainda ser percebido em livros e até mesmo em políticas públicas que desconsideram os

remanescentes destas populações, muitas vezes pela mesma razão de outrora, a incompreensão e consequente desvalorização de sua organização social.

Os processos de desenvolvimento das sociedades humanas observados no continente americano são distintos daqueles ocorridos na Europa (onde tampouco foram homogêneos). Conseqüentemente, a aplicação de uma cronologia histórica eurocêntrica para a América seria de pouca serventia. Um exemplo da fragilidade desta cronologia - questionada inicialmente por Claude Lévy Strauss e Marcel Mauss - é a divisão entre pré-história e história, tendo como marco delimitador a invenção da escrita. Além de não produzir resultados satisfatórios ainda contribui para o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade em relação à pré-história, sugerindo a existência de uma organização social arcaica entre as populações ágrafas, desconsiderando a complexidade de sua cultura e as diversas formas de comunicação existentes.

Existe uma certa dose de preconceito nessa definição, que coloca à margem da história todos os povos que não fazem uso da escrita. Hoje em dia, existem grupamentos que desconhecem a escrita e, apesar disso, são agentes de sua própria história. A mesma coisa ocorreu no passado. Sendo assim, se acreditarmos que o *sujeito* da História é o *homem*, então ele fez história desde que surgiu no planeta (MOTA & BRAICK, 2005, p. 14).

Os problemas de incompatibilidade resultantes da aplicação desta cronologia para o estudo da pré-história em nosso continente são inúmeros. No caso do Brasil, o "fim" da pré-história e o "início" da história possuem até mesmo uma data estabelecida: um fim de tarde, no dia 22 de abril de 1500; ou seja, o dia da chegada dos portugueses em território brasileiro, quando desembarcaram trouxeram consigo a escrita. Isto se considerarmos que esta data realmente corresponda à chegada dos portugueses em solo brasileiro, já que nas últimas décadas as revisões historiográficas acerca do período das grandes navegações resultaram em importantes contribuições e reformulações.

A versão tida como oficial, até pouco tempo transmitida pelos livros de história e difundida nas escolas brasileiras, dão conta de que a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral teria chegado ao Brasil por mero acaso, devido a um desvio de rota. Hoje esta idéia é amplamente refutada, as pesquisas apontam não apenas para o caráter sigiloso e premeditado da expedição, como também para a chegada do europeu ao Brasil antes mesmo de 1500. O

que se percebe é uma tendência ao enfraquecimento desta visão tradicional, onde apenas o europeu é o sujeito da história. Certamente, a chegada dos portugueses inaugurou um novo período nos processos de ocupação deste território, mas isto não se deve apenas ao surgimento da escrita, mas sim a uma série de mudanças resultantes do processo de colonização.

Os colonizadores europeus acreditavam que a história era feita somente a partir do estudo dos documentos escritos, e, portanto, determinaram a periodização corrente. Segundo T. Cuyler Young Jr. (1988), a distinção feita entre história e pré-história não segue nenhum critério prático significativo. A utilização do surgimento da escrita como marco divisor é artificial e de pouca serventia, já que a escrita constitui apenas uma entre tantas outras formas de comunicação utilizadas pela humanidade ao longo de sua existência. Hoje possuímos indícios suficientes que atestam a utilização da escrita em continente americano antes da chegada dos colonizadores, até mesmo no Brasil. "Na verdade, muitos povos americanos tinham sistemas de registros comparáveis à escrita, como os povos nambiquaras e tupis, na forma de pinturas corporais, adereços e decorações de objetos" (FUNARI & NOELLI, 2002, p.13).

O estabelecimento de marcos históricos com o intuito de se delinear a trajetória humana na terra foi elaborado com o propósito de facilitar a pesquisa e o diálogo entre os pesquisadores. Todavia, é preciso esclarecer que a evolução humana, em termos do desenvolvimento de sua adaptabilidade ao meio físico e social, nem sempre ocorreu de forma sistemática em todas as partes do mundo, havendo assim ressalvas à generalização de determinadas classificações. Contudo, quando bem utilizada, uma cronologia histórica pode contribuir para o desenvolvimento das pesquisas. Por isso não devemos descartar tal critério, nem tampouco aplicá-lo de forma indiscriminada. É preciso, antes, avaliar sua compatibilidade com o contexto histórico em questão, e, quando necessário, reestruturá-lo.

Ao tratar da pré-história do Brasil, Funari e Noelli (2002) discorrem inicialmente sobre o que é o Brasil. Este país, como o conhecemos hoje, ou seja, com a atual organização social, política e econômica teve seus primórdios no ano de 1822, quando foi proclamada sua independência.

[...] o Brasil é uma invenção, por assim dizer, recente e que quando se fala em "Brasil colonial", como aprendemos na escola e nos livros, estamos transpondo para o passado um conceito de nação brasileira que é nosso, de

nossa época, para um período em que não existia o país (FUNARI & NOELLI, 2002, p.10).

De certa forma, poderíamos denominar de pré-história o período que vai desde o surgimento do homem neste território até a proclamação da independência no ano de 1822 (FUNARI & NOELLI, 2002). Atualmente dispomos de uma variedade de denominações para designar este período histórico. Dentre os mais usuais temos a *história pré-colonial*, *história indígena*, *história pré-cabralina* ou *história antiga americana*, que surgem como alternativas à utilização da nomenclatura tradicional, com o intuito de extinguir ou pelo menos amenizar a conotação pejorativa que o termo *pré-história* adquiriu ao longo do tempo. Tais denominações podem ser tratadas como sinônimos, sem prejuízos à pesquisa histórica, o que na prática já vem sendo observado de forma progressiva na historiografia contemporânea.

É preciso considerar que os significados e juízos de valor não são inerentes às palavras, mas atribuídos de forma a corresponder à necessidade de comunicação da sociedade, de maneira que valores e preconceitos podem migrar de uma expressão à outra, já que a simples substituição de palavras não garante a troca de significados com relação ao elemento a ser denominado.

No caso da pré-história, não apenas a expressão tem sido usada como sinônimo de algo arcaico, mas, sobretudo, o período histórico a que se refere e as populações humanas representativas deste contexto, tornando mais coerente a utilização contextualizada do termo a fim de reforçar sua imagem positiva, ao invés de promover sua substituição por termos que eventualmente poderão perpetuar as mesmas concepções de cunho negativo, privilegiando assim a desvinculação da imagem pejorativa da sociedade em relação ao período pré-histórico e não somente em relação à terminologia a ele relacionada. Em virtude da consolidação da expressão *pré-história* no meio acadêmico, e sua utilização recorrente na bibliografia consultada, optamos pela manutenção do termo ajustando-o de acordo com as perspectivas teóricas adotadas e o contexto histórico em questão.

1.3 Periodização da Pré-História no Alto Jacuí

É consensual que a colonização do Brasil não ocorreu de maneira uniforme em todas as regiões. Ainda hoje existem áreas praticamente inabitadas. Sob esta perspectiva, a fim de delimitar temporalmente as pesquisas históricas e arqueológicas, torna-se útil o estabelecimento de uma cronologia para a região do Alto Jacuí. A proposta do estabelecimento de uma periodização histórica visa apenas facilitar o estudo dos processos de ocupação humana, buscando constituir uma cronologia compatível com o contexto regional, fundamentada, sobretudo, em pesquisas arqueológicas, etno-históricas e históricas.

Naturalmente não se trata de uma periodização invariável nem tampouco definitiva, já que foi estabelecida com o intuito de delimitar temporalmente a presente pesquisa, com base nas informações disponíveis. Contudo, os dados levantados não são absolutos. Futuras abordagens desenvolvidas sob novas perspectivas ou até mesmo a continuidade das pesquisas arqueológicas na região eventualmente poderão subsidiar a reformulação ou complementação desta cronologia.

O conceito de pré-história regional aqui adotado deve ser entendido como um período da história que vai desde os primórdios do povoamento humano do Alto Jacuí, partindo da transição entre o pleistoceno e holoceno, até o momento em que iniciou a colonização efetiva da região pelos imigrantes europeus. Nesta época as populações nativas viram-se definitivamente forçadas a abandonar seu modo de vida tradicional, enfraquecendo sua identidade cultural e, portanto, dando início ao processo de desaculturação dos grupos indígenas. Sob esta ótica, este termo pode ser entendido como sinônimo de história pré-colonial, com enfoque regional, englobando, portanto, todo o período de tempo correspondente ao povoamento humano anterior a chegada do colonizador europeu a partir do século XVI.

É uma cronologia pautada por dois extremos, onde a data mais antiga remete aos primórdios da ocupação humana. Diante da insuficiência de datações de sítios arqueológicos relativos ao período pleistocênico na bacia do Alto Jacuí, tomar-se-á como referência o

contexto de ocupação do Rio Grande do Sul, com datações oscilando em torno de doze mil anos AP (Antes do Presente⁴).

No outro extremo desta cronologia, pontuamos os primeiros sinais da presença do colonizador europeu no Rio Grande do Sul, neste primeiro momento representados predominantemente pelos portugueses e espanhóis. O século XVI representa os primórdios do contato entre nativos e europeus, ainda que esporádico. Sua presença só foi registrada de forma efetiva a partir do século XVII. Evidentemente a penetração do colonizador no Estado não ocorreu de forma análoga em todas as regiões, tampouco dispomos de subsídios documentais que possibilitem a realização de inferências precisas sobre o impacto decorrente dos primeiros contatos no cotidiano das sociedades locais. No entanto, sabemos que a chegada do elemento europeu reduziu as fronteiras indígenas, sejam elas culturais ou políticas, promovendo alterações substanciais na dinâmica das populações locais.

Para a pesquisadora Ítala Basile Becker, ao tratar do Rio Grande do Sul como um todo “o processo geral de colonização, responsável pelas mudanças, começa no século XVI com os portugueses e espanhóis, terminando, em tese, com os alemães no século XIX” (*apud* SCHMITZ, 1991, p. 136). Especificamente para a região do Alto Jacuí, além da presença de imigrantes germânicos, foi observada em grande escala a chegada de outros grupos étnicos ao longo dos séculos XIX e XX, provenientes principalmente da península itálica e da Europa Central. O século XVI constituiu-se como o marco inicial do processo de transição entre o período pré-histórico (marcado pela autonomia das populações nativas) e o período histórico (pautado pela emergência da colonização européia e o declínio do modo de vida tradicional das populações indígenas).

Entre os dois extremos cronológicos apresentados, assinalamos ainda as importantes transformações ambientais observadas no holoceno médio e final (Ótimo Climático) e a emergência das sociedades de ceramistas-horticultores, representada pelas migrações de populações associadas às famílias linguísticas tupi-guarani e jê meridional.

Com base nos elementos apresentados, foi possível compor uma periodização para a pré-história na região do Alto Jacuí (Ver figura 1), visando situar temporalmente as sociedades humanas ora pesquisadas.

⁴ A sigla A. P. é utilizada como abreviação da expressão Antes do Presente. Entende-se por presente o ano de 1950, em menção à década em que foi descoberto o método de datação através do carbono 14.

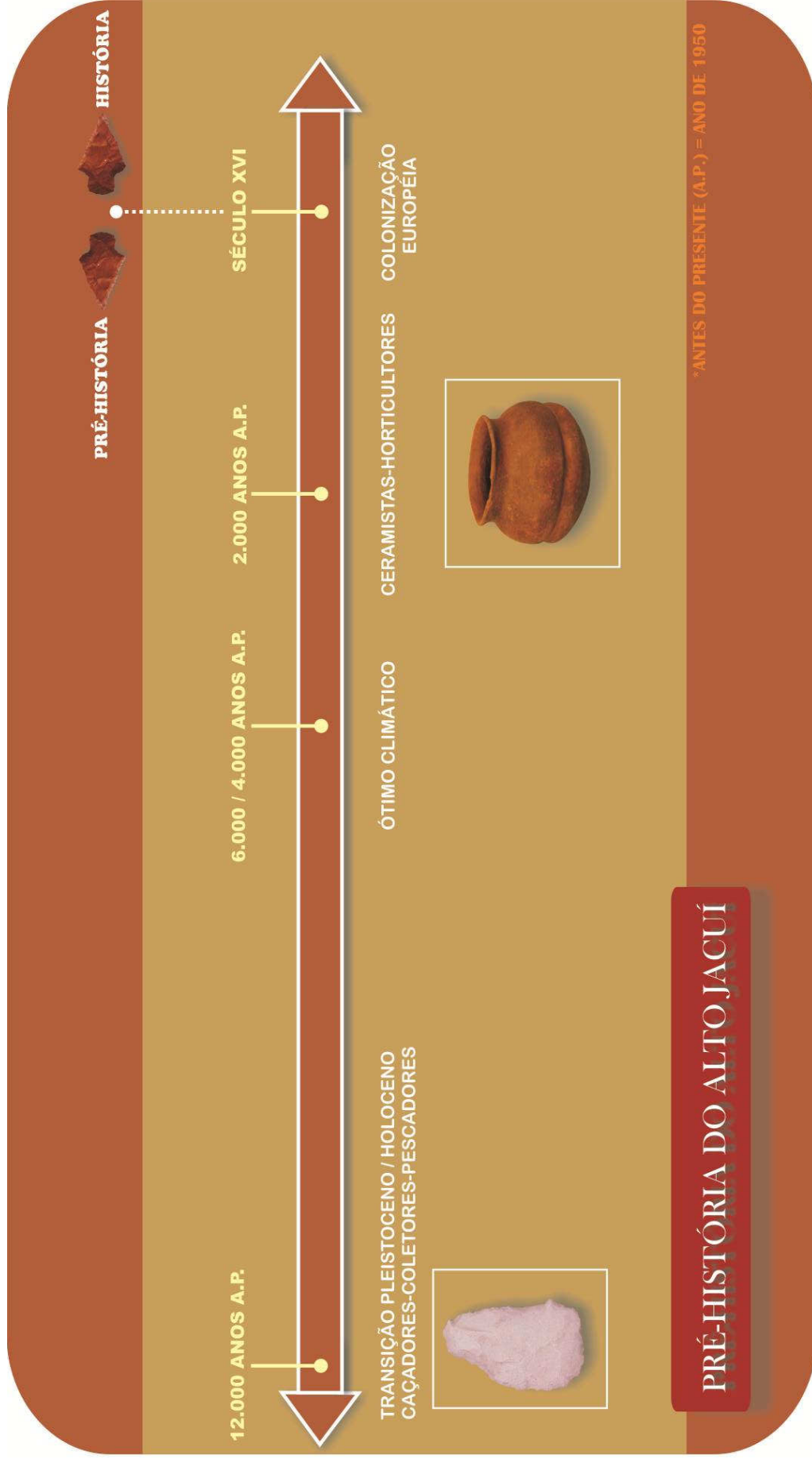


Figura 1 - Periodização da Pré-História na região do Alto Jacuí

O estabelecimento desta periodização foi suscitado pela necessidade de delimitar cronologicamente o objeto de estudos, compondo um cenário correspondente ao contexto da ocupação humana da região. Cabe salientar que os processos de desenvolvimento humano não ocorrem de forma sistemática, seguindo padrões pré-estabelecidos, por isso a cronologia apresentada não pretende ser absoluta, nem tampouco definitiva, poderá ser complementada e/ou reformulada de acordo com as necessidades e/ou objetivos de eventuais pesquisas futuras.

1.4 A Delimitação do Espaço em Pesquisas Pré-Históricas

Pesquisas de cunho histórico e arqueológico exigem dos pesquisadores uma capacidade de renúncia de preceitos culturais que lhes acompanham praticamente desde seu nascimento. Tal desprendimento se faz necessário a fim de não cometer análises errôneas de fatos históricos ou comportamentos intrínsecos a determinadas épocas e sociedades, impedindo a aplicação de um referencial de sociedade contemporânea incompatível com a época e o objeto de estudos, evitando anacronismos.

Naturalmente tal exercício nem sempre é possível da forma como desejamos, pois o pesquisador muitas vezes se vê impossibilitado de abdicar de determinados procedimentos, eles estão embutidos no processo de escolha do tema de pesquisa, ou ainda nos métodos e técnicas a serem utilizados. Quanto mais recuado no tempo estiver o elemento estudado, mais difícil se tornará esta tarefa. Nem sempre teremos a nossa disposição informações precisas sobre a forma de pensamento e organização social, política e econômica de sociedades antigas.

Este é um problema recorrente entre arqueólogos e pré-historiadores, com exceção da arqueologia histórica que se ocupa do passado recente de sociedades contemporâneas. Apesar dos avanços proporcionados pela ciência arqueológica nas últimas décadas, ainda há lacunas que dificilmente serão preenchidas quando se trata do estudo de sociedades pré-históricas.

Nas próximas páginas, pretende-se discorrer brevemente sobre os paradigmas que envolvem a definição e aplicação de um conceito de região compatível com a realidade

estudada, e sua relação com a delimitação de áreas arqueológicas como recorte espacial aplicado às pesquisas pré-históricas. De acordo com Viscardi (s/d, p. 85) “um dos primeiros problemas com o qual se defronta o pesquisador em história regional refere-se à definição de região. Um segundo problema, decorrente do primeiro, refere-se aos critérios definidores do espaço regional”.

Ao estabelecermos um recorte espacial a determinado objeto de estudos é preciso, antes de mais nada, justificarmos nossa escolha e esclarecermos nossas acepções quanto aos critérios definidores do espaço regional em foco. Segundo Heredia (1996), apesar das ciências sociais fazerem uso de uma mesma terminologia, não se tem uma linguagem comum. Por isso é preciso esclarecer os conceitos, bem como seu sentido e contexto, sobretudo, quando ocupam um lugar de destaque no discurso.

Houve um tempo na pesquisa histórica em que se falava de região sem que os historiadores se perguntassem nem averiguassem seu real significado. Quando muito, recorriam à geografia política tradicional, lançando-se assim a reconstruir questões históricas de determinados setores do planeta delimitados por coordenadas geodésicas ou por tratados políticos, denominando tais estudos de “história regional” (HEREDIA, 1996).

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

Segundo a concepção de Vera Silva (*apud* VISCARDI, s/d, p. 87), “para se delimitar uma região, não se deve levar em conta só os aspectos jurídicos-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, mas, os de ordem social e, sobretudo, política”. Sabemos que as demarcações políticas atuais inexistiam em tempos pré-históricos, portanto, em nada correspondiam aos limites espaciais adotados pelas populações pré-coloniais. As nossas fronteiras municipais, regionais e/ou estaduais não teriam nenhum sentido para estes habitantes remotos, os quais, de acordo com o entendimento atual, procuravam estabelecer suas áreas de domínio guiando-se geralmente por limites físicos naturais, como rios, serras,

vales, vegetação, além de fatores como disponibilidade de alimentos, matéria-prima para confecção de utensílios, clima, entre outros fatores.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade humana, diversas etapas evolutivas propiciaram o progresso até seu estágio atual, ampliando as possibilidades de interação com a natureza e, conseqüentemente, promovendo alterações na forma de lidarmos com o meio que nos circunda, seja ele de ordem física ou social.

As transformações climáticas ocorridas ao longo do período holocênico⁵ propiciaram a transição dos grupos humanos estruturados como caçadores-coletores nômades para ceramistas-horticultores sedentários ou semi-sedentários. Em decorrência deste desenvolvimento gradual ocorreram diversas mudanças, entre as quais pode-se citar a produção de excedentes alimentares que propiciaram o escambo e acabaram por estimular as primeiras relações comerciais, e por conseguinte a necessidade de domínio ou delimitação de fronteiras resguardando determinadas porções territoriais, alterando de forma substancial a relação do homem com a natureza. Desde então a vastidão territorial do planeta e a necessidade comum de utilização dos recursos naturais não parecem constituir argumentos válidos ao estabelecimento das formas de ocupação e domínio de territórios. Tal impasse deve-se em grande parte à variedade de fatores que contribuem para a definição do conceito de região. Segundo o entendimento desenvolvido pela geografia crítica a partir dos anos 1950, “uma região se organiza a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, principalmente através do seu trabalho, resultando dessa troca espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas” (REICHEL, 2006, p. 44). Da mesma forma, a história contribui para a definição do conceito de região, quando “ela destaca que as relações sociais, fundamentadas nas experiências vividas, nas ideias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si, bem como a cultura por eles produzida, são igualmente importantes para configurar um espaço delimitado ou, em outras palavras, para definir uma região” (REICHEL, 2006, p. 44).

O processo de delimitação de uma região é extremamente dinâmico, envolto numa série de elementos resultantes das formas de ocupação do espaço ao longo do tempo. Estendendo a discussão para a definição do conceito de fronteira, logo veremos que se trata de um fenômeno ainda mais complexo, pois além da “fronteira formal da linha, existem as

⁵ Período geológico iniciado há aproximadamente dez mil anos.

fronteiras econômicas, sociais, culturais, ambientais, que podem limitar mais que a divisória” (GOLIN, 2002-2004, p. 15).

Para Ilmar Mattos, “o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores. Seus limites, antes de serem geográficos, são limites sociais” (apud VISCARDI, s/d, p. 87). A identidade tem, portanto, fundamental importância neste processo, na medida em que através da manutenção de símbolos e rituais nutre, transmite e reforça a memória da construção histórica da região.

Cabe salientar a multiplicidade de elementos que contribuem para a definição do conceito de região, destacando ainda a subjetividade de tais fatores, que também não são estáticos nem tampouco aplicáveis a todas as culturas.

[...] nem todas as fronteiras e nem todos os componentes de qualquer fronteira são tão objetivamente manifestos. Pode-se pensar nelas, em vez disso, como existentes nas mentes de seus observadores. As fronteiras têm caráter simbólico e envolvem diferentes significados de um povo para outro (GUIBERNAU, 1997, p. 91).

Heredia (1996) destaca a importância da concepção de região não apenas como um marco geográfico, mas sim como uma categoria de análise, um espaço habitado e modificado pelo homem, onde se desenvolvem suas relações sociais, constituindo, portanto, uma categoria de conhecimento do homem e não da natureza. O autor salienta também a importância do imaginário neste processo, de grande utilidade para recriar o meio natural e assim convertê-lo em uma idéia, em um conceito. O processo de construção de uma região não deve ser entendido como espontâneo ou desinteressado, mas sim como uma imagem construída pelos povos que habitam o espaço, imagem esta vinculada à apropriação, posse e proteção das fontes indispensáveis à sua sobrevivência, ao bem-estar e desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade (HERERIA, 1996).

Com uma certa ousadia poderíamos dizer que o espaço é a ideia e a base com a qual o homem forma o conceito de região, ou seja, é uma criação do homem elaborada a partir de um olhar contemplativo e, portanto, subjetivo, do meio circundante, isto é, daquele meio em que cada homem se sente como eixo e centro. Basicamente, em nível de inteligência, a região é a ideia – ou a composição sistemática do conhecimento – que se tem do meio ou do

próprio ambiente, cuja extensão física e concreta compreende, obviamente, todo o espaço em cuja compreensão o homem reconhece a persistência e o predomínio daquilo que lhe pertence, que lhe é familiar (HEREDIA, 1996, p. 296-297).

A região pode ser entendida como resultado de um processo histórico e dinâmico, com aguda contribuição do imaginário, onde o homem elabora sua imagem subjetiva do meio que o cerca. Seus limites estendem-se até onde o povo (que compartilha de uma mesma imagem de região) reconhece a presença daquilo que é seu, ou seja, daquilo que lhe é identificável e com o que cada indivíduo se identifica. A hegemonia sobre este território constitui-se num requisito fundamental à formação da identidade de um povo.

Comumente as pesquisas arqueológicas são realizadas dentro de limites espaciais jurídicos-administrativos e econômicos, ou, de forma mais coerente balizado por limites físicos, como compartimentos topográficos, bacias hidrográficas, serras, litoral, planalto, entre outros. A opção por um recorte regional limitado de forma artificial por fronteiras políticas não constitui necessariamente um problema, desde que sejam feitas as devidas ressalvas e que a análise esteja articulada com o contexto geral correspondente. Viscardi referindo-se a um problema recorrente no enfoque regional diz que “a região tende a vir isolada do contexto em que se insere. Poucas ou nenhuma relações são feitas com outras regiões ou com a totalidade” (s/d, p. 95).

Este problema muitas vezes é transferido ao processo de delimitação de uma região em pesquisas pré-históricas, onde o estudo de determinadas sociedades limita-se a áreas demarcadas por processos político-administrativos contemporâneos, desarticuladas do contexto macro.

Se não podemos obter informações suficientes sobre os fatores determinantes dos domínios territoriais regionais utilizados pelas populações pré-históricas, devemos, ao menos, considerar que, independente da cultura estudada, a visão de região deve exceder do concreto e físico para o dinâmico e flutuante, considerando assim a região como um fenômeno histórico (HEREDIA, 1996).

Colin Renfrew e Paul Bahn destacam a importância da delimitação da área de estudo como etapa inicial da pesquisa, para então proceder a coleta de dados de acordo com a escala correspondente. "Em primeiro lugar, devemos delimitar a região a ser estudada: as suas

fronteiras podem ser naturais (como um vale ou uma ilha), culturais (no âmbito de um estilo artefactual) ou meramente arbitrárias, embora os limites naturais sejam os mais fáceis de estabelecer” (1998, p. 68).

As discussões que envolvem a problemática em torno da relação dos grupos humanos pré-históricos com o espaço e o ambiente vêm progressivamente suscitando indagações. O estabelecimento de *Áreas Arqueológicas* determinadas de acordo com as características físicas compartilhadas por uma região ou microrregiões, com fronteiras flexíveis, constitui um mecanismo que contribui para a delimitação de uma unidade de pesquisa e sua posterior coleta de dados. Para a arqueóloga Gabriela Martin, “uma área arqueológica, como categoria de entrada para o início e continuidade sistemática de uma pesquisa, deve ser fixada dentro de uma unidade ecológica que participe das mesmas características geo-ambientais” (2005, p. 89). As características culturais e, quando possível cronológicas, também devem ser consideradas.

As microrregiões que participam das características geomorfológicas e climáticas semelhantes, poderão se transformar em áreas arqueológicas quando forem assinaladas ocupações pré-históricas que apresentem caracterizadores culturais e cronologias absolutas, relativas ou estimadas, que evidenciem a permanência de grupos étnicos pré-históricos durante longos períodos de tempo. O princípio teórico que norteia a denominação de áreas arqueológicas é mais conceitual que geográfico. Assim, as áreas arqueológicas não podem ter limites rígidos. Deverão ser, pelo contrário, dinâmicos e com fronteiras flexíveis, na medida em que a área de ocupação de grupos caçadores pode ser bem diferente da ocupada por agricultores ou mesmo por levas de caçadores que se estabeleceram na mesma região. Nessas áreas, considera-se como fim ideal da pesquisa a relação do homem com o meio, desde as origens do povoamento até o desaparecimento dos grupos indígenas ou a sua modificação cultural pela pressão colonizadora (MARTIN, 2005, p. 89).

Na etapa seguinte pode-se proceder a delimitação de *enclaves pré-históricos*; ou seja, categorias culturais e cronológicas estabelecidas com base nas informações obtidas através do estudo sistemático dos sítios de uma área arqueológica, possibilitando o conhecimento acerca dos processos de adaptação dos grupos humanos pré-históricos num determinado espaço-temporal: “a área arqueológica pode ser fixada aprioristicamente pelo arqueólogo, mas a determinação do enclave é tarefa do pré-historiador auxiliado por trabalhos interdisciplinares” (MARTIN, 2005, p. 89).

Neste sentido, a delimitação de bacias hidrográficas como unidades de pesquisa ou áreas arqueológicas tem se mostrado usuais entre a comunidade acadêmica, “praticamente inexistem cursos d’água que, com maior ou menor intensidade, não tenham sido explorados pelas populações indígenas que ocuparam o atual território nacional antes de sua colonização pelos europeus” (CALDARELLI, 1997, p.1). Tais conceitos são úteis na medida em que ampliam as possibilidades de compreensão das relações dos grupos humanos com o espaço circundante, não se limitando a análise de um único sítio, mas ampliando a abordagem a um contexto de ampla interação com o seu entorno.

Deste modo, ao aplicarmos um recorte regional de cunho político-administrativo, ou baseado em características geomorfológicas ao estudo de populações pré-históricas, estamos tão somente optando por determinado enfoque, que deve estar articulado com o contexto geral no qual está inserido. As barreiras físicas são de grande relevância, mas diante da gama de possibilidades parecem estar longe de constituírem os principais limitadores dos domínios territoriais na pré-história regional. O conceito de região apresentado por Heredia, assim como o processo de definição de áreas arqueológicas e enclaves pré-históricos, parece contemplar o maior número de elementos formadores de um espaço de interação humana, mostrando-se útil como categoria de análise.

O conceito de região, então, sem desvincular-se da natureza ou do meio geográfico, ergue-se acima de tudo isso e adquire consistência própria, sintetizando os elementos provenientes da observação do meio e do substrato ideológico das pessoas. Este fenômeno ocorre em cada indivíduo interagindo com os demais, e assim multiplicando-se até formar o imaginário social (HEREDIA, 1996, p. 296).

Os conceitos de região ou áreas arqueológicas aplicados às pesquisas pré-históricas devem, portanto, buscar articular seus fatores delimitadores englobando aspectos de ordem social, ideológica, política, econômica, natural, cultural, cronológica, enfim, uma série de elementos que devem contribuir para o estabelecimento de fronteiras flexíveis, que não devem ser vistas como limitadoras, mas sim como um artifício que irá contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e a coleta de informações de acordo com a escala pré-estabelecida. Subsidiando a compreensão do espaço de forma condizente com a realidade em estudo, entendendo a região analisada como um fenômeno histórico com características

peculiares e variáveis de acordo com a cultura de cada sociedade e seu respectivo espaço-temporal.

2. O ALTO JACUÍ E O CONTEXTO AMBIENTAL

Destinamos este capítulo a uma breve apresentação e descrição das principais características da área em estudo, destacando a abrangência da bacia hidrográfica em questão, bem como os aspectos relacionados ao meio físico. Levando em conta a abrangência temporal da pesquisa, consideramos válida uma apreciação sucinta do contexto ambiental partindo desde o final da última glaciação no período pleistocênico, destacando seus principais aspectos relativos à fauna e flora, além de elementos paleoclimáticos, abrangendo o período holocênico, a configuração da paisagem e seus principais eventos climáticos.

Diante da insuficiência de estudos paleoclimáticos e paleoambientais específicos para a região do Alto Jacuí, utilizaremos informações de áreas adjacentes, articulando, na medida do possível, a descrição do contexto macro à realidade regional.

2.1 Breve Caracterização da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí

Os cursos d'água existentes no Rio Grande do Sul são divididos basicamente em dois grupos, representados por aqueles que correm em direção ao rio Uruguai e os demais que são drenados para o oceano Atlântico. Este conjunto é constituído por três grandes bacias hidrográficas (Ver figura 2), a bacia do Uruguai, a bacia Litorânea e a bacia do Guaíba. Esta última compreende a região em estudo.

Com o intuito de facilitar o gerenciamento dos recursos hídricos, entre outros benefícios, as bacias hidrográficas são divididas em vinte e três sub-bacias, de acordo com a distribuição espacial da rede hidrográfica na natureza. Como resposta a necessidade crescente de discutir as formas de uso, qualidade e preservação da água, dentre outros fatores, foram criados os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, instrumentos de gestão e planejamento que permite à população e ao governo definir as melhores estratégias para utilização e preservação dos recursos hídricos de cada região.

Através de um Decreto Estadual⁶ sancionado no ano de 2001, foi criado oficialmente o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (COAJU). Os membros constituintes do comitê compreendem trinta entidades entre representantes das três esferas públicas, usuários dos recursos hídricos e a população em geral.



Figura 2 – Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul

O rio Jacuí é o maior curso d'água do interior do Estado, e o principal contribuinte do estuário do Guaíba (cerca de 85%). Suas nascentes estão situadas no município de Passo Fundo, na região fisiográfica do Planalto Médio, onde as águas escoam para o sul, alterando posteriormente seu curso para o sentido leste na região da Depressão Central (Baixo Jacuí).

⁶ Decreto Estadual nº 40.822, de 11.06.2001.

A Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (Ver figuras 3 e 4) corresponde à porção situada na região centro-norte do Rio Grande do Sul, compreendendo predominantemente a província geomorfológica do Planalto Meridional e a zona de transição com a Depressão Central, entre as coordenadas geográficas de 28°08' a 29°55' de latitude Sul e 52°15' a 53°50' de longitude Oeste, abrangendo um território com 16.063,29 km², totalizando 579.097 habitantes. A agricultura e a pecuária predominam como as principais atividades econômicas ligadas ao uso do solo nesta região. Destaca-se a grande capacidade de aproveitamento hidrelétrico do Alto Jacuí, atualmente represado pelas barragens de Cotovelo do Jacuí, Dona Francisca, Ernestina, Itaúba, Maia Filho e Passo Real (COAJU, 2010, p.2).

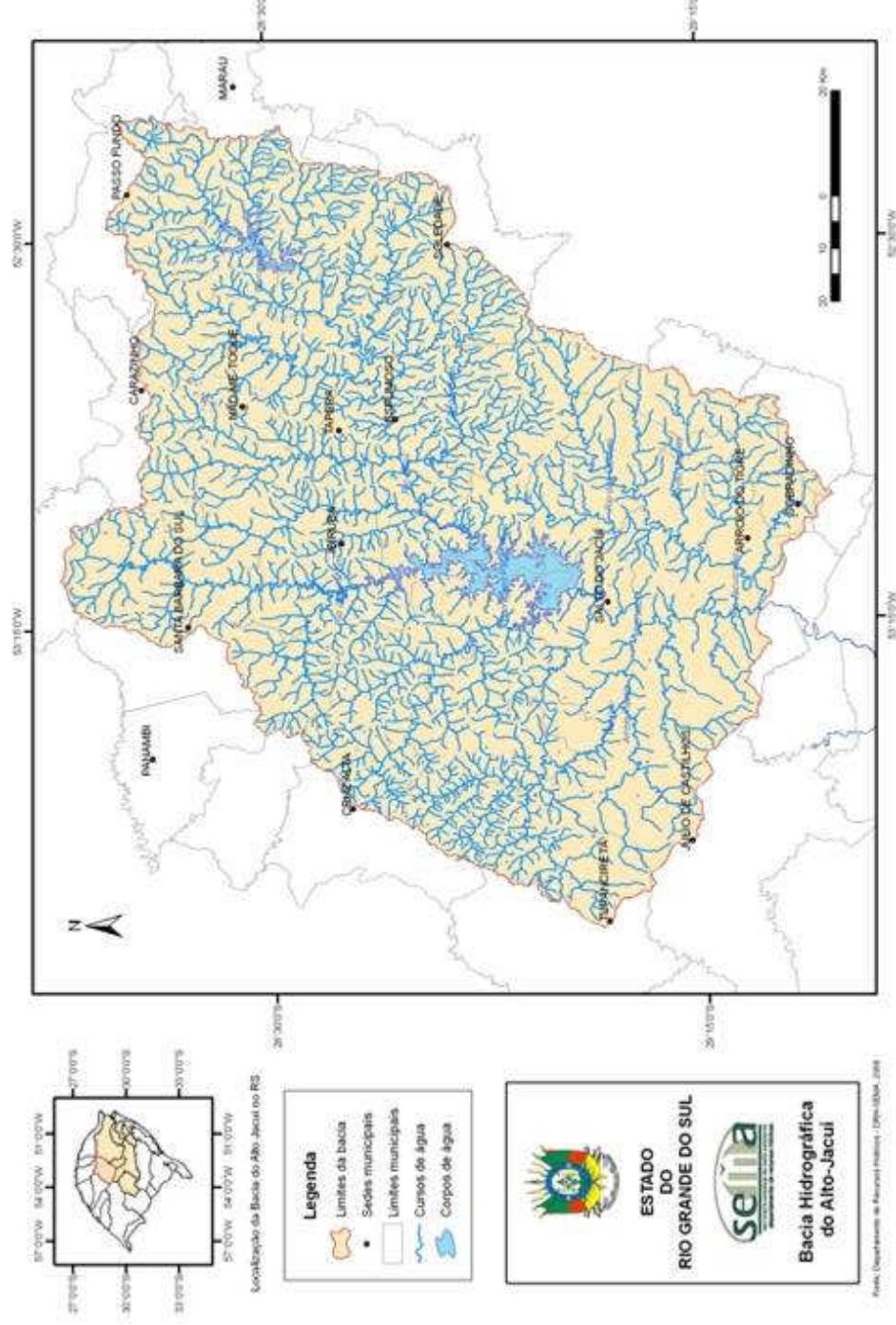


Figura 3 - Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí e seus principais municípios
Fonte: COAJU

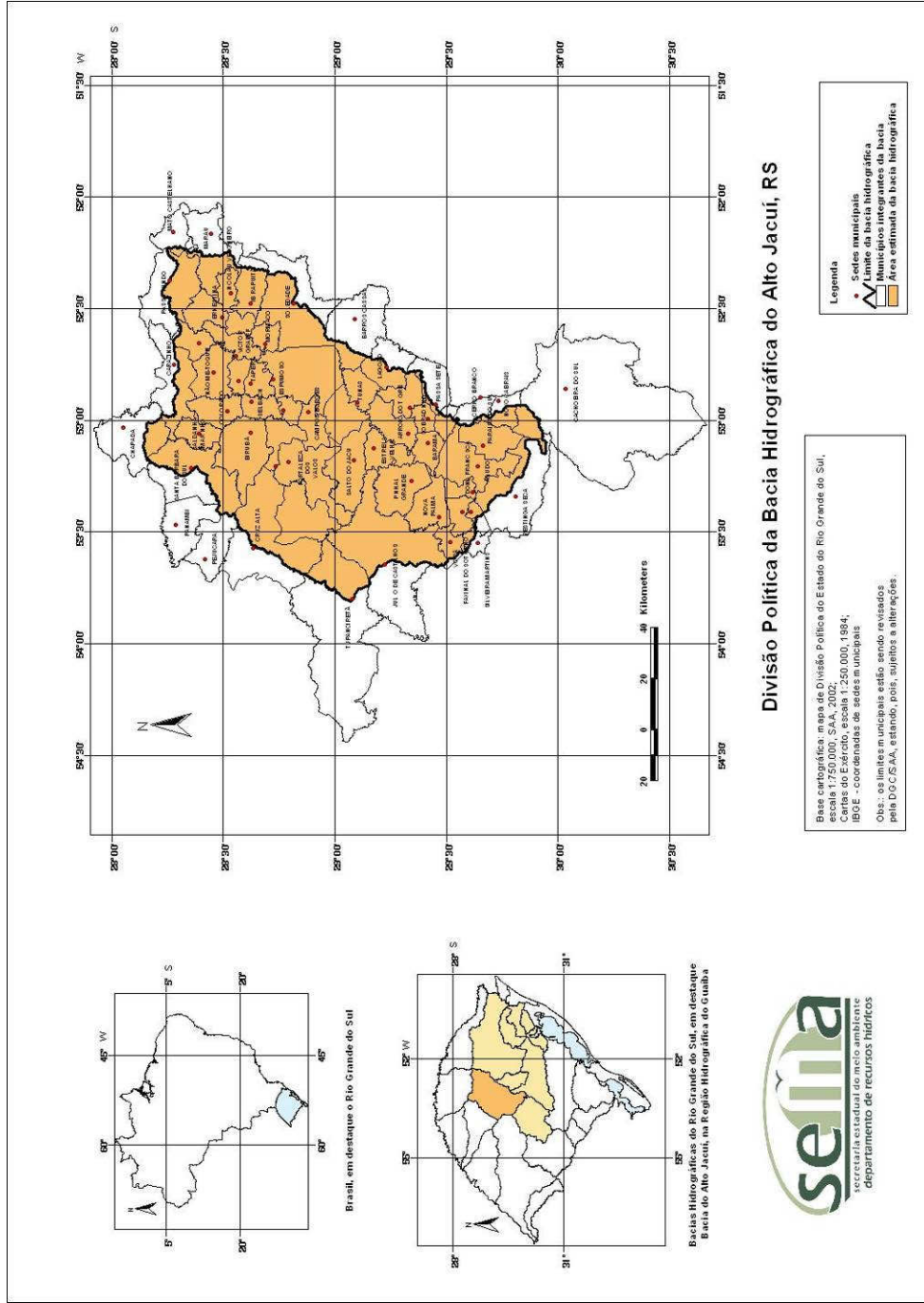


Figura 4 – Divisão Política da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí
Fonte: COAJU

Segundo dados fornecidos pelo COAJU (2010), até o ano de 2008 o comitê era composto por cinquenta e nove municípios, dos quais doze deles (Agudo, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Novo Cabrais, Restinga Seca, São João do Polêsine, Silveira Martins e Paraíso do Sul) passaram a integrar o comitê do Baixo Jacuí. Atualmente quarenta e sete municípios integram a bacia do Alto Jacuí, respectivamente: Alto Alegre, Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boa Vista do Inca, Campos Borges, Carazinho, Chapada, Colorado, Cruz Alta, Ernestina, Espumoso, Estrela Velha, Fortaleza dos Valos, Ibarama, Ibirapuitã, Ibirubá, Itaara, Jacuizinho, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Lagoão, Marau, Mato Castelhana, Mormaço, Não-me-Toque, Nicolau Vergueiro, Panambi, Passa Sete, Passo Fundo, Pejuçara, Pinhal Grande, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto, São Martinho da Serra, Segredo, Selbach, Sobradinho, Soledade, Tapera, Tio Hugo, Tunas, Tupanciretã, Victor Graeff.

Cabe ressaltar que para fins de planejamento e gestão dos recursos hídricos do rio Jacuí, ele é dividido em duas bacias hidrográficas, correspondentes ao alto e ao baixo curso. Logo, para evitarmos interpretações divergentes, é preciso esclarecer que a região eventualmente denominada como médio Jacuí em determinadas publicações, abrange áreas da bacia hidrográfica do Alto Jacuí e, sobretudo, do Baixo Jacuí, visto que o médio curso não constitui uma bacia a parte.

2.2 O Paleoambiente no Período Pleistocênico

O aumento gradual do fluxo de pesquisas arqueológicas observado nos últimos anos, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, a exemplo dos métodos de datação absoluta, tem exigido uma revisão das teorias clássicas sobre o início do povoamento humano no continente americano. Porém, com relação aos primórdios da ocupação do atual Estado do Rio Grande do Sul, face à ausência de novas descobertas não foram observadas maiores alterações ou complementações na concepção vigente nas últimas décadas, a qual situa o início da presença humana ao final da última glaciação.

Para facilitar nossa compreensão acerca do modo de vida e estratégias de adaptação ao meio circundante criadas pelos primeiros habitantes que aqui se instalaram, é fundamental nos munirmos de informações sobre a conformação do meio físico naquela época, completamente diversa da atual. “O território que habitamos atualmente não possuía no passado o clima de hoje. Durante a última glaciação, quando aqui chegaram os primeiros povoadores, outras eram as características ambientais vigentes” (KERN, 1994, p.33).

Não basta ter em mente apenas o atual comportamento ambiental da região em questão. Ter a visão do ambiente da atualidade é de grande valia, desde que não se perca de vista a sua configuração em tempos passados, principalmente por volta do final do Pleistoceno e início do Holoceno” (VERONEZE, 1992, p. 60).

O fenômeno climático denominado glaciação, caracterizado pela diminuição da temperatura média da Terra, tem se repetido ao longo da história, provocando o aumento das geleiras nas calotas polares e um grande acúmulo de gelo, sobretudo, nas áreas montanhosas, tendo como resultado imediato profundas alterações de ordem ambiental, influenciando, por exemplo, a fauna, a flora, o relevo e até mesmo o nível dos mares. Entremeio as glaciações temos os chamados períodos interglaciais, como o que vivemos atualmente, onde a temperatura da Terra volta a subir e a natureza se recompõe, porém, com novas configurações.

A época geológica em que vivemos hoje denomina-se *holoceno*, e foi precedido pelo *pleistoceno*, ambas divisões geoclimáticas integrantes do período geológico quaternário, da era cenozóica (Ver quadro 1). O pleistoceno abrange um período de tempo que vai de dois milhões de anos a 12 mil anos antes do presente (AP), ao longo do qual ocorreram quatro grandes glaciações.

A última grande glaciação ocorreu no Pleistoceno Superior. É denominada *Würm* (Europa) ou *Wisconsin* (América do Norte). Durou cerca de 60 mil anos (70.000 AP – 10.000 AP), atingindo seu ápice por volta de 18 mil anos atrás. Nesta época, em virtude da formação de grandes geleiras, estima-se que o nível do mar situava-se a cerca de 100 metros abaixo do atual, configurando um processo de regressão marinha. A situação contrária, ou seja, o aumento do nível do mar, denomina-se de transgressão. Ambos foram eventos recorrentes durante o quaternário.

Naturalmente, os rios também foram afetados. Com a retenção de água nas áreas montanhosas houve a diminuição do fluxo hídrico e a formação de terraços fluviais mais profundos. O acúmulo de gelo e seu conseqüente deslizamento também provocou deformações no relevo, como o aprofundamento dos vales. A insuficiência de uma cobertura vegetal densa, então limitada às áreas de encostas mais abruptas e úmidas, estaria aprofundando os leitos do rio Jacuí e de seus afluentes através dos processos de erosão mecânica (KERN, 1997).

Quadro 1 – Escala geológica

ERA	PERÍODO	ÉPOCA	IDADE	CARACTERÍSTICA
Cenozóico	Quaternário	Holoceno	10.000	“Era do Homem”. O homem torna-se a forma de vida dominante sobre a Terra. Estabilização do clima.
		Pleistoceno	1.750.000	Glaciações mais recentes. Domínio dos mamíferos de grande porte. Evolução do homo sapiens.
	Terciário	Plioceno	5.300.000	Avanço das geleiras. A Vegetação é dominada pelos campos e savanas. Aparecimento de animais ruminantes.
		Mioceno	23.500.000	Formação de grandes campos. Mudanças levam a formação da calota polar Antártica.
		Oligoceno	34.000.000	Formação de grandes campos. Mudanças levam a formação da calota polar Antártica.
				Formação de grandes campos. Mudanças levam a formação da calota polar Antártica.

Infelizmente a carência de pesquisas específicas sobre o paleoclima do Rio Grande do Sul ao final do pleistoceno, não possibilita afirmações precisas. Porém, segundo o arqueólogo

André Prous (1992), a analogia com dados oriundos de países vizinhos nos permite supor que a temperatura neste período deveria oscilar em torno de 4 °C abaixo da média atual, algo aparentemente tolerável para uma “idade do gelo”. No entanto, suficiente para causar grandes alterações climáticas e ambientais. Basta lembrar que uma diminuição da temperatura pode causar a extinção de espécies vegetais mais sensíveis que eventualmente poderiam compor a dieta alimentar dos animais herbívoros, enfim, uma reação em cadeia que pode ter resultados desastrosos a longo prazo.

Esse período não permaneceu sempre mais frio do que o Holoceno, mas acredita-se que os seus últimos milênios foram os mais rigorosos, e que os primeiros habitantes do atual território brasileiro devem ter conhecido, até 14 mil anos antes do presente, temperaturas de até 4 °C mais baixas, havendo depois uma elevação até as condições atmosféricas atuais, aproximadamente há 6000 anos BP, tendo ocorrido até um aumento ligeiro da temperatura logo depois (PROUS, 1992, p. 121).

A diminuição do nível do mar fez multiplicar o número de ilhas no oceano, além de expor porções de terra atualmente submersas, criando novas rotas migratórias, a exemplo do Estreito de Bering entre a Sibéria e o Alasca, uma ponte oceânica ligando os continentes asiático e americano.

Este contexto propiciou tanto o deslocamento de grupos humanos como de animais. Algumas espécies faunísticas migraram em busca de um novo habitat, enquanto outras foram completamente extintas neste período. A fauna de então se assemelhava à de hoje, são conhecidos fósseis desse período pertencentes a animais como o porco-do-mato, capivara, tatu, anta, veado-campeiro, ratões-do-banhado, e outros mais. A grande diferença fica por conta dos mamíferos de grande porte, denominados de megafauna. São animais muitas vezes semelhantes à fauna atual do Rio Grande do Sul, porém em proporções bem maiores, como a preguiça gigante, o tigre dente de sabre, o mastodonte, o tatu gigante, cervídeos, entre outros (Ver figura 5).

Os animais que com eles conviveram são conhecidos através de fósseis, encontrados em sedimentos relativos àquele período. De concreto o que se conhece, são fósseis de moluscos e mamíferos, a maioria desses de grande porte, conhecidos como megamamíferos ou megafauna. Mesmo não sendo conhecidos fósseis, é certo que aqui viviam insetos, crustáceos, peixes,

anfíbios, répteis e aves semelhantes aos atuais, que poderiam ter sido utilizados pelos primeiros povoadores (JACOBUS apud SCHMITZ, 1991, p. 163).

A vegetação da época precisou se adaptar ao clima seco e frio. Para sobreviver a este ambiente, as plantas geralmente possuíam raízes profundas, poucas folhas, um talo grosso e espinhos, uma proteção contra os animais herbívoros, a exemplo dos atuais cactos e a vegetação rasteira da caatinga ou cerrado, configurando um cenário similar as atuais savanas e estepes. Já as florestas geralmente se limitavam a mata de galeria, estabelecidas ao longo dos cursos d'água e lagoas. Observou-se, no entanto, a expansão da mata de araucária em parte da região norte do Estado, acompanhando as áreas úmidas junto aos afloramentos rochosos (Ver figura 6).

É provável que nesta configuração ambiental os primeiros grupos humanos que aqui chegaram ao final do pleistoceno necessitassem de uma dieta alimentar variada, incluindo desde pequenos animais e mamíferos da megafauna, a frutos de cactáceas além de peixes e moluscos.

A despeito das inúmeras adversidades decorrentes das transformações paleoclimáticas encontradas na última era glacial, estes primeiros habitantes desenvolveram mecanismos de sobrevivência e interação com o meio. As possibilidades de compreensão desta relação podem ser ampliadas se congregarmos a análise dos fatores ambientais e fenômenos de adaptação humana. Segundo o arqueólogo Arno Kern (1997, p. 15), “tanto o conhecimento das condições de desenvolvimento das sociedades humanas bem como o das transformações do meio ambiente são elementos complementares fundamentais para compreensão objetiva do passado pré-histórico”. A partir da compreensão do contexto ambiental da época, bem como da análise dos vestígios de sua escassa cultural material, podemos ampliar o conhecimento acerca deste período remoto da história humana na região.

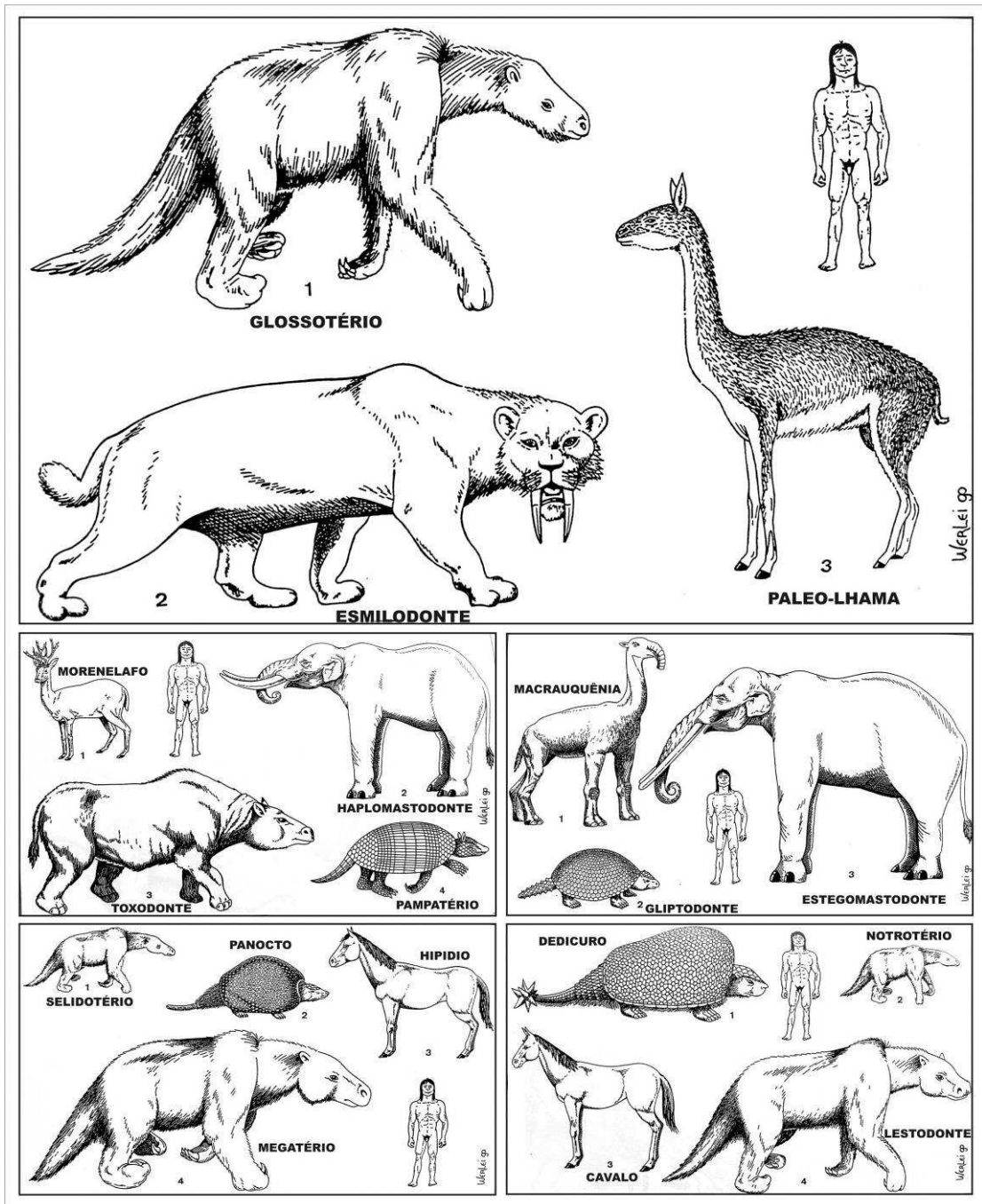


Figura 5 – Animais da megafauna extintos no período de transição entre o pleistoceno e holoceno

Fonte: (JACOBUS apud SCHMITZ, p.174-178, 1991)

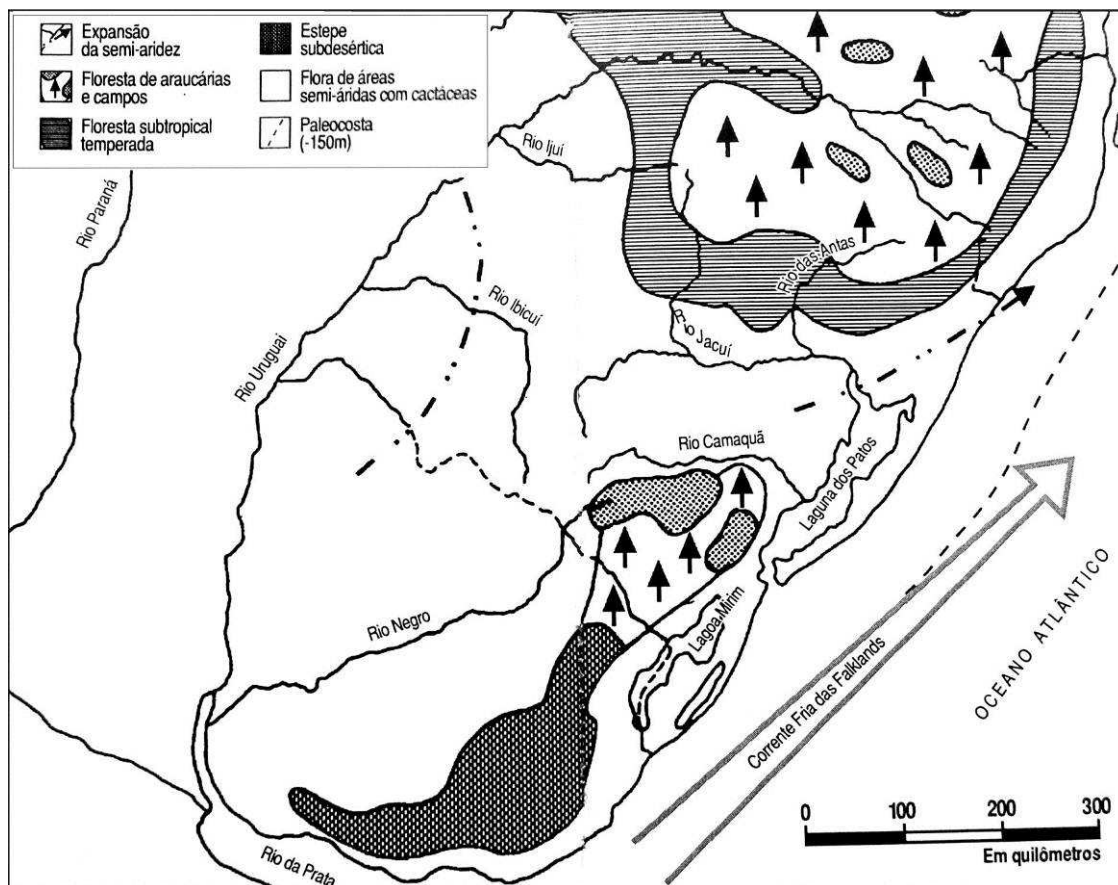


Figura 6 – Configuração da paisagem ao final da última glaciação

Fonte: (KERN, 1994, p. 41-42)

2.3 O Meio Físico e Biótico no Período Holocênico

Com o final da última glaciação do período pleistocênico ocorrida entre doze e dez mil anos, as alterações climáticas ocorridas a partir de então passaram a corresponder a uma nova época na escala de tempo geológico, denominada *holoceno*, que se estende até os dias atuais.

O holoceno representa um período de grandes mudanças ambientais, com alterações significativas no clima, temperatura, nível médio do mar, com diminuição da fauna e aumento progressivo da vegetação, as espécies arbustivas passam a ceder espaço às florestas subtropicais.

As condições ambientais irão gradualmente se transformar entre 13.000 e 10.000 A.P. Predominantemente glaciais, até então, as temperaturas começam a subir, gradativamente, provocadas por uma maior intensidade da

radiação solar. Com o derretimento das geleiras, sobem os níveis marinhos. O processo de transgressão marinha invade a planície litorânea, inundando-a vagarosamente. Persistem os climas secos com pluviosidade restrita, mas cada vez mais quentes (KERN, 1994, p. 38).

Neste período ocorre um incremento na dinâmica de subsistência dos grupos de caçadores-coletores, e possivelmente uma expansão para as regiões ainda pouco exploradas. As redes hidrográficas desempenhavam um importante papel no deslocamento destes grupos. As florestas subtropicais existentes nos vales de grandes rios como o Jacuí e o Uruguai expandiam as possibilidades de caça e coleta, constituindo áreas onde frequentemente estas populações estabeleciam seus acampamentos, além de propiciar a utilização dos cursos d'água como vias de deslocamento e comunicação, com a garantia de condições de subsistência.

O pós-glacial é caracterizado pelo aumento gradual da temperatura até atingir os índices atuais. Os períodos de frio intenso ainda se faziam presente, porém nada comparável aos padrões pleistocênicos. A umidade passa a substituir o clima seco favorecendo a vegetação subtropical nos vales fluviais. A partir do derretimento gradual das geleiras, inicia-se o processo de transgressão marinha que recobre parte da planície litorânea, porém, o aumento do nível do mar ocorre de forma lenta.

No início do holoceno ainda não era possível perceber grandes alterações na paisagem, já que a predominância de um clima temperado foi o resultado de um processo que se desenvolveu ao longo dos primeiros milênios. A paisagem estépica com espécies vegetais rasteiras e arbustivas dominava o cenário nas áreas de campo. A fauna, porém, foi especialmente afetada. Estima-se que aproximadamente 20% dos animais tenham sido extintos neste período de transição, sobretudo, os mamíferos de grande porte, como as preguiças e tatus-gigantes, prevalecendo os animais similares à fauna atual (KERN, 1994).

Por volta de 6 mil anos A.P., no chamado holoceno médio, ocorreu um fenômeno climático em escala mundial, caracterizado pelo aumento da temperatura que atingiu seu limite máximo no pós-glacial, aliado ao aumento considerável dos índices de pluviosidade. Este período, denominado *Ótimo Climático*, congregou elementos que possibilitaram novas transformações ambientais, e uma certa estabilidade das condições climáticas. Foi nesta época que os contornos atuais da paisagem rio-grandense foram delineados.

Durante o “Ótimo Climático”, entre 6.000 e 4.000 A.P., o clima foi muito mais quente e úmido, com maiores precipitações pluviométricas. As altas temperaturas continentais derreteram as neves nas cadeias de montanhas dos Andes, o que provocou uma subida acentuada dos níveis marinhos, 3 a 5m acima da costa atual. Isto provocou intensas e extensas alternâncias dos níveis marinhos na planície litorânea. Tanto as transgressões como as regressões do mar tiveram imensas conseqüências para a hidrografia local (KERN, 1994, p. 81).

A implantação do clima tropical úmido permitiu a expansão efetiva da vegetação para além das encostas dos vales e margens de lagoas, ampliando as matas de araucária às áreas de campo, diversificando a vegetação e a oferta de espécies animais, condições favoráveis ao desenvolvimento das populações humanas. O clima, semelhante ao atual, passou a apresentar altas temperaturas no verão, atingindo seu ápice nos vales quentes e úmidos dos grandes rios como o Jacuí, enquanto no inverno a invasão de massas de ar polar era garantia de ventos frios, dias chuvosos e úmidos, com noites geladas e geadas frequentes. Cabe destacar que justamente nesta época, “as sociedades caçadoras e coletoras atingem um máximo de desenvolvimento, entrando em choque posteriormente com as sociedades de horticultores que invadiram o estado e sofrendo profundas transformações sócio-culturais” (KERN, 1997, p.41).

Segundo Kern (1997), é possível que os vales dos rios da bacia do Jacuí tenham sofrido grandes alterações decorrentes das variações glacio-eustáticas do nível do mar após 6.000 A.P. Portanto, sempre devemos considerar a hipótese de que muitos sítios arqueológicos deste período podem ter sido impactados e até mesmo destruídos em função destas alterações.

Após um breve período de frio e seca ocorrido a cerca de três mil anos atrás, a frequência e intensidade das oscilações climáticas reduziram consideravelmente ao longo dos últimos dois milênios, tampouco observou-se maiores alterações faunísticas ou florísticas. A configuração da paisagem atingiu assim características muito similares aos padrões da atualidade (Ver figura 7).

Neste cenário onde a floresta tropical é entremeada por extensos pinheirais, não é difícil imaginar a importância que o pinhão da araucária, um ingrediente altamente protéico, adquiriu na dieta alimentar dos animais e das populações humanas pré-históricas. Com o

passar do tempo praticaram o manejo florestal e desenvolveram técnicas para estocagem e conservação desta semente, garantindo sua oferta ao longo do ano. Estes entre outros elementos de ordem ambiental constituíam importantes atrativos ao estabelecimento de caçadores-coletores e ceramistas-horticultores na região do Alto Jacuí.

O Estado do Rio Grande do Sul representa um dos limites meridionais dos sistemas ecológicos relacionados à mata de pinheiros e à floresta subtropical que, por sua vez, se encontram com o sistema de campos que tem seu limite norte, aproximadamente, na altura do vale do rio Jacuí, à medida que esse inflete para o leste. Certamente não é por acaso que as populações portadoras das tradições Taquara, Vieira e Tupiguarani ocuparam tais sistemas ambientais específicos (ROGGE, 2005, p. 19).

A disponibilidade de aves, peixes e animais terrestres sugere uma oferta de alimentos abundante, composta por animais constituintes da fauna atual, como tatus, roedores, emas, patos, codornas, felinos, lebres, moluscos, antas, veados, capivaras, entre outros. É importante ressaltar que as condições ambientais descritas para o holoceno final, sobretudo, no que diz respeito à fauna e flora, correspondem até certo ponto ao período anterior a colonização européia, responsável por alterações substanciais no contexto original da paisagem, com profundas modificações, sobretudo, a partir dos séculos XIX e XX. As formas de ocupação do solo e dos demais recursos naturais adotadas a partir de então, apresentaram reflexos diretos na paisagem, resultando na extinção de animais e plantas, diferentemente da ação antrópica relacionada às populações pré-coloniais.

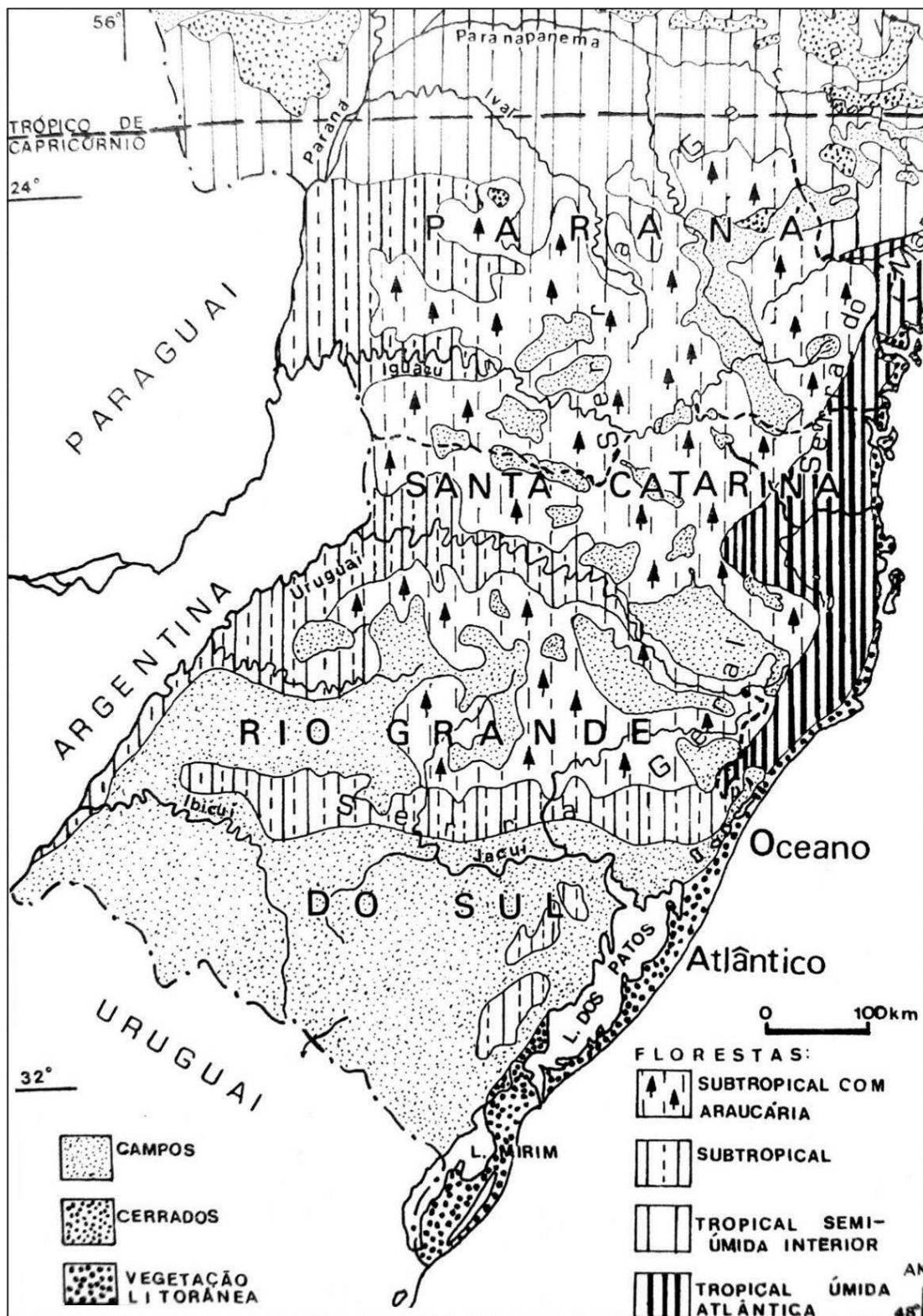


Figura 7 – Configuração atual da paisagem no sul do país

Fonte: (KERN, 1997, p. 55)

3. FONTES DE PESQUISA

Este capítulo será destinado a abordagem das fontes bibliográficas e documentais que possam fornecer subsídios à elaboração de um panorama geral a respeito do povoamento pré-histórico da bacia do Alto Jacuí. São compilados os resultados das principais pesquisas arqueológicas realizadas na região. Tais informações foram complementadas a partir do desenvolvimento de uma breve pesquisa de campo ao sítio arqueológico *Abrigo do Barreiro* (Ivorá/RS), e do cruzamento dos dados bibliográficos e documentais de cunho etnohistórico e antropológico.

3.1 Histórico das Principais Pesquisas Arqueológicas

As principais fontes de pesquisa bibliográfica e documental são constituídas por relatórios técnicos de estudos relativos ao licenciamento arqueológico de obras potencialmente causadores de impactos negativos ao patrimônio cultural e, eventualmente, suas respectivas publicações científicas onde são apresentados de forma condensada os resultados imediatos das atividades desenvolvidas. Tais relatórios estão disponíveis para consulta pública no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/12ªSR), bem como nas respectivas instituições responsáveis pelas pesquisas.

O curso do rio Jacuí estende-se por aproximadamente 800 km, fator que lhe confere um alto potencial de aproveitamento hidroenergético. As principais informações de que dispomos acerca do povoamento pré-colonial são decorrentes de pesquisas relacionadas a construção de usinas hidrelétricas, a exemplo da UHE Dona Francisca e suas respectivas linhas de transmissão de energia elétrica.

As primeiras pesquisas nos remeterem à década de 1960, quando iniciaram-se os estudos intensivos de caráter científico ao longo da bacia do rio Jacuí, inicialmente com Pedro Ignácio Schmitz, Vitor Riffel e Daniel Cargnin. Em seguida, o arqueólogo José Proenza Brochado dedicou alguns anos de estudo à região, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), tendo como resultado imediato o cadastramento de

inúmeros sítios, sobretudo, com vestígios Tupiguarani. Tais pesquisas foram publicadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.

Já no ano de 1973, Brochado acompanhado do diretor do Instituto Anchietano de Pesquisas (UNISINOS), Pedro Ignácio Schmitz, ambos auxiliados pelo então aluno da UFRGS Ervino Barth, desenvolveram um novo projeto, desta vez nas várzeas do Médio Jacuí, já que o projeto anterior havia privilegiado, sobretudo, as áreas montanhosas. Novamente registrou-se uma grande quantidade de sítios Tupiguarani, desta vez em maior quantidade e com datações mais antigas.

Entre as maiores pesquisas de arqueologia preventiva desenvolvidas na bacia hidrográfica do rio Jacuí, figuram os estudos decorrentes da implantação da usina hidrelétrica Dona Francisca, desenvolvidos a partir da década de 1980 nos municípios de Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo, Ibarama, Estrela Velha e Arroio do Tigre, regiões pertencentes ao Alto e Baixo Jacuí. As prospecções envolveram equipes de pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA/UFSM), do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA/UNISC), do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP/UNISINOS) e da Universidade Católica de Goiás (UCG). Atuaram os arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz, Marco Aurélio Nadal De Masi, Saul Milder, André Soares, entre outros.

As várzeas a serem atingidas pela água do reservatório foram percorridas sistematicamente, em todos os sítios encontrados foram feitas coletas de superfície e estudos de implantação no ambiente, em alguns foram feitos cortes estratigráficos. (SCHMITZ et ali, 2000, p. 8).

Os trabalhos prosseguiram até o ano 2000, poucos meses antes da usina entrar em operação. Os dados obtidos forneceram, entre outras informações, uma considerável contribuição para a arqueologia guarani, “pois o vale do rio Jacuí e, em especial, a área do médio vale deste rio, é a que apresenta datações mais antigas para o Estado” (SOARES, 2004, p. 9). No entanto, esta datação isolada, desvinculada do contexto geral do povoamento guarani no sul do país, não é amplamente aceita pela comunidade acadêmica, denotando a necessidade do aprofundamento das pesquisas.

Uma importante publicação intitulada *Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí*, elaborada pelo Instituto Anchietano de Pesquisas (SCHMITZ, ROGGE e ARNT, 2000) reúne os

resultados imediatos das pesquisas supracitadas, desenvolvidas em 1966, 1968, 1973 e 1980. Constitui uma importante fonte bibliográfica, com descrições dos sítios, breve análise do material arqueológico e a respectiva localização dos acervos.

Ainda na década de 1970, a porção territorial situada entre os vales dos rios Jacuí e Pardo foi alvo de estudos. A definição deste recorte espacial foi motivada pela ausência de informações a respeito do povoamento pré-colonial desta região, diferentemente das áreas adjacentes. As atividades foram desenvolvidas por equipes vinculadas ao então Gabinete de Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas de Santa Cruz do Sul. Apesar da área comum, entre os anos de 1974 a 1977, as instituições desenvolveram suas pesquisas de forma independente, e uma cooperação foi estabelecida após este período (RIBEIRO, 1978, p. 3).

Na zona de transição entre o Alto e Baixo Jacuí, mais precisamente no município de Ivorá, foi descoberto um importante sítio arqueológico com arte rupestre, denominado abrigo do Barreiro (Ver figura 8). “O abrigo do Barreiro e outros 15 sítios arqueológicos apresentam petroglifos nas paredes ou no teto, e estes estão localizados nos alinhamentos de arenitos no sopé da escarpa da Serra Geral” (LIMA & BROCHADO, 1994, p. 47). Trata-se de um importante centro de arte rupestre do sul do país (Ver figuras 9 e 10). Na realidade, “os 16 sítios referidos formam o único conjunto de abrigos com petroglifos do Rio Grande do Sul, se excetuarmos notícias de um local no município de Livramento” (LIMA & BROCHADO, 1994, p. 97).

Além de constituir um importante ponto turístico do município, desde que foi cadastrado, o sítio vem sendo alvo de pesquisas em diferentes momentos desde a década de 1980. No ano de 1993 uma equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS) realizou uma escavação no local sob coordenação do arqueólogo Klaus Hilbert, além da cópia dos petroglifos realizada por José Proenza Brochado.

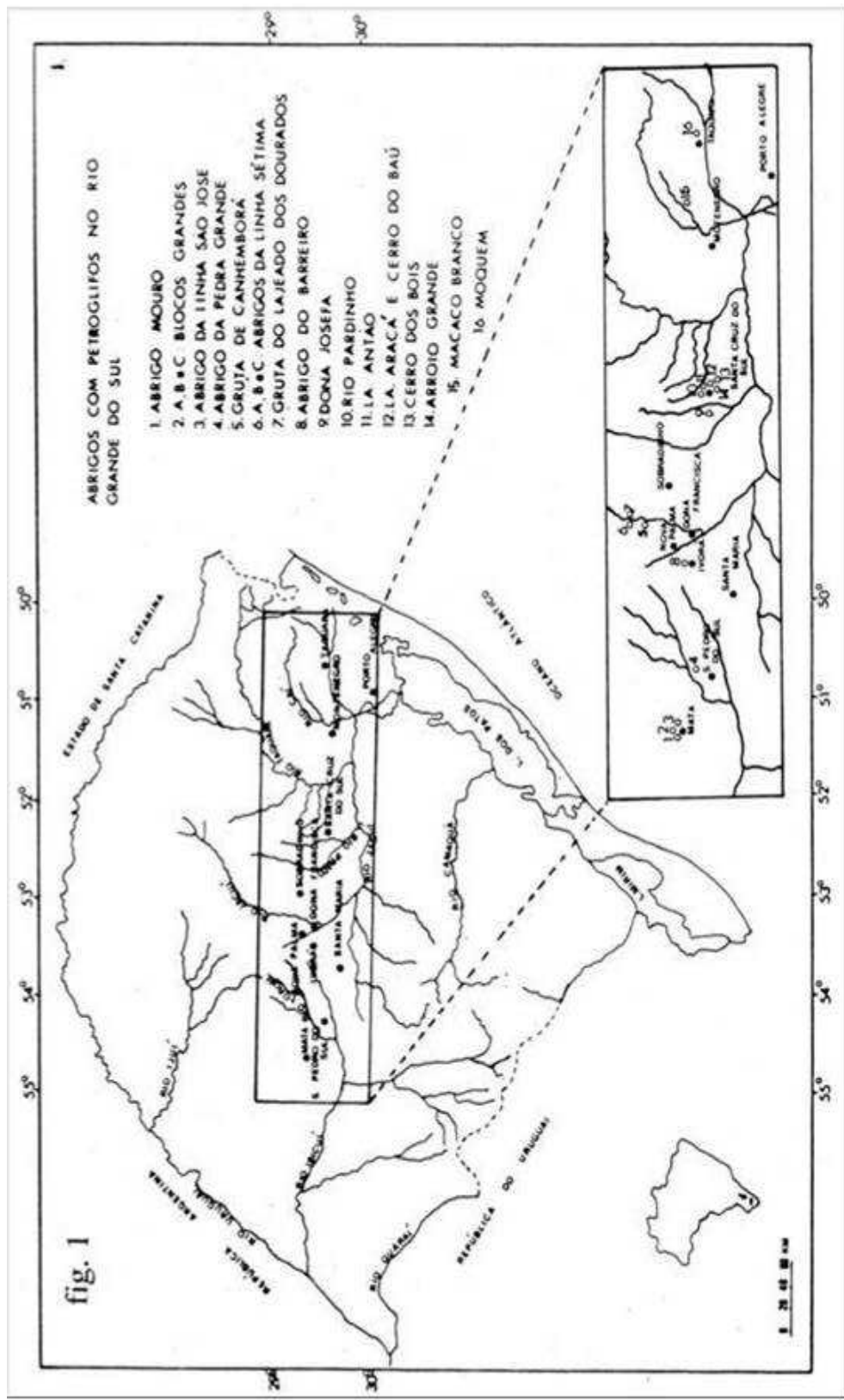


Figura 8 – Conjunto de sítios arqueológicos com petroglifos no Rio Grande do Sul.

Fonte: LIMA & BROCHADO, 1994.

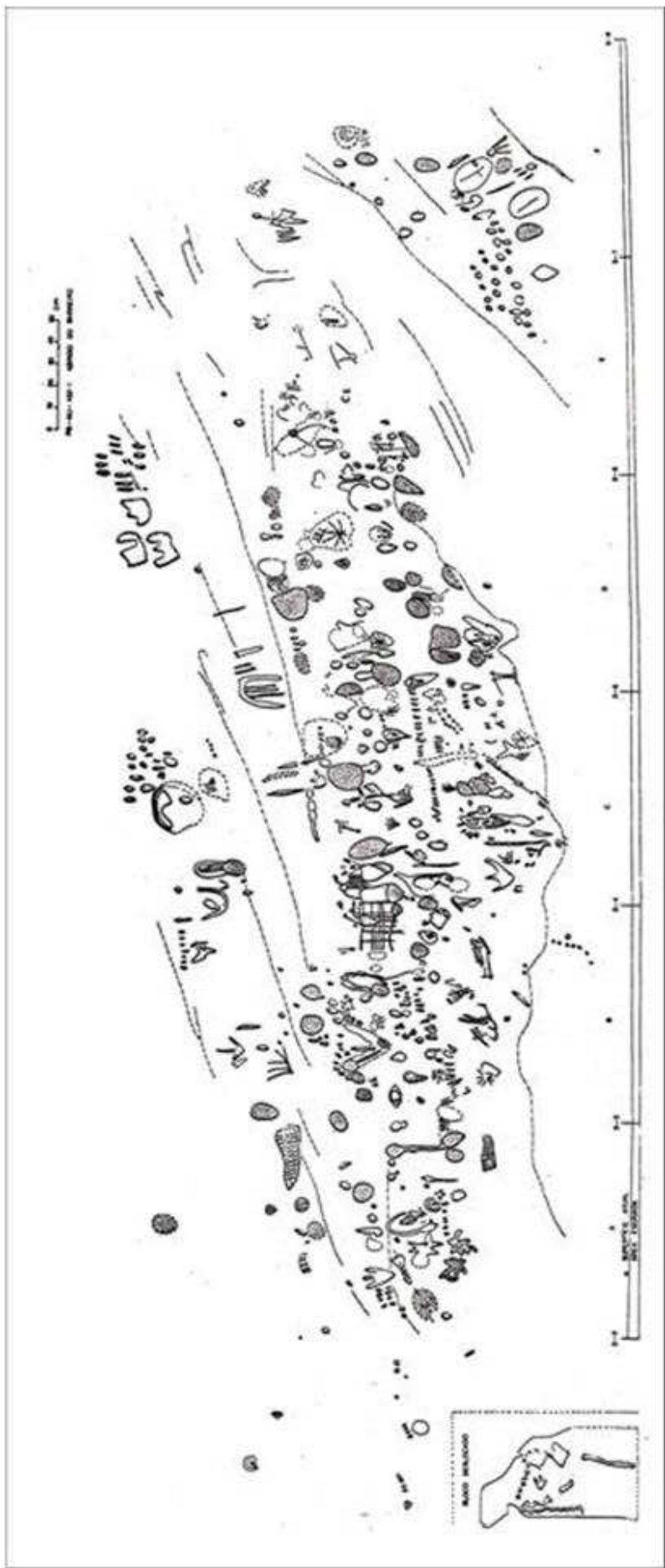


Figura 9– Painel com arte rupestre no sítio Abrigo do Barreiro – Ivorá/RS.

Fonte: LIMA & BROCHADO, 1994.

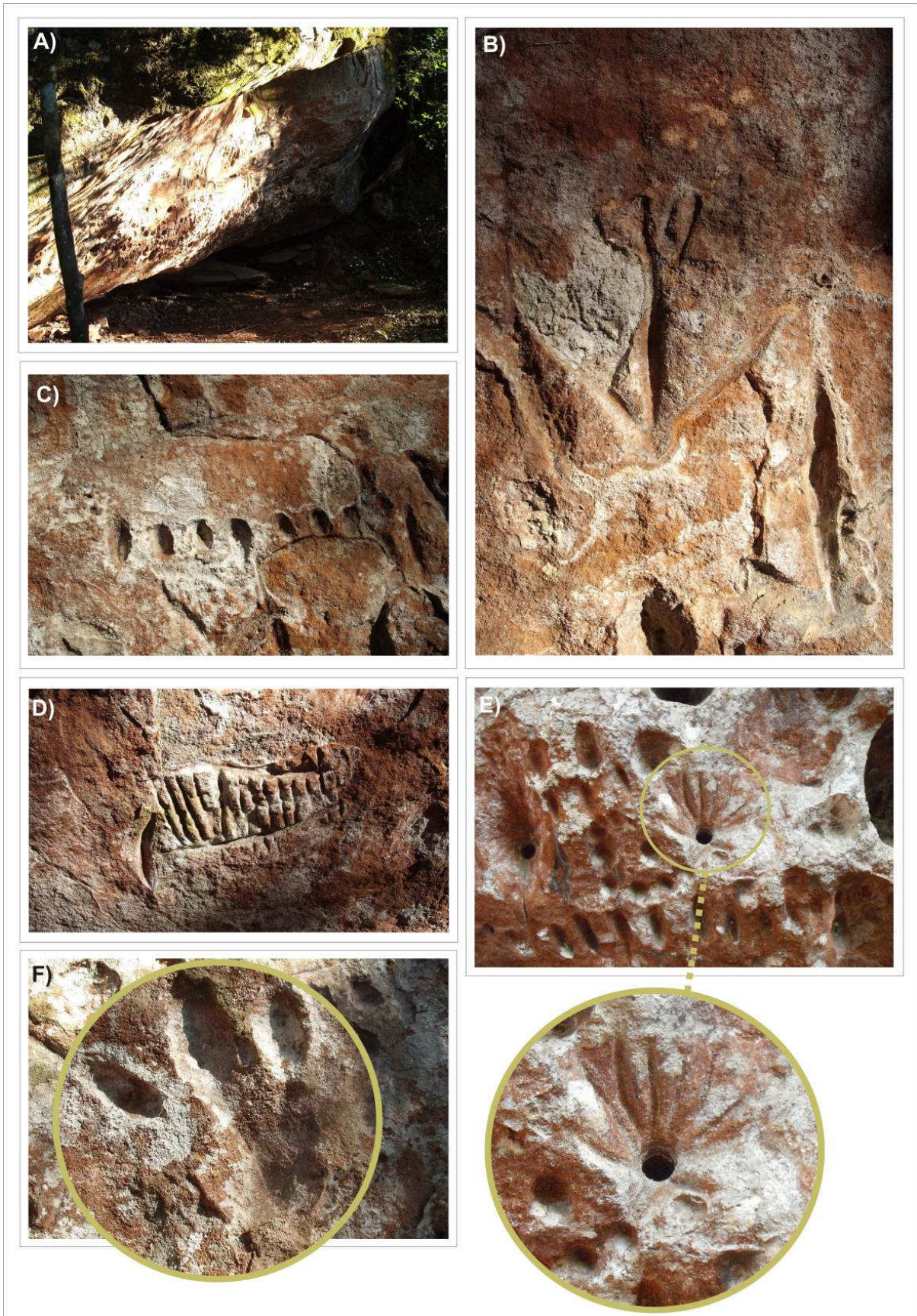


Figura 10 – Petroglifos do sítio arqueológico Abrigo do Barreiro (A – vista geral; B – tridáctilo; C – pequenos sulcos orientados paralelamente; D – traços retilíneos paralelos; E – perfuração circular ladeada por sulcos retilíneos; F – pegada de animal.

Fotografia: Fabricio J. Nazzari Vicroski

Em 1999, os vales dos municípios de Itaara e Júlio de Castilhos foram pesquisados por Klaus Hilbert no âmbito do projeto de levantamento dos sítios arqueológicos na barragem de Val de Serra. Neste mesmo ano a arqueóloga Vera Lúcia Trommer Thaddeu desenvolveu um projeto de arqueologia preventiva na área de influência da rodovia RS-332, trecho que contorna o município de Soledade, microrregião sobre a qual dispomos de escassas informações a respeito do povoamento pré-colonial. A pesquisa resultou na identificação de um núcleo de obsidiana e lascas de descortimento localizados no eixo da rodovia, constituindo uma provável oficina lítica, além de relatos da população local indicando a incidência de recipientes cerâmicos nas adjacências (THADDEU, 1999). Entretanto, a despeito dos esforços da arqueóloga responsável, o descaso e descumprimento da legislação vigente por parte do empreendedor resultou no impacto irreversível da área em questão e, conseqüentemente, na perda de uma potencial fonte de informações a respeito destes antigos povoadores.

As obras de pavimentação da rodovia RS-471 no trecho entre Barros Cassal e Santa Cruz do Sul, também exigiram o desenvolvimento de um programa de acompanhamento e salvamento arqueológico, coordenado pelo arqueólogo Sérgio Klamt, com atividades desenvolvidas entre os anos de 2001 a 2005, resultando no cadastramento de diversos sítios líto-cerâmicos e a constituição de um importante acervo (KLAMT, 2003).

O arqueólogo Sérgio Klamt também desenvolveu pesquisas no município de Ibarama (Projeto Arqueológico e Histórico de Ibarama, RS. 1994-1995), nas linhas de transmissão de Candelária –Sobradinho (2007) e LT Candelária – Centro Serra (2007), em parceria com a pesquisadora Tais Vargas Lima, arqueóloga responsável por outro projeto na região em questão, abrangendo os municípios de Júlio de Castilhos e Salto do Jacuí, na área de influência da Linha de Transmissão de Energia - LT 138 kV - PCH Ernesto Jorge Dreher (2007).

Respectivamente nos anos de 1996 e 2004, Klamt conclui suas pesquisas de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, centrando sua abordagem na tradição cerâmica Tupiguarani no Médio Jacuí.

Na última década foram desenvolvidas algumas pesquisas de licenciamento arqueológico no Alto Jacuí. Em sua maioria são projetos de pequeno porte, com prospecções em áreas destinadas à construção de condomínios residências, em municípios como Passo

Fundo e Marau, porém, sem resultar na identificação de sítios arqueológicos ou com resultados pouco expressivos.

A pesquisa realizada no Banco de Portarias de Arqueologia (BPA), um instrumento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico tutelados pelo IPHAN, resultou na identificação de dezenove projetos de pesquisas autorizados através de portaria publicada no Diário Oficial da União entre 1991 a 2010 para os municípios do Alto Jacuí. Cabe lembrar que as pesquisas sem prospecções no subsolo, baseados na observação do contexto de deposição superficial e sem coleta de material arqueológico, não necessitam de autorização e, portanto, não estão aqui computadas.

Os projetos pioneiros, desenvolvidos a partir das décadas de 1960 e 1970, correspondem basicamente a iniciativas de cunho unicamente científico (arqueologia acadêmica), muitos dos quais realizados no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), e vinculados a instituições de ensino e pesquisa. A partir da década de 1980 os estudos destinados ao licenciamento arqueológico (arqueologia de contrato) são cada vez mais expressivos. As instituições tradicionais passaram a dividir espaço com empresas privadas especializadas em projetos de arqueologia preventiva, que atualmente correspondem a quase totalidade das pesquisas do gênero. Este contexto é observado em praticamente todo o país.

Se por um lado observamos o aumento gradual de obras de engenharia e, conseqüentemente de projetos de arqueologia preventiva, onde o fator tempo muitas vezes é o elemento norteador dos trabalhos, já que as atividades devem preferencialmente obedecer ao cronograma das obras, por outro vemos que as dificuldades em obter financiamento e autorizações de pesquisa têm limitado drasticamente as possibilidades de desenvolvimento da arqueologia acadêmica no país, onde a inexistência de cronogramas rígidos pode representar uma tendência maior ao aprofundamento das pesquisas, resultando em contribuições efetivas ao conhecimento científico.

As pesquisas supracitadas foram desenvolvidas ao longo da bacia do rio Jacuí, e abrangem predominantemente o baixo curso deste rio. A região correspondente ao curso intermediário, denominada Médio Jacuí, situada na área de transição entre as escarpas da Serra Geral até aproximadamente sua confluência com o rio Vacacaí, onde ocorre um redirecionamento de seu curso para o sentido leste, apresenta no geral características do meio

físico que permitem sua inclusão na bacia hidrográfica do Baixo Jacuí, abrangendo apenas uma pequena fração do Alto Jacuí. Percebe-se enfim, uma lacuna para a região em questão em termos de fluxo de pesquisas e informações arqueológicas se comparados a totalidade de sua bacia hidrográfica.

Com base nos resultados imediatos das pesquisas brevemente descritas, pode-se afirmar que a antiguidade do povoamento humano no Alto Jacuí nos remete a fase inicial do período holocênico, com a presença de populações de caçadores-coletores nômades, os quais precederam a chegada de grupos ceramistas-horticultores que aqui viveram sem maiores adversidades até a chegada do colonizador europeu. No sistema de classificação em *tradições* e *fases* proposto pelo PRONAPA, os vestígios aqui encontrados estariam relacionados às tradições Umbu, Humaitá, Tupiguarani, Taquara e, em menor escala, Vieira.

Utiliza-se, na arqueologia, o termo *tradição* como forma de classificar a cultura material dos grupos humanos pré-históricos. No entanto, esta terminologia traz consigo algumas implicações. Na medida em que facilita o diálogo entre os profissionais da área, também ignora uma série de elementos, pois ela leva em conta, sobretudo os fatores tipológicos da cultura material produzida pelas populações pretéritas, ignorando eventuais diferenciações existentes entre estes grupos em outros níveis, como o cultural, social, linguístico, econômico, entre outros.

O termo *tradição* foi cunhado para designar um conjunto de elementos geralmente relacionados às técnicas de produção de artefatos líticos e cerâmicos, ou de padrões de habitação que persistem ao longo de um certo período de tempo. Trata-se, portanto, de "uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica" (SOUZA, 1997, p. 124).

Dentro das tradições normalmente são identificadas algumas variações culturais. Estas, por sua vez, são denominadas de *fases*, pois apesar de apresentarem algumas diferenças ainda seguem o mesmo padrão cultural. Tendo em vista sua utilização recorrente na bibliografia consultada, tal terminologia será aqui empregada sempre que conveniente, porém, com as devidas ressalvas.

3.2 Referências Ethnohistóricas

O conhecimento disponível a respeito da pré-história do Alto Jacuí advém da análise dos vestígios da cultura material destes habitantes remotos, e da elaboração de modelos preditivos que nos permitem realizar inferências acerca de suas formas de organização social, subsistência e ocupação do território. Foi-nos legado, portanto, indícios materiais de sua existência, em detrimento de fontes documentais.

Como forma de articular a abordagem resultante da sistematização das informações provenientes de pesquisas arqueológicas, e ratificar a ancestralidade indígena da região nos moldes da sociedade ora predominante, pode-se fazer uso de eventuais fontes ethnohistóricas. Apesar de a delimitação temporal desta pesquisa abranger o período pré-colonial, as fontes e arquivos documentais podem aqui ser utilizados tão somente como forma de evidenciar a continuidade histórica do período em questão, e reforçar os eventuais vínculos destas populações com determinados espaços geográficos, complementando os dados disponíveis.

Portanto, neste item não pretendemos nos ocupar de qualquer análise a respeito das sociedades indígenas existentes no Alto Jacuí durante o período de colonização europeia, nem tampouco enumerarmos a totalidade da documentação ethnohistórica referente às populações indígenas da região. Desejamos unicamente destacar a existência de tais registros e, conseqüentemente, da presença dos remanescentes das populações pré-históricas, através de uma breve exposição de alguns registros.

Entre as mais importantes referências ethnohistóricas mencionando a presença de grupos indígenas no Alto Jacuí no início da colonização europeia, certamente, figuram aquelas relacionadas aos agrupamentos destas populações em decorrência da fundação de reduções pelos padres jesuítas.

O início do processo de povoamento histórico do Alto Jacuí teve suas origens ainda no século XVI, a partir de então as populações indígenas que aqui viviam, inevitavelmente sentiram a presença ainda que esporádica do colonizador europeu, esta presença intensificou-se nos séculos seguintes com expedições de exploradores espanhóis e portugueses, o estabelecimento de reduções pelos padres jesuítas e a circulação de bandeirantes e tropeiros, encerrando definitivamente o período de autonomia e domínio territorial das comunidades indígenas (VICROSKI & THADDEU, 2010, p. 38).

No tocante ao empreendimento da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul, convencionou-se estabelecer uma periodização com o intuito de facilitar o estudo. Temos, portanto, dois períodos, denominados respectivamente de primeiro e segundo ciclos missioneiros.

O primeiro ciclo missioneiro teria ocorrido entre os anos de 1626 e 1637 (SIMON, 1984); portanto, com apenas onze anos de duração, ou quinze, segundo outras fontes. Esta fase se inicia com a chegada do padre Roque Gonzales, que teria partido da atual Argentina para a margem esquerda do rio Uruguai, inaugurando o primeiro ciclo com a fundação da Redução de São Nicolau, em 3 de maio de 1626, e terminou em decorrência dos ataques perpetrados pelos bandeirantes paulistas que saqueavam e destruíam as reduções em busca de mão-de-obra escrava.

A historiografia missioneira apresenta um conjunto de dezoito reduções, estabelecidas sistematicamente ao longo da metade norte do Rio Grande do Sul. Tais reduções constituíam a chamada província do Tape, e integravam um conjunto com mais de sessenta espalhadas pela denominada Província Jesuítica do Paraguai, criada em 1607, resultado de um acordo entre a Companhia de Jesus e Coroa espanhola.

Não se pode precisar com exatidão a localização de todas as missões deste período. Acredita-se que das dezoito reduções da província do Tape, seis delas estariam localizadas nas proximidades dos municípios que atualmente constituem a bacia hidrográfica do Alto Jacuí, como Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, São Martinho da Serra, Arroio do Tigre e Panambi. Correspondem respectivamente as reduções de Santa Tereza (1634), Natividade (1632), Apóstolos Pedro e Paulo (1631), São Miguel (1632), São Joaquim (1634) e São Carlos (1631), (Ver figura 11).

Também é preciso considerar que mesmo após a sua fundação, alguns aldeamentos eram transferidos para outras regiões com melhores condições de subsistência. Parece ter sido o caso da redução de Santa Tereza, no atual município de Passo Fundo, inicialmente estabelecida entre as nascentes dos rios Jacuí e Passo Fundo, e, posteriormente, deslocada para outro local onde foi destruída pelos bandeirantes.

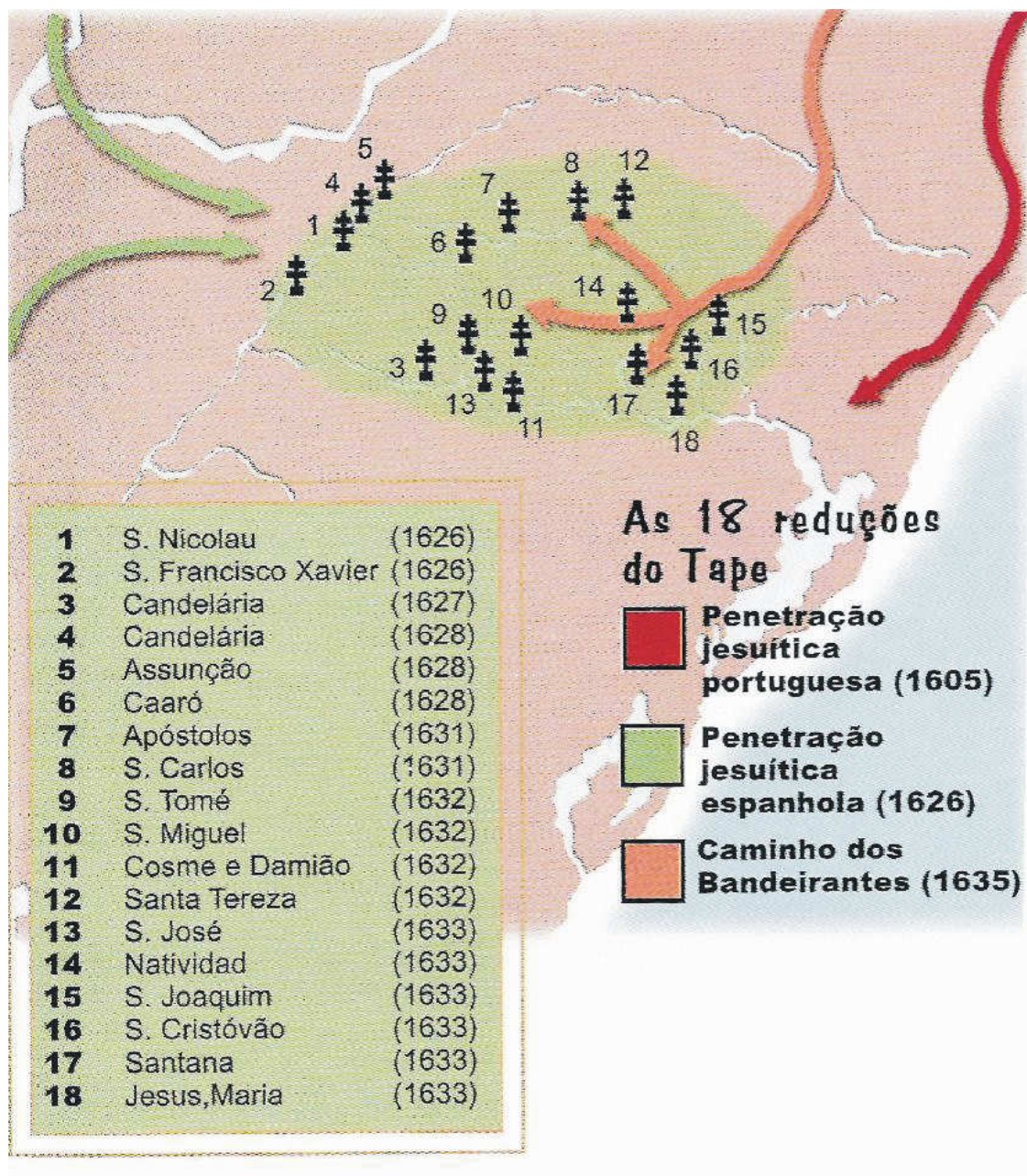


Figura 11: Localização aproximada das dezoito reduções do primeiro ciclo missioneiro

Fonte: *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. JÁ Editores: Porto Alegre 1998.

Os guarani constituíam o grupo etno-linguístico predominante nas missões, tanto no primeiro como no segundo ciclo missioneiro. Muitos elementos de sua organização social foram incorporados à nova sociedade gestada nas missões. A fundação das reduções neste território pressupõe sua ocupação prévia por este grupo ou a disputa deste espaço com os habitantes do planalto relacionados linguisticamente ao ramo meridional da família *Jê*. Apesar

de historicamente associadas as guarani, não podemos destacar a possibilidade da presença de indígenas pertencentes a outros grupos étnicos nas reduções.

O gado deixado pelos jesuítas e indígenas reproduziu-se livremente pelos campos, e atraiu expedições que partiam em busca de rebanhos e erva-mate nos séculos seguintes. Tanto os tropeiros como as expedições militares utilizavam o antigo Caminho das Missões, que atravessava o Planalto Médio na altura das nascentes do rio Jacuí (Ver figura 12).

Enquanto as reduções e o Caminho das Missões constituem referências alusivas aos grupos indígenas guarani, o chamado “Caminho do Meio” evidencia a forte presença dos kaingang na região do planalto, onde uma malha de estradas e trilhas permitia a comunicação entre os aldeamentos e possivelmente interligava-se com a antiga estrada missioneira. Nas transcrições dos Documentos Imperiais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), é possível encontrar inúmeras referências ao Caminho do Meio, às populações guarani e, sobretudo, kaingang habitando a região.

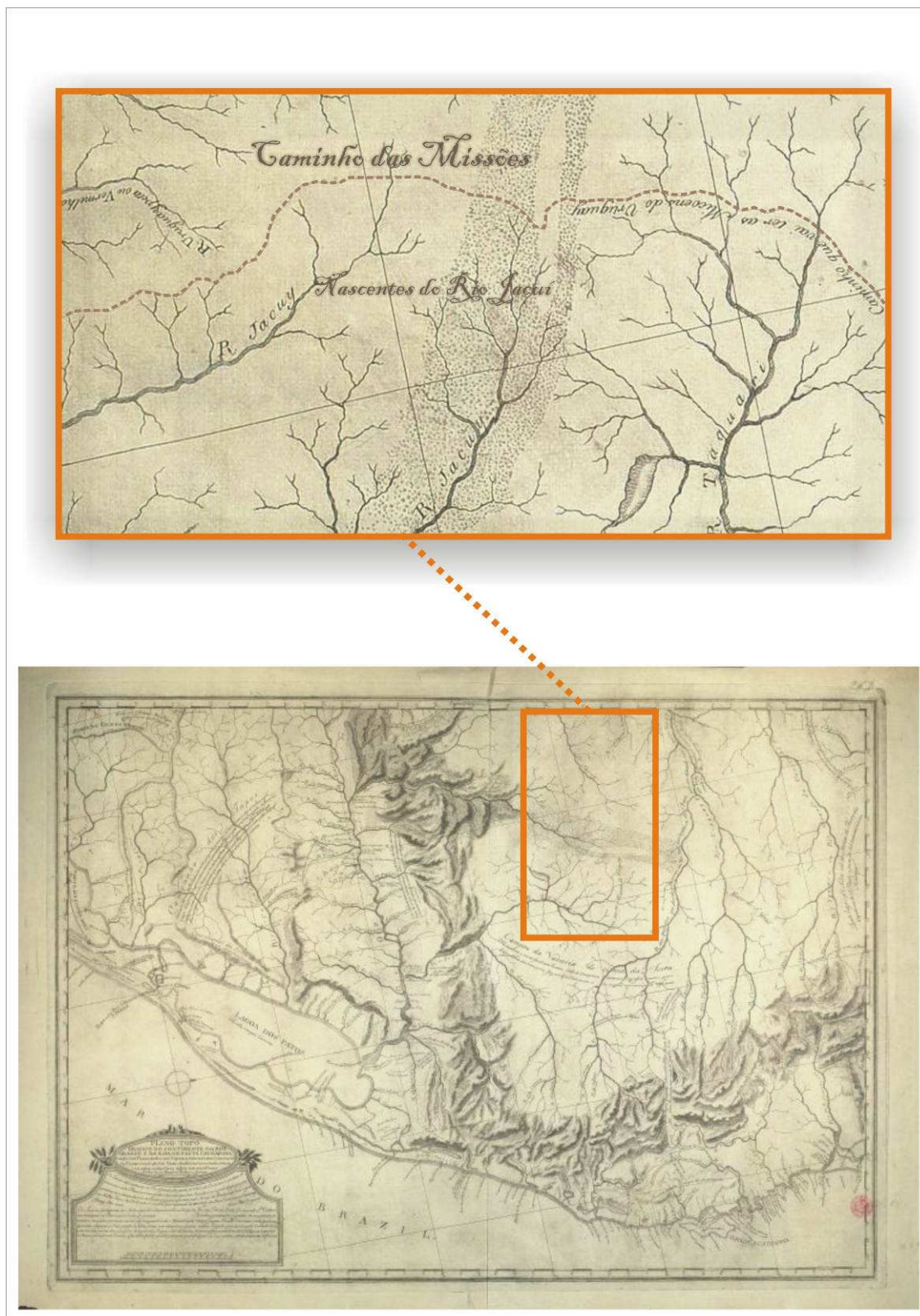


Figura 12: Caminho das Missões cruzando as nascentes do rio Jacuí no detalhe

Fonte: BULHOES, José Correia Rangel de. Plano topográfico do continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catharina tirado dos Planos dados em 1781 para a instrução dos Comissários da Demarcação do Sul. (Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional de Portugal)

Em relatório⁷ entregue à então Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro 1859, o Diretor do Aldeamento de Santa Izabel, Alberto Marques d'Almeida, relata brevemente suas incursões em busca de indígenas na região de Mato Castelhana a fim de conduzi-los até o referido aldeamento.

Comunico a Vossa Excelência que hontem cheguei a esse Aldeamento trasendo cento e poucos indígenas que com muita dificuldade e grande despesa consegui reconduzi-los depois da evasão que já comuniquei a Vossa Excelência – e amanhã sigo para o **Matto Castelhana** em busca do resto da Tribo que lá se acha refugiada e conto certo traser também (Acervo do NDH/PPGH/UPF).

Em outro relatório datado de 1º de março de 1873, João Pedro Carvalho de Moraes, relata entre outros assuntos, a necessidade de nomeação de um diretor para o aldeamento de Nonohay, e a destinação de verbas para serem aplicadas na remoção e aldeamento dos indígenas dispersos pelos municípios de Passo Fundo e Cruz Alta.

Em cumprimento ao citado aviso, informou a presidência com os esclarecimentos que existião na secretaria, e indicou a conveniência da nomeação de um director estipendiado para dirigir o aldeamento de Nonohay, afim de conter os indígenas, acostumar-os ao trabalho e promover a civilização dos mesmos, e bem assim de consignar-se alguma quantia para ser applicada a despeza com a remoção dos indígenas espalhados pelas diversas localidades dos municípios do Passo Fundo e Cruz Alta para o referido aldeamento (Acervo do NDH/PPGH/UPF).

No ano seguinte, em novo relatório de João Pedro Carvalho de Moraes, datado de 7 de março de 1874, são expostas situações conflituosas onde a presença de populações indígenas é vista como um empecilho à posse efetiva da terra por colonizadores da região de Passo Fundo.

Constando á esta presidência que alguns indivíduos residentes no Campo do Meio, no município do Passo Fundo, no intuito de afastarem os índios das terras em que se achão para chamarem-se á posse dellas como devolutas, tem procurado indispol-os com o director geral e com o da colônia militar Caseros, officiei ao chefe de policia para mandar averiguar o facto e

⁷ Fonte: Transcrição dos Documentos Imperiais disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 23.

proceder como for de lei contra taes individuos (Acervo do NDH/PPGH/UPF).

As inúmeras referências às populações indígenas encontradas na Documentação Imperial, a exemplo dos fragmentos ora apresentados, são de extrema relevância histórica. Quando analisados criticamente podem fornecer importantes informações a respeito da política governamental de aldeamento indígena, além das formas de subsistência destes grupos e as dificuldades de inserção ou resistência ao novo modelo de sociedade implantado. Principalmente, a documentação traz à luz a ancestralidade da relação das populações indígenas com a região em questão, desenvolvida durante milênios desde a pré-história e interrompida drasticamente em virtude do modelo de colonização implantado. Cabe ressaltar que apesar das referências a municípios atualmente constituintes da bacia do Alto Jacuí, frequentemente as situações descritas na Documentação Imperial efetivamente ocorreram em outras regiões, a exemplo do atual Alto Uruguai. Tal fato decorre da grande extensão territorial destes municípios no período em questão, porém, este fator não invalida as referências com anotações específicas que permitem sua localização precisa e inserção na região do Alto Jacuí.

Outros apontamentos realizados por viajantes e/ou pessoas a serviço do Império brasileiro também refletem esta relação. Serve como exemplo os escritos do engenheiro belga Pierre François Alphonse Booth Mabilde, que chegou ao Estado em 1833, onde prestou serviços como agrimensor e registrou suas impressões a respeito dos kaingang. Segundo D'Angelis (2006), Mabilde descreve a existência de um local de sepultamento utilizado pelos indígenas em Mato Castelhana, a oeste do rio Guaporé, e a menos de 50km a leste de Soledade.

Em uma excursão que fizemos nas matas que ficam ao sul do Mato Castelhana e perto da zona ou linha meridional até onde chegam, de norte a sul, as matas de pinheiros, encontramos, em 16 de fevereiro de 1836, um campo no meio daquele sertão (...) Naquele campo havia sete túmulos de selvagens (...) Tudo indicava que, desde muitos anos, a mão do homem ali não havia tocado e que jazia no abandono [...] (MABILDE apud D'ANGELIS, 2006, p. 13).

Mabilde visitou a área pela primeira vez em 1836, quando em duas oportunidades desenvolveu uma escavação em algumas das sepulturas. Em 1850 ele retornou ao local acompanhado de alguns indígenas, entre os quais o Cacique Braga, o qual identificou as pessoas ali sepultadas, entre eles seu próprio pai (D'ANGELIS, 2006).

Nos últimos anos, a Antropologia também tem reforçado a relação histórica das comunidades tradicionais indígenas com a região. Os laudos e demais estudos antropológicos destinados à demarcação e regularização da situação jurídica de terras indígenas, tanto de populações kaingang como guarani, têm evidenciado a importância de resgatarmos o conhecimento etnohistórico referente a estes grupos e, sobretudo, reconhecermos os processos de povoamento que tem se desenvolvido na região desde aproximadamente doze mil anos, dos quais os atuais remanescentes indígenas são os maiores representantes.

Além dos dados provenientes de pesquisas arqueológicas indicando a ocupação milenar deste território, há também uma gama de informações etnohistóricas que apóiam tais evidências e representam suficientemente e de forma inquestionável a continuidade deste povoamento quando da inserção do elemento europeu.

4 O SURGIMENTO DA ESPÉCIE HUMANA E SUA EXPANSÃO

Este capítulo destina-se a elucidar algumas questões acerca do surgimento dos primeiros hominídeos. Para melhor compreendermos os processos de ocupação humana no Alto Jacuí, é preciso, antes de tudo, retornar às origens, ou seja, analisar alguns aspectos relacionados ao surgimento da espécie, sua evolução, e a longa trajetória percorrida rumo à expansão pelo globo terrestre. A elucidação do contexto macro, destina-se neste caso à ambientação da temática central, permitindo situar e articular a pré-história do Alto Jacuí no contexto geral. A abordagem aqui desenvolvida compreende o período de tempo que vai desde a saída do continente africano, à chegada dos primeiros grupos humanos ao Brasil e Rio Grande do Sul.

4.1 O surgimento do homo *sapiens sapiens*

Aproximadamente sessenta milhões de anos após a extinção dos dinossauros surgiram os primeiros hominídeos⁸. O crânio de seu representante mais antigo foi descoberto recentemente num deserto da África central (Ver figura 13). Ficou conhecido como Homem de Toumai (*Sahelanthropus tchadensis*), e possui cerca de sete milhões de anos.

A partir daí várias espécies foram surgindo, como o grupo de onde derivam os atuais gorilas, chimpanzés, orangotangos, entre outros, além, é claro, do gênero *Homo*, no qual se inclui o homem moderno, atualmente a única espécie existente deste gênero.

De acordo com o estágio atual do conhecimento, é provável que os primeiros indivíduos do gênero *Homo* tenham surgido há cerca de dois milhões de anos. Em decorrência de sua habilidade na elaboração de instrumentos líticos e sua capacidade de adaptação ao meio, lhe foi atribuída a denominação *Homo Habilis*.

Segundo alguns especialistas, a espécie mais antiga de *Homo* que se conhece é a do *Homo habilis*. Com cerca de 1,57 m de altura, pouco mais de 50 quilos de peso e um cérebro de até 800 cm³, o *Homo habilis* se desenvolveu

⁸ Família da ordem dos primatas da qual originou-se a espécie humana.

graças à sua capacidade de adaptação cultural e social: ele tinha, por exemplo, o hábito de dividir alimentos com os integrantes de seu grupo, criando, assim, laços de solidariedade (SERIACOPI & SERIACOPI, 2005, p. 10).

Até pouco tempo acreditava-se que o *Homo habilis* tinha como sucessor o *Homo erectus*. De maior capacidade mental, organizava-se em comunidades, fabricava utensílios e foi o primeiro a dominar o amplamente o fogo. Contudo, descobertas recentes⁹ passaram a exigir uma reformulação desta teoria, já que os vestígios indicam a contemporaneidade destas espécies.

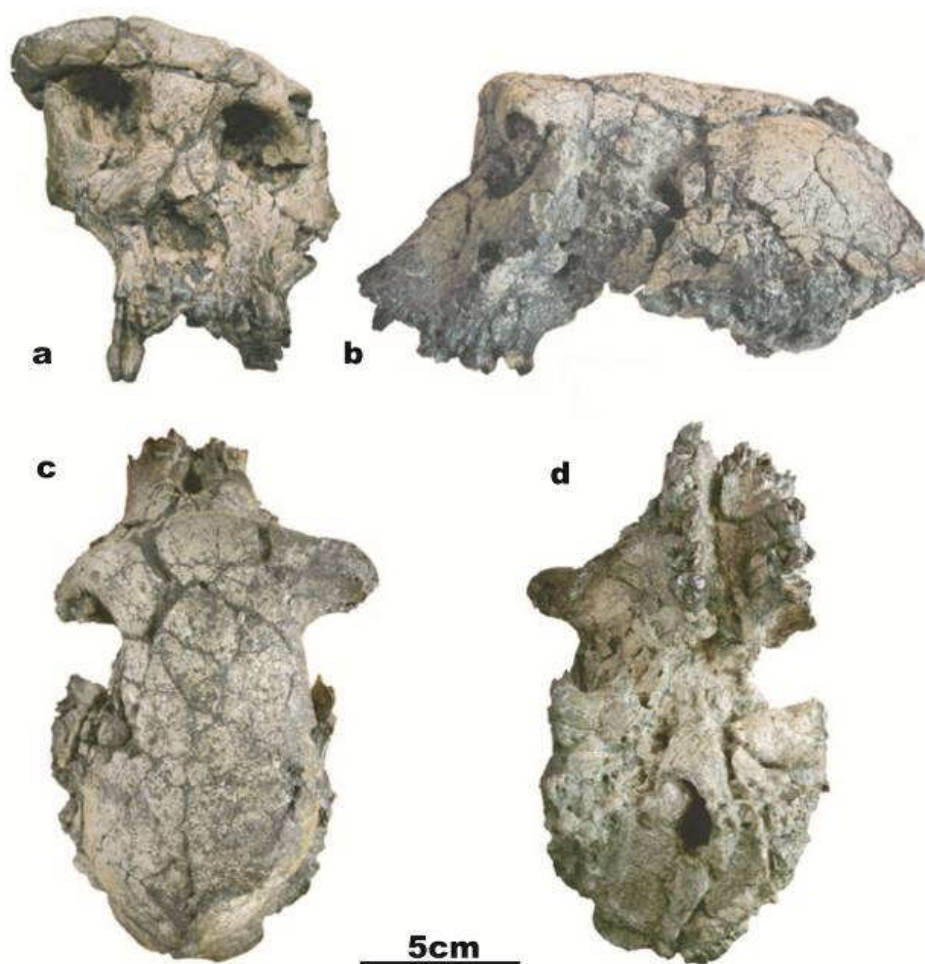


Figura 13 - Crânio do Homem de Toumai (a: vista facial; b: vista lateral; c: vista dorsal; d: vista basal)

Fonte: BRUNET, 2002.

⁹ Os estudos que sugerem a contemporaneidade do *Homo habilis* e *Homo erectus* foram realizados na margem leste do Lago de Turkana, no Quênia, por uma equipe liderada por Fred Spoor, do *University College* de Londres, e foram publicados pela revista *Nature*.

Entre 150 mil e 200 mil anos atrás, surgiu na África um descendente do *Homo erectus*, ele deu origem ao homem moderno, ou seja, a espécie *Homo sapiens sapiens*, da qual fazem parte todos os seres humanos da atualidade.

Essa espécie chegou a conviver com outras do mesmo gênero, como o *Homo neanderthalensis*, ou Homem de Neandertal, que recebeu este nome em virtude da região da Alemanha onde seus fósseis foram encontrados. Acredita-se que tenha sido extinto por volta de trinta mil anos atrás.

É importante lembrar que o homem atual é produto de um processo evolutivo. O desenvolvimento da capacidade de transmitir conhecimento é tomado como um importante marco no processo de evolução humana, este conhecimento acumulado foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, onde sua transmissão e aperfeiçoamento ocorre de forma contínua.

Os homínídeos brevemente descritos figuram entre os mais conhecidos, porém, não são os únicos. Ao longo de sua história evolutiva, muitas espécies surgiram e foram extintas, algumas adaptaram-se com maior facilidade, perdurando por mais tempo, enquanto outras pereceram.

O *Homo sapiens sapiens* não resultou de uma sucessão de espécies ocorrida de forma sistemática e linear. Alguns livros de história, sobretudo, os mais antigos, comumente deixam transparecer esta ideia. Entretanto, o que ocorreu foi uma trajetória evolutiva, muitas espécies se desenvolveram a partir de um antepassado comum, lembrando a formação de uma árvore, onde de seu tronco brotam inúmeros galhos. Não evoluímos a partir de uma "espécie de macaco", temos apenas o mesmo ancestral em comum.

Ao longo deste processo evolutivo, ocorreram inúmeras mudanças não apenas em termos biológicos, mas também culturais, tecnológicas e sociais. Os diversos fatores de adaptação fizeram com que os humanos adotassem uma nova forma de locomoção, o bipedismo. Apesar de não ser totalmente quadrúpede, deixou de usar os quatro membros (mãos e pernas) para se apoiar e assumir a posição ereta, utilizando, portanto, apenas as pernas para se deslocar.

O andar bípede resultou numa série de benefícios. Com a "libertação das mãos", foi possível utilizá-las para outros fins, como, por exemplo, a produção de instrumentos de pedra

lascada, que gradativamente foram aperfeiçoados tanto em sua forma e utilização como diversificação de matéria-prima, constituindo assim, sua cultura material. O ser humano transformou a natureza, para utilizá-la a seu favor. Dotado, desta capacidade, e com uma forma mais eficiente de se locomover, foi possível iniciar sua expansão para fora do continente africano.

4.2 Expansão e chegada ao continente americano

O primeiro passo rumo a outros continentes foi dado pelo *Homo erectus*, então melhor adaptado em relação aos demais hominídeos, lançou-se numa grande marcha a partir da África em direção à Europa e Ásia.

Entre 1 milhão e 700 mil anos atrás, o *Homo erectus* saiu da África, onde surgiu, e iniciou o povoamento da Ásia e da Europa. Entretanto, foi o *Homo sapiens sapiens* quem conseguiu - até por volta de 12000 a.C. - ocupar todos os continentes do planeta, com exceção da Antártida. Segundo os especialistas, o *Homo sapiens sapiens* chegou ao Oriente Próximo e à Ásia entre 90000 e 45000 anos a.C. Do continente asiático ele teria - há cerca de 40 mil anos - alcançado a Oceania por meio de embarcações. Enquanto isso, outros grupos ocupavam a Europa e a Ásia central (SERIACOPI & SERIACOPI, 2005, p. 12).

Em decorrência do aprofundamento constante das pesquisas, as datações apresentadas podem sofrer variações de acordo com a fonte consultada. A cada nova descoberta pode-se alterar o conhecimento acerca da evolução humana. Uma vez que as teorias são elaboradas com base nas informações disponíveis, à medida que o conhecimento vai sendo agregado torna-se necessário adaptar as concepções teóricas, ou até mesmo reformulá-las.

A partir da expansão iniciada pelo *Homo erectus*, a nossa espécie (*Homo sapiens sapiens*) expandiu-se pelo globo terrestre, chegando até o continente americano. Ao tratarmos da chegada do homem ao nosso continente indubitavelmente adentramos numa questão polêmica, que está longe de ser resolvida, não há um consenso entre os pesquisadores, nem sobre as rotas migratórias e tampouco sobre as datações de vestígios arqueológicos.

Segundo a teoria de maior aceitação, o homem teria chegado a América entre 25 mil e 14 mil anos. Neste período o nível do mar estava mais baixo, criando uma ponte de ligação no mar de Bering, entre a Sibéria (Ásia) e o Alasca (América do Norte). Esta passagem entre os continentes ficou conhecida como Estreito de Bering. "Na ocasião, este se encontrava emerso, formando uma gigantesca ponte de gelo e rocha devido à diminuição do nível das águas do mar produzida pela última glaciação, que terminou 10 mil anos atrás" (MOTA & BRAICK, 2005, p. 35).

Esta hipótese, conhecida como Teoria de Clóvis¹⁰, foi amplamente difundida até a década de 1990, quando novas descobertas arqueológicas ocorridas em continente americano - principalmente no Chile, EUA e Brasil - corroboraram para seu enfraquecimento gradativo. Recentemente esta teoria sofreu um grande revés, foram descobertas dezenas de pegadas no México, um número equivalente a um grupo de aproximadamente 30 pessoas. Os estudos indicam que elas podem ter sido feitas a cerca de 40 mil anos atrás, e mantiveram-se conservadas graças ao lodo e às cinzas vulcânicas que as fossilizaram.

Com relação à chegada ao continente pelo Estreito de Bering, há ainda a possibilidade de outras travessias ocorridas em momentos distintos daquele sugerido pela Teoria Clóvis, como defende o bioantropólogo e arqueólogo brasileiro Walter Neves. Sua pesquisa está voltada ao estudo de Luzia, um esqueleto encontrado em Minas Gerais na década de 1970 pela missão arqueológica franco-brasileira, e hoje constitui-se no mais antigo esqueleto humano¹¹ encontrado em continente americano.

Existe ainda a teoria que propõe o autoctonismo do homem americano, ou seja, o homem não teria vindo de outro continente, ou pelo menos não somente, seu surgimento teria ocorrido aqui mesmo, na América. Esta hipótese conta com poucos seguidores, até o momento não há evidências materiais que proporcionem seu devido respaldo científico.

Sem dúvida a hipótese mais polêmica tem como uma de suas maiores representantes a arqueóloga brasileira Niède Guidon. Há décadas ela realiza importantes pesquisas no interior do Piauí. Sua teoria prega que "o homem chegou à América em migrações esporádicas, navegando pelo Pacífico, vindo da Ásia, Polinésia ou Oceania. O movimento migratório por via marítima explicaria a existência de certas características australóides e melanóides entre

¹⁰ Recebeu este nome em virtude dos artefatos arqueológicos encontrados nas proximidades da cidade de Clóvis, no Novo México, Estados Unidos.

¹¹ Aproximadamente 11.600 anos.

os ameríndios" (MOTA & BRAICK, 2005, p. 35). Segundo Guidon (2011), o *Homo sapiens sapiens* já se encontrava no Piauí há pelo menos 100 mil anos. Esta concepção tem encontrado forte resistência por parte da comunidade científica, sobretudo, na América do Norte, já na Europa ela é discutida com maior facilidade.

Os debates em torno da chegada do homem ao continente americano são acalorados, sem previsões de um consenso a curto prazo. Certamente as discussões com base científica somente vem enriquecer o conhecimento acerca da pré-história americana. Enquanto não surgirem novos indícios, é preciso lembrar que as teorias em torno das rotas migratórias para a América são acima de tudo conjunturas elaboradas em determinados contextos e com informações limitadas (Ver figura 14). O conhecimento científico desenvolve-se de forma intermitente, provavelmente em dado momento determinadas hipóteses deverão ser reforçadas e outras descartadas.



Figura 14 - Possíveis rotas migratórias do Homo Sapiens Sapiens
Fonte: VICROSKI, 2008; baseado em MOTA e BRAICK, 2005.

4.3 Pré-História do Brasil

As controvérsias em relação à chegada do homem ao continente americano, evidentemente perpassam a pré-história Brasileira. Aqui estão localizados alguns dos mais importantes sítios arqueológicos da América. O aprofundamento das pesquisas tem contribuído de forma decisiva para o enfraquecimento da teoria tradicional acerca do povoamento do continente.

Até pouco tempo atrás, eram raras as pessoas que defendiam uma ocupação humana da América em período anterior a doze mil anos. Hoje, para o caso do Brasil, alguns pesquisadores sugerem uma data muito mais remota, situada em torno de 60 mil anos, ou ainda mais antiga, entre 100 mil e 120 mil anos.

A insuficiência de vestígios relativos ao período pleistocênico ainda não permite a completa substituição das concepções amplamente difundidas nas últimas décadas, porém as discussões acerca de rotas de migração alternativas e distintas levadas migracionais encontram cada vez mais adeptos entre a comunidade acadêmica, estimulando o desenvolvimento de pesquisas em estratos estratigráficos até então ignorados.

A raridade dos sítios possíveis de serem atribuídos a esse remoto passado e a precariedade das informações disponíveis a seu respeito sustentam a opinião dos céticos. No entanto, outros pesquisadores explicam tal fato pela quase ausência de pesquisas realizadas até agora em sedimentos pleistocênicos, justamente por não se acreditar na possibilidade de conterem vestígios arqueológicos (PROUS, 1992, p. 120).

As datações mais controversas (entre 100 mil e 120 mil anos) foram obtidas com base em evidências encontradas no estado do Piauí. Elas ainda não são definitivas, há uma série de fatores necessários à comprovação dos vestígios da ocupação humana num sítio arqueológico, "é necessário haver numerosas datas concordantes, relacionadas a uma série de materiais, tais como artefatos, esqueletos humanos e restos alimentares, em sua seqüência cultural vinda de depósitos estratificados intactos" (ROOSEVELT apud TENÓRIO, 2000, p.38).

Estudos recentes desenvolvidos pelos pesquisadores Emílio Fogaça (Universidade Católica de Goiás) e Eric Boëda (Universidade de Paris), permitiram desvelar a seqüência de

lascamento de artefatos líticos encontrados junto a uma estrutura de fogueira no Piauí, cuja datação do carvão apresentou datas entre 50 e 60 mil anos. Até então predominavam as dúvidas com relação à origem antrópica dos vestígios, no entanto, o estabelecimento da cadeia operatória não deixa dúvidas sobre a origem humana de seus artífices.

Além de sua contribuição para a arqueologia americana, o Estado do Piauí é pródigo em sítios arqueológicos. O Parque Nacional Serra da Capivara¹² é considerado patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Trata-se de um dos maiores complexos de pinturas rupestres do mundo e, possivelmente, o mais antigo, foram obtidas datações com aproximadamente trinta e quatro mil anos.

As pinturas e gravuras rupestres feitas pelas populações pré-históricas são encontradas de norte a sul do país, nas mais variadas formas e representações, cada região possui um "estilo" representativo (Ver figura 15).

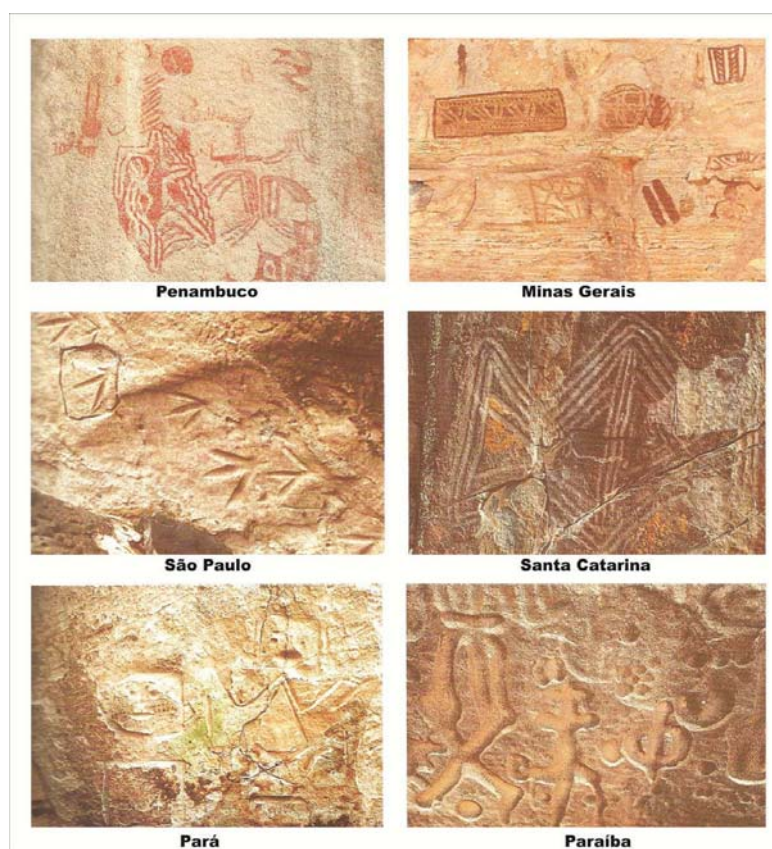


Figura 15 – Exemplos de painéis com arte rupestre encontrados no Brasil

Fonte: HETZEL, B.; NEGREIROS, S.; GASPAR, M. 2007.

¹² O Parque Nacional Serra da Capivara está situado no município de São Raimundo Nonato, a cerca de 530 km da capital Teresina, no Piauí.

Tão popular e polêmico quanto os vestígios arqueológicos encontrados no Piauí, seguramente são os esqueletos encontrados em Lagoa Santa (MG), sobretudo, os ossos de Luzia, uma "brasileira" com aproximadamente 20 anos que habitou a atual região de Minas Gerais por volta de 11.600 anos atrás (Ver figura 16). Luzia constitui hoje o fóssil humano mais antigo da América, seus ossos foram assim batizados em alusão a Lucy, cujos vestígios foram encontrados na África, e possuem cerca de 3,2 milhões de anos.

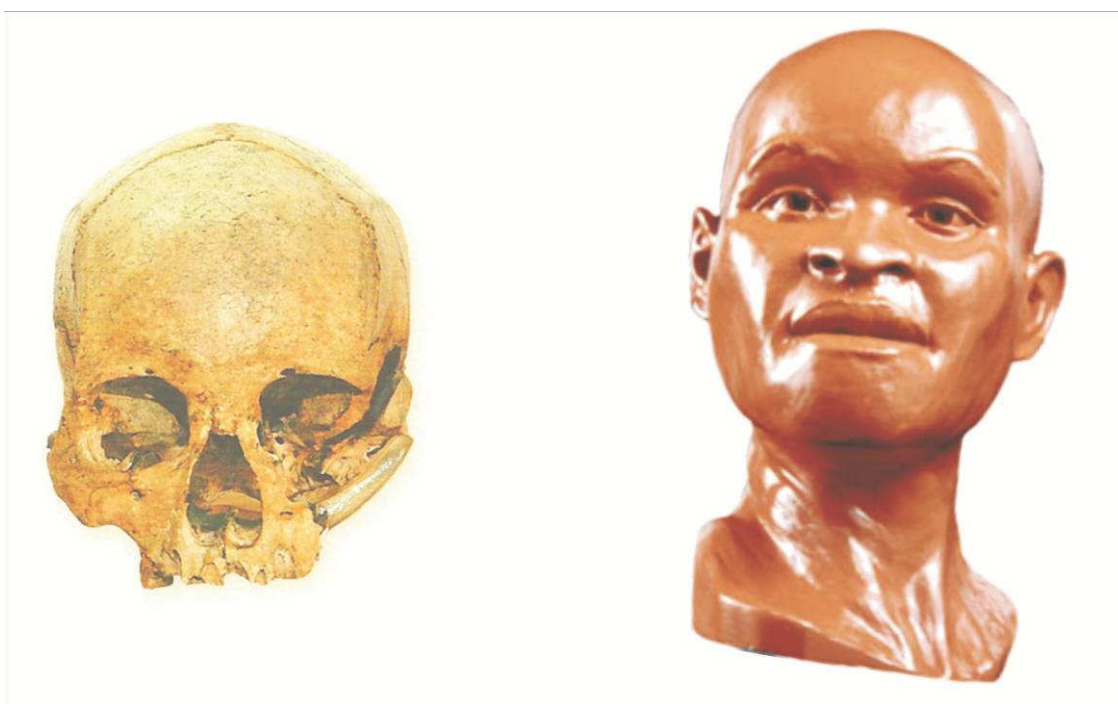


Figura 16 - Reconstituição do rosto de Luzia realizada com base em seu crânio

Fonte: HETZEL, B.; NEGREIROS, S.; GASPAR, M. 2007.

Escavado em 1975, seu crânio permaneceu esquecido por um certo período de tempo, até que o pesquisador Walter Neves o redescobriu em meio a um acervo praticamente esquecido num museu do Rio de Janeiro, sua análise resultou em constatações surpreendentes.

A questão mais polêmica em torno de Luzia, porém, incontestável, são suas feições negróides. Até então a opinião generalizada era de que as populações que habitaram a América em tempos pré-históricos possuíam traços anatômicos correspondentes às populações de asiáticos típicos (mongolóides), comparáveis aos povos indígenas da atualidade, este crânio, no entanto, com seus olhos arredondados e um largo nariz assemelha-se muito mais a populações africanas ou até mesmo australo-melanésias.

A hipótese da homogeneidade biológica caiu por terra. Provavelmente houve outras levadas migratórias além daquela comumente aceita, pela qual a "família" de Luzia teria atingido nosso continente. Com o tempo estas populações podem ter sido dizimadas pelos grupos mongolóides possivelmente em maior número, ou até mesmo miscigenadas.

Após esta descoberta, a quantidade de fósseis similares encontrados em continente americano vem aumentando gradativamente. As pesquisas indicam que mesmo as populações indígenas atuais não são tão homogêneas quanto se pensava, há estudos publicados indicando a existência de grupos humanos semelhantes biologicamente à Luzia vivendo no México em pleno século XVI, e posteriormente dizimados pelos espanhóis. Este, certamente, é mais um capítulo da pré-história que exige uma longa discussão e que depende da evolução das pesquisas para qualquer afirmação conclusiva.

O fato é que todos estes processos de ocupação do continente até então conhecidos ou por descobrir, resultaram num Brasil pré-histórico composto por um mosaico de culturas, com centenas de línguas, povos e costumes, que ainda hoje se manifestam de alguma forma, seja através dos remanescentes vivos, ou pela riquíssima cultura material e imaterial, que atualmente se traduzem em fontes documentais utilizadas em pesquisas históricas e arqueológicas.

Através da análise destes vestígios deixados de forma involuntária ou até mesmo voluntária por estas populações, é que podemos inferir sobre seu modo de vida, de pensar, e até mesmo sobre sua relação com a natureza, entre outros aspectos.

Entre os vestígios frequentemente analisados pela arqueologia pré-histórica destaca-se a indústria lítica, indústria oleira, gravuras e pintadas rupestres, vestígios osteológicos e malacológicos, além de estruturas de habitação em cavidades naturais e demais alterações no solo, como cerritos, sambaquis, casas subterrâneas, aterros e geoglifos (Ver figura 17).

Algumas estimativas apontam a presença de aproximadamente cinco milhões de indígenas vivendo no Brasil na época da chegada dos portugueses, resultando numa infinidade de formas de interação e adaptação ao meio, expressas através do registro arqueológico.



Figura 17 – Artefatos arqueológicos encontrados no Brasil (Acervo do Museu Nacional)

Fonte: HETZEL, B.; NEGREIROS, S.; GASPAR, M. 2007.

A forma de adaptação e estruturação destas sociedades variava de acordo com a região geográfica em que estavam instaladas, o meio físico e biótico possuía forte influência no estabelecimento das estratégias de subsistência, com reflexos na cultura material destes povos. No entanto, no que tange a escolha do local de assentamento, há pelos menos um atrativo comum a todas estas populações: trata-se da proximidade com locais onde há disponibilidade de recursos hídricos, um elemento fundamental para a sobrevivência humana. Não há outra forma de suprir esta necessidade, logo, a ausência de água em determinado local representava a impossibilidade de ali estabelecer-se.

As áreas com disponibilidade de caça e pesca também eram de grande importância, independente da época em que aqui chegaram, estes grupos humanos, em seus primórdios desconheciam a agricultura. Por este motivo são denominados de caçadores-coletores-pescadores, seu alimento não provinha de nenhum cultivo, mas sim da pesca, caça e coleta de frutos e raízes. Para tanto, desenvolviam alguns utensílios e ferramentas para facilitar seu cotidiano, como facas, raspadores, furadores, machados de pedra lascada, além de espátulas e anzóis feitos em osso. Obviamente a madeira e outros materiais de origem orgânica também eram utilizados como matéria-prima. No entanto, o tempo transcorrido praticamente não possibilita a conservação de tais vestígios.

É preciso lembrar que neste período as populações humanas deslocavam-se constantemente. Eram, portanto, nômades, que migravam frequentemente em busca de alimentos, acompanhando assim a disponibilidade deste recurso. Em algumas situações isto ocorria de forma cíclica, ou seja, percorria-se um determinado circuito, retornando-se a locais pré-determinados, onde sabia-se qual a época do ano em que haveria alimentos. Por este motivo, muitas vezes os arqueólogos encontram sítios com períodos distintos de ocupação.

Com o advento da agricultura, ocorreram grandes alterações no modo de vida destas pessoas, é a chamada revolução neolítica. Entre as principais mudanças podemos citar a tendência ao sedentarismo. De forma gradual os grupos humanos deixaram de migrar constantemente para se estabelecerem em definitivo, passando assim de caçadores-coletores nômades para horticultores sedentários ou semi-sedentários.

A sedentarização humana não é unicamente fruto do desenvolvimento das técnicas de agricultura, como se pensava até há algum tempo atrás. Atualmente as pesquisas indicam que havia populações de caçadores que abandonaram a vida nômade, sem se dedicarem ao cultivo.

Em outras partes do mundo, a agricultura está estreitamente ligada à domesticação de animais:

Havia uma intensa relação simbiótica entre as duas atividades. Os animais forneciam alimentos ricos em proteínas, peles, pêlo para têxteis, fertilizantes; carregavam os produtos da fazenda para casa e da casa para o mercado; e eram atrelados a arados. A agricultura fornecia forragens para os animais, assim como safras para consumo humano (SANDRS & MARINO, 1971, p. 73).

Na América, no entanto, os esforços foram concentrados no desenvolvimento das técnicas de domesticação de plantas. De acordo com Arno Kern (1994, p. 77), antes da chegada dos espanhóis e portugueses, que trouxeram consigo o gado, os grupos indígenas desconheciam a domesticação de animais, a exceção era o cachorro, praticamente o único animal doméstico encontrado de norte a sul do continente.

Além do desenvolvimento de técnicas de cultivo (com destaque para espécies vegetais como mandioca, milho, batata doce, abóbora, girassol e amendoim), a revolução neolítica trouxe uma série de implicações, como o aumento populacional. O domínio sobre a produção de alimentos propiciou uma verdadeira explosão demográfica. Logo formaram-se vilas e com o passar do tempo pequenas cidades, com milhares de habitantes.

Generalizando, pode-se afirmar que este processo teria se desenvolvido no Brasil por volta de cinco mil anos atrás. Alguns achados isolados constituem exceções, observam-se aspectos relacionados a revolução neolítica muito antes desta data, como no caso de um sítio identificado em Goiás, datado entre nove e onze mil anos A.P., onde foram "encontrados coquinhos de palmeiras e caroços de frutos associados a instrumentos para quebrar e moer" (TENÓRIO, 2000, p. 263).

Ocorreu ainda uma sofisticação nos utensílios, como um aumento e/ou surgimento da produção de recipientes cerâmicos, confecção de artefatos em pedra polida, entre os quais lâminas de machado, mãos-de-pilão, além de instrumentos para quebrar caroços e moer alimentos. Realizava-se ainda o melhoramento de espécies vegetais através de cruzamentos genéticos, além da própria seleção de espécies visando uma maior produtividade.

As alterações advindas deste novo sistema de organização foram inúmeras, sejam elas positivas ou negativas. Com o aumento populacional e a produção de um excedente agrícola, emergiram também algumas formas de estratificação social, dominação e poder, alterando substancialmente as relações sociais.

Até pouco tempo atrás, acreditava-se que certos estágios de desenvolvimento social, como a passagem do estado de caçador-coletor para horticultor, fosse um requisito necessário para a evolução de qualquer grupo humano. Tal compreensão foi influenciada por determinadas correntes de pensamento, fazendo emergir críticas que questionam a validade de tal modelo explicativo, baseado numa concepção errônea de desenvolvimento humano, incompatível com o estágio atual do conhecimento.

Em linhas gerais, o contexto do povoamento pré-colonial observado no Brasil integra a conjuntura desvelada pela arqueologia no atual Rio Grande do Sul, onde os primórdios do povoamento ocorreram ao final da última glaciação. Segundo Kern (1994, p.32), “a datação mais antiga que possuímos para a chegada dos primeiros caçadores-coletores é de 12.770 anos”, com margem de erro de 220 anos para mais ou para menos.

Esta imensa área foi pouco a pouco ocupada por grupos pré-históricos de caçadores-coletores-pescadores que se instalaram nas paleopaisagens ainda geladas, frias e secas do último período glacial. O território que habitamos atualmente não possuía no passado o clima de hoje (KERN, 1994, p. 33).

Estes grupos de caçadores-coletores-pescadores eram nômades e se estruturavam em bandos pouco numerosos, facilitando sua subsistência. Os vestígios de sua cultura material estão fundamentalmente baseados na indústria lítica, gravuras rupestres, além de esporádicas estruturas de habitação e sepultamento. Neste período os seres humanos dividiam espaço com os animais da megafauna.

No início do ano de 2011, durante a construção de uma residência no norte do Estado, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade de Passo Fundo (UPF), notificaram o cadastramento de um sítio paleontológico relacionado aos animais da megafauna, mais

precisamente uma paleotoca (Ver figura 18), um abrigo subterrâneo possivelmente escavado por um gliptodonte, espécie similar aos atuais tatus, porém, em maiores proporções.

A arqueologia ainda carece de informações a respeito da relação dos caçadores-coletores com estes animais. Somente nos últimos anos a atuação conjunta de geólogos, paleontólogos, arqueólogos entre outros pesquisadores, tem permitido o cadastramento de inúmeros sítios similares no sul do país, além de propiciar o estabelecimento de uma relação entre os abrigos escavados por estes animais e as chamadas galerias subterrâneas, reutilizadas pelos jê meridionais em período posterior a extinção da megafauna.



Figura 18 – Aspecto externo da paleotoca

Fotografias: Fabricio J. Nazzari Vicoski e Francisco Buchmann

Com as alterações do meio físico e biótico observadas a partir do Ótimo Climático, a expansão destas populações se consolidou de forma progressiva nas diversas regiões do Estado. Estavam adaptados as áreas de campo do pampa, as florestas dos vales dos grandes

rios, aos campos do planalto, chegando, posteriormente ao ambiente lacustre e marítimo da planície costeira.

Por volta de dois mil anos atrás, a migração de levas populacionais compostas por grupos ceramistas-horticultores alteraram a dinâmica de povoamento. Relacionados linguisticamente à duas grandes famílias, respectivamente tupi-guarani e jê meridional, passaram a ocupar ambientes distintos e a explorar os demais territórios.

Atualmente os elementos que subsidiam a pesquisa arqueológica no Rio Grande do Sul correspondem principalmente aos vestígios de aldeias guarani junto aos grandes cursos d'água, estruturas subterrâneas associadas aos jê meridionais nas florestas de pinheirais, cerritos nas terras baixas, sambaquis no litoral, abrigos sob-rocha nas encostas do planalto, além de uma profusão de artefatos líticos lascados e polidos, e obviamente a indústria oleira.

5. O ALTO JACUÍ NA PRÉ-HISTÓRIA

Apesar do considerável aumento das pesquisas arqueológicas nos últimos anos, ainda há regiões do Rio Grande do Sul sobre as quais dispomos de poucas informações acerca do povoamento pré-colonial. A bacia do Alto Jacuí, especialmente a porção situada na região do Planalto Médio, figura entre os locais com baixo fluxo de pesquisas arqueológicas. Em geral, ocorreram estudos direcionados, raramente publicados e/ou articulados com os dados disponíveis. Diante deste cenário não dispomos de uma sistematização das informações.

Com o intuito de suprir esta lacuna, ou pelo menos subsidiar o aprofundamento de pesquisas futuras, apresentamos neste capítulo um panorama geral dos processos de povoamento analisados sob a perspectiva do registro arqueológico e dos padrões de assentamento das populações pré-coloniais, de forma articulada às características do meio físico e biótico, contextualizada com a proposta dos capítulos anteriores.

Ao longo de milênios a região foi ocupada sucessivamente por grupos humanos de caçadores-coletores e ceramistas-horticultores. Na sequência apresentamos as principais características destas populações e nossas considerações acerca da abordagem que nos permitem interpretar a região do Alto Jacuí como uma área de fronteira geográfica, étnica e cultural, um local de grande interação social, enfim, uma importante rota de migração e intercâmbio cultural durante a pré-história.

5.1 Caçadores-Coletores

A insuficiência de datações para a região do Alto Jacuí não nos permite estabelecer uma cronologia absoluta, entretanto, o registro arqueológico e sua análise articulada com o contexto geral, são elementos que sugerem a compatibilidade com a conjuntura de povoamento observada na metade norte do Estado, onde situa-se a chegada dos primeiros grupos de caçadores-coletores no início do período holocênico.

Sabe-se que as condições ambientais influenciam as formas de adaptação humana e, conseqüentemente, sua cultura material. Comumente distinguem-se duas indústrias líticas no Rio Grande do Sul, observadas também no Alto Jacuí. Uma delas melhor adaptada as paisagens abertas das planícies e campos, com artefatos líticos produzidos a partir de lascas, e outra relacionada ao ambiente das matas semi-úmidas, baseada em instrumentos elaborados a partir de blocos de rocha. De acordo com a terminologia utilizada pelo PRONAPA, são denominadas respectivamente como *tradição Umbu* e *tradição Humaitá*, as evidências sugerem a contemporaneidade destas culturas.

É preciso lembrar que esta classificação foi elaborada sob o aspecto tecnológico, elementos de ordem cultural não foram considerados. Esta divisão simplificada não representa necessariamente a diversidade étnica da época, mas sim as técnicas de produção ocasionalmente compartilhadas por inúmeros povos com outras instâncias de distinção entre si. Nem tampouco a diferenciação com base nas características ambientais de cada indústria lítica deve ser considerada rígida, já que a relativa escassez de alimentos e a necessidade constante de deslocamento exigiam a exploração de outros ambientes. “Estas ‘tradições’ coexistiram frequentemente numa mesma região, sucedendo-se ou até alternando-se estratigraficamente nos mesmos sítios” (PROUS, 1992, p. 148).

Naquele período, as condições climáticas, a fauna e a flora, eram distintas dos padrões conhecidos na atualidade. A temperatura situava-se alguns graus abaixo da média atual, os rios corriam no fundo dos vales, as antigas margens que ocasionalmente podem ter abrigado as populações de caçadores-coletores encontram-se atualmente submersas, constituindo um obstáculo à identificação de sítios arqueológicos relativos a este período.

Como conseqüência dos baixos níveis pleistocênicos, os rios escavaram profundamente seus leitos, provocando a erosão dos terraços anteriores, nos quais poderiam ter sido conservados vestígios de uma eventual ocupação muito antiga. A transgressão do início do Holoceno foi, ao contrário, causa da penetração do mar pelos estuários e de uma forte sedimentação que oblitera os sítios do Holoceno mais antigo, tornando quase que impossível, em tempos normais, tanto seu descobrimento como o acesso a eles (PROUS, 1992, p. 122).

Estes primeiros povoadores eram nômades ou seminômades, deslocavam-se constantemente em pequenos grupos em busca de alimentos e desconheciam as técnicas de

horticultura e domesticação de animais. Sua subsistência estava centrada na coleta de frutos, tubérculos, moluscos, sementes e raízes como mandioca e batata, além da caça e pesca, recursos fundamentais na dieta alimentar destes grupos, já que os invernos rigorosos não favoreciam a diversificação de alimentos disponíveis para coleta.

Estabeleciam seus acampamentos nas margens de córregos e principalmente nos terraços do planalto. Seus abrigos eram sustentados por varas de madeira e cobertos com peles de animais e tramas vegetais. As cavidades naturais das rochas como grutas e cavernas também eram utilizadas, tanto para habitação como para atividades ritualísticas. Deixaram gravuras rupestres nas paredes das grutas e encostas rochosas realizadas através do polimento e picoteamento da rocha, a exemplo do Abrigo do Barreiro em Ivorá/RS. Porém, no Alto Jacuí, os componentes culturais evidenciados nos sítios com petroglifos permitem relacioná-los não apenas aos caçadores-coletores, mas também aos ceramistas horticultores, sugerindo uma grande interação cultural na região.

Ao contrário dos acampamentos a céu aberto, os abrigos naturais oferecem condições propícias à preservação dos vestígios arqueológicos, como pontas-de-projétil, raspadores, lascas retocadas e até mesmo material ósseo (Ver figura 19). Afora uma eventual ação antrópica, tais locais não passaram por grandes alterações desde aquela época.

Fabricavam ferramentas de pedra lascada, provavelmente a madeira, ossos, chifres e conchas também eram largamente utilizados, contudo, raramente há condições de preservação de vestígios além da indústria lítica. Entre a matéria-prima utilizada destacava-se o basalto, arenito, diabásio, calcedônia, sílex e quartzo. Eram utilizadas desde rochas de grande dureza como também aquelas friáveis com possibilidade de fratura conchóide.

O lascamento das pedras era efetuado procurando-se criar gumes cortantes e/ou arestas pontiagudas, em seguida, de acordo com a função a que se destinava, poderia receber o encabamento de madeira, ou, caso o cabo fosse descartado, priorizava-se seixos até certo ponto anatômicos, permitindo seu encaixe na mão de forma confortável.

Além de seixos e pequenos blocos, as lascas também eram largamente utilizadas, já que constituem em si um instrumento cortante, podendo ainda receber retoques nas extremidades através de pequenos lascamentos controlados feitos por pressão, com a ajuda de objetos pontiagudos de madeira, ossos ou chifres de animais, obtendo-se um instrumento ainda mais eficiente, como pontas de projéteis, facas, raspadores e furadores (Ver Figura 19).

Os artefatos confeccionados através da técnica de lascamento poderiam apresentar ambas as faces lascadas de forma refinada, constituindo assim um instrumento bifacial, suas extremidades pontiagudas eram utilizadas para cortar, raspar e furar.

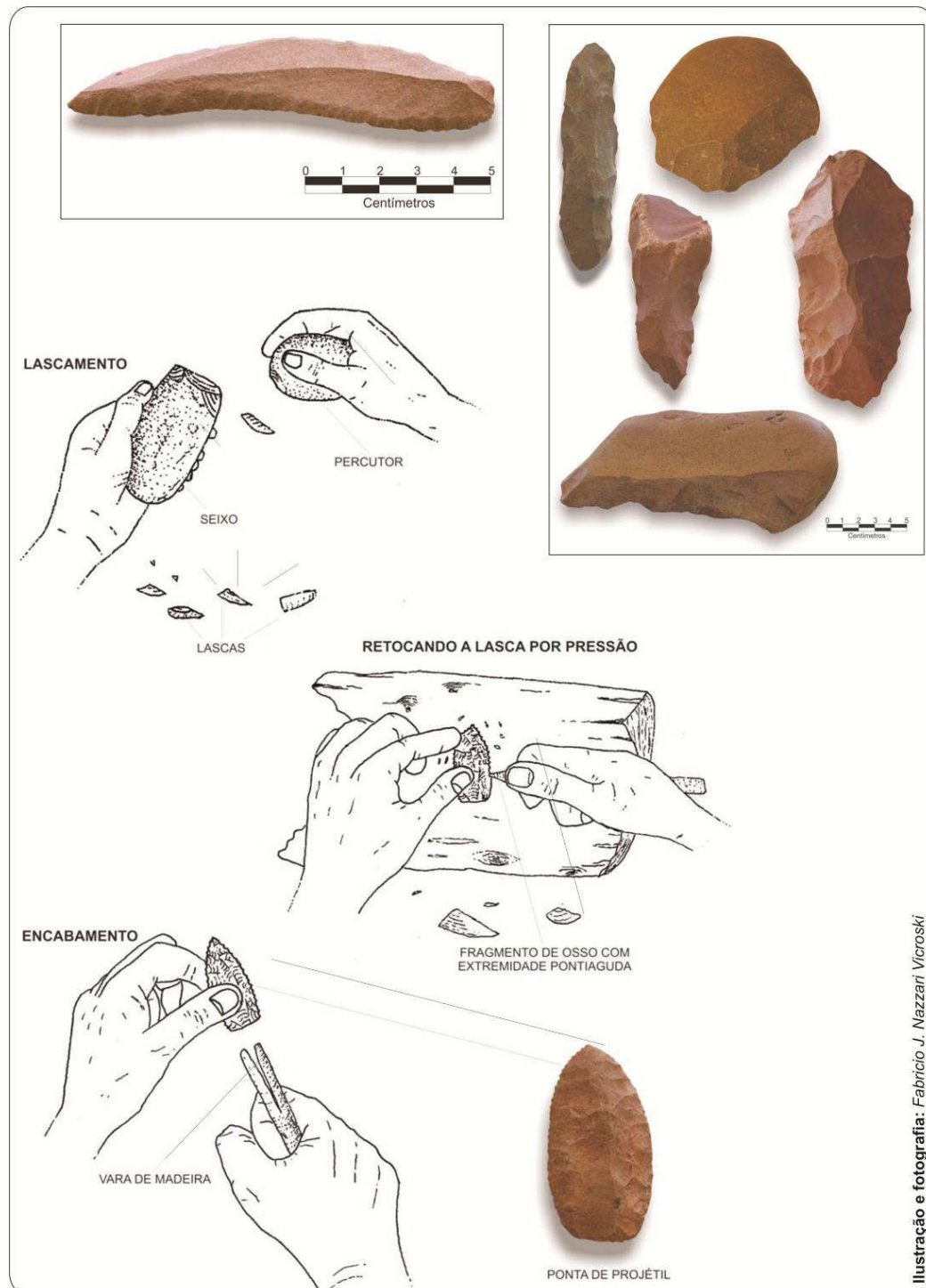


Figura 19 – Principais etapas do processo de lascamento e artefatos produzidos a partir de pequenos blocos, seixos e lascas no detalhe

Fonte: VICROSKI, 2008, p. 75.

A indústria lítica constitui o principal vestígio deixado pelas populações nômades de caçadores-coletores. Cabe destacar algumas diferenças frequentemente observadas entre os instrumentos recorrentes respectivamente entre os sítios arqueológicos situados nas áreas de mata e de campo.

A indústria lítica adaptada ao ambiente de campo (tradição Umbu), distingue-se daquela predominante nas áreas de mata (tradição Humaitá), sobretudo, nas formas, tamanho, técnicas, matéria-prima e utilização dos utensílios.

As paisagens abertas facilitavam o deslocamento tanto dos humanos como de animais, favorecendo o desenvolvimento de instrumentos que melhor se adaptavam a este tipo de ambiente, como armas de arremesso (bolas de boleadeira, pontas de flecha e lança), instrumentos que poderiam ser utilizados com muito mais destreza em áreas de campos do que em florestas.

Artefatos como as bolas de boleadeira, feitas em pedra polida, são recorrentes principalmente na Campanha gaúcha, contudo, sua incidência também foi registrada no Alto Jacuí, eventualmente fruto de trocas realizadas entre estas populações ou intercâmbio de técnicas.

As lascas retocadas e, principalmente, as pontas de projétil, constituem as principais características da indústria lítica adaptada as paisagens de campo (Ver figura 20). Com formas e tamanhos variados (triangulares, foliáceas, em formato de peixe, ovais), comumente as maiores eram utilizadas como ponteira para lanças, enquanto as menores serviam como flechas.

A tipologia lítica mostra uma grande diferença em relação à tradição Humaitá, mesmo sem levar em conta a existência de pontas de projétil. Já na escolha da matéria-prima, dá-se uma importância relativa bem maior às rochas mais frágeis (quartzo, sílex, calcedônia, ágata), que se prestam melhor à extração de lascas e ao retoque fino (inclusive por pressão) do que as rochas semifrágéis, como o basalto, procurado exclusivamente para fabricar os raros instrumentos pesados. O arenito era usado como polidor ou alisador (PROUS, 1992, p. 151).

As pontas de projétil não constituem uma exclusividade dos grupos de caçadores-coletores dos campos e das florestas, trata-se de uma forma também recorrente entre as populações de ceramistas-horticultores que posteriormente migraram para a região, porém, cada indústria possuía suas particularidades.

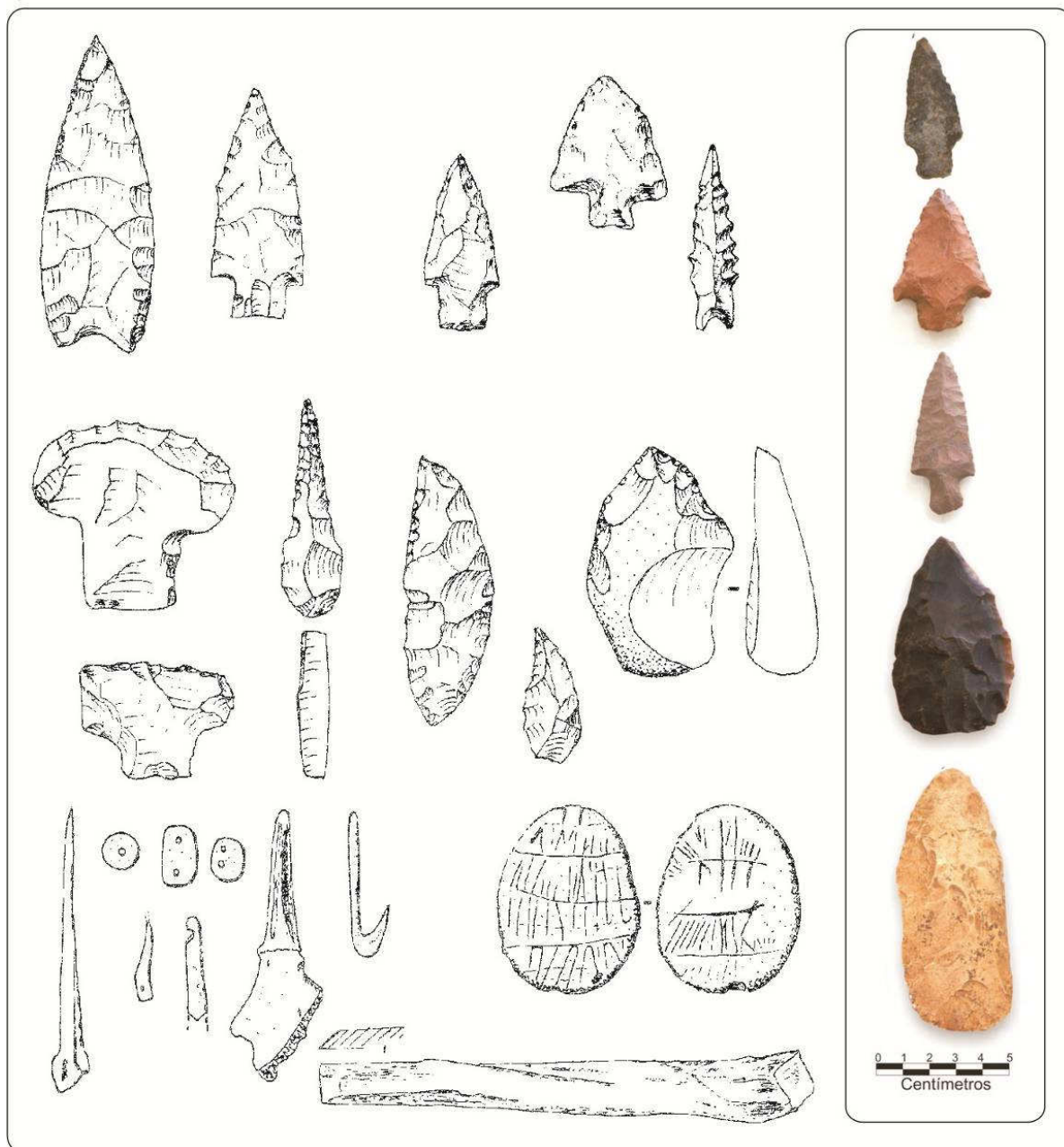


Figura 20 – Elementos da indústria lítica e óssea associados a tradição Umbu (Pontas de projétil, buris, raspadores, furadores, espátulas, anzóis e adornos)
Ilustrações: PROUS, 1992, p. 152; **Fotografia:** Fabricio J. Nazzari Vicroski

Se por um lado os habitantes dos campos desenvolveram uma indústria lítica com pontas de projétil e bolas de boleadeira, facilmente manuseáveis em áreas abertas, por outro os grupos humanos que vivem nas florestas subtropicais produziram pesados instrumentos de pedra lascada, como machados, picaretas, talhadores e raspadores, adequados a vida na mata, com os quais poderiam cortar e trabalhar a madeira, além de cavar raízes e construir habitações. Portadores de artefatos maiores e mais pesados, esta cultura "é caracterizada por instrumentos morfologicamente maciços sobre massa central (blocos ou seixos), sendo normalmente desprovida de pontas de projétil de pedra" (PROUS, 1992, p. 156). É provável que estes grupos confeccionassem suas pontas de flecha e lança em osso e madeira, aquecendo a extremidade no fogo a fim de endurecê-la.

Frequentemente os artefatos desta indústria lítica são descritos como "toscos" ou "grosseiros", tal aceção é de certa forma compreensível. A primeira vista, se comparados aos instrumentos produzidos através de técnicas distintas como a preparação de uma lasca por pressão, teremos um artefato de pequenas proporções finamente trabalhado, ao lado de um bloco de rocha aparentemente lascado ao acaso. Todavia, a concepção destes instrumentos era fruto de um planejamento pautado pelas funções à que se destinavam. Sua aparência robusta não impedia de realizar satisfatoriamente atividades como raspar, furar, talhar, cavar, trabalhar a madeira, cortar árvores, confeccionar canoas, entre outras utilidades. O basalto e o arenito silicificado, matérias-primas abundantes no planalto, eram largamente utilizados.

Estes artífices da nossa pré-história utilizavam seixos de basalto como percutores, para lascar a pedra e fazer por percussão direta os seus instrumentos. Mesmo os retoques nos gumes, para torná-los mais afiados e mais eficientes, foram feitos através das técnicas de percussão. A maioria dos instrumentos parece ter sido feita para trabalhar a madeira, como as grandes plainas que são instrumentos líticos de forma plano-convexa, como os raspadores, mas de tamanho maior. Apresentam desgastes na base, o que indica a sua utilização para trabalhar a madeira. Uma variedade muito grande de pesados talhadores foram encontrados. Alguns foram, por igual, lascados bifacialmente. Os seixos lascados de maneira a terem em uma de suas extremidades um gume afiado serviram desde a mais remota antigüidade do homem até recentemente como uma espécie de machado manual rudimentar (KERN, 1994, p. 47).

Além dos pesados blocos utilizados como picões e talhadores, é característico desta indústria um artefato com lascamento bifacial em forma bumerangóide, seu gume cortante

raramente apresenta sinais de uso, o que leva a crer que tenha sido destinado a funções rituais. Sua ocorrência foi verificada principalmente na região noroeste, nas margens do rio Uruguai, mas também entre os rios Jacuí e Pardo (Ver figuras 21 e 22).

Seus acampamentos estavam inseridos nas florestas subtropicais das encostas do planalto, geralmente nos vales dos grandes rios, na parte superior plana dos barrancos, próximo a confluência de pequenos cursos d'água, em altitudes inferiores ao ambiente ocupado pelos habitantes das áreas abertas nas coxilhas do planalto (PROUS, 1992). Não há, contudo, vestígios de suas habitações, possivelmente construídas em madeira, fator que impossibilita sua conservação. Sobre sua dieta alimentar, sabemos que o pinhão era largamente utilizado, complementada pela coleta de outros recursos, além da caça e pesca.

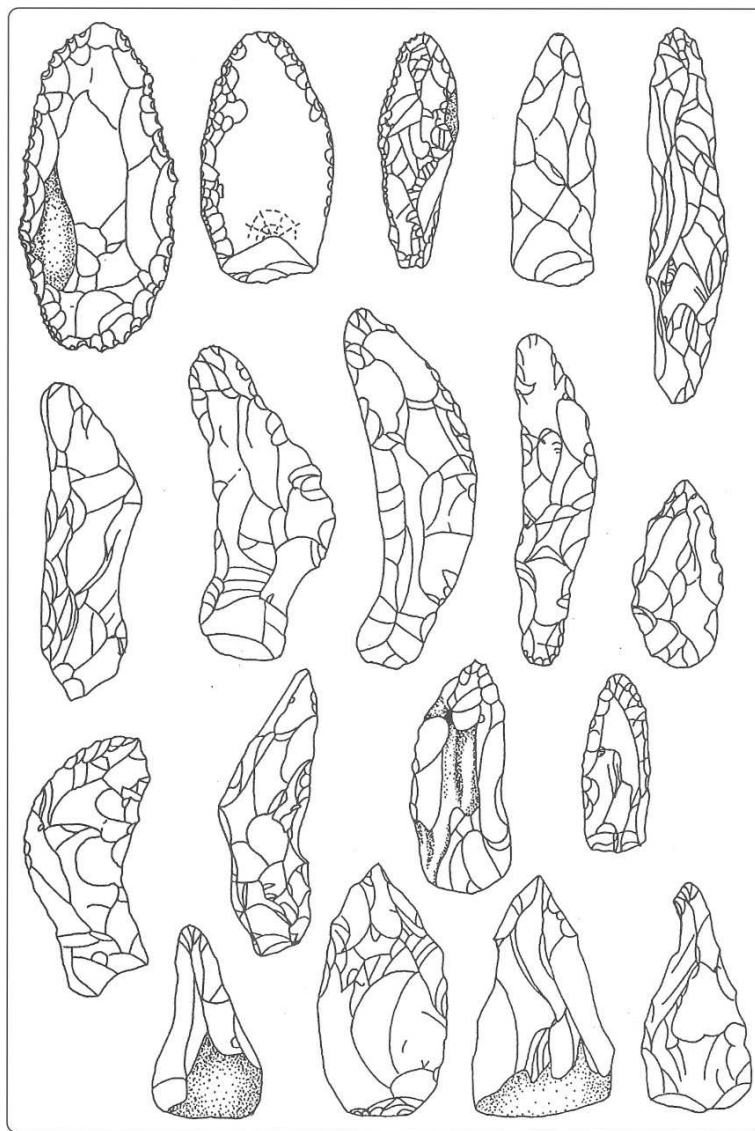


Figura 21 – Formas comuns de artefatos líticos da tradição Humaitá

Fonte: SCHMITZ, 19991, p. 28.

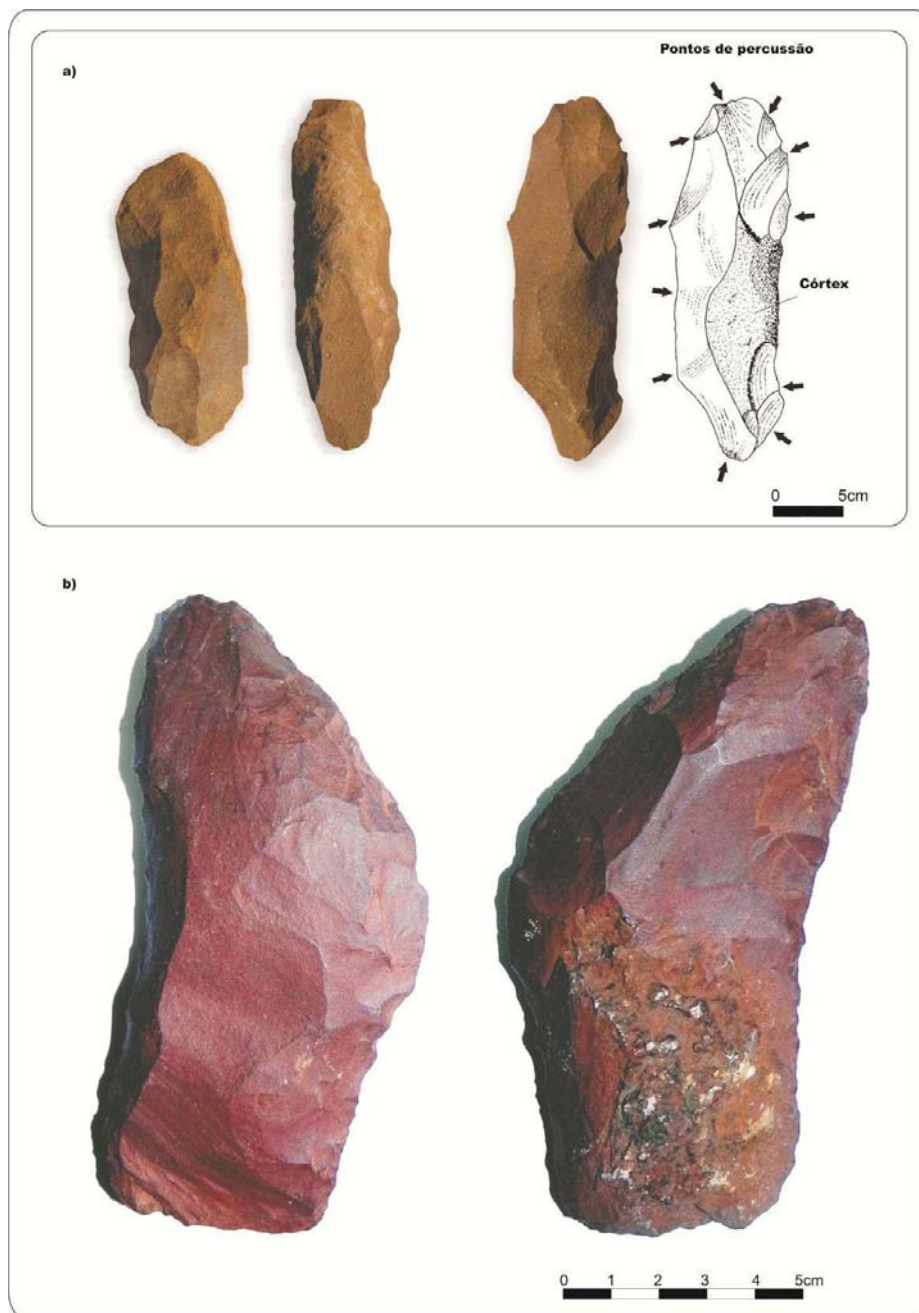


Figura 22 – Artefatos líticos associados a tradição Humaitá – a) talhadores; b) artefato bifacial com forma bumerangóide.

Fotografia e ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicroski

Apesar da predominância dos artefatos lascados, a indústria lítica dos caçadores-coletores, tanto aquela associada às paisagens abertas como às áreas de mata, também dispunham de instrumentos polidos, como lâminas de machado e as bolas de boleadeira, formas progressivamente recorrentes com o passar do tempo.

Por volta de seis mil anos atrás, as transformações do meio físico e biótico resultantes do Ótimo Climático proporcionaram condições cada vez mais favoráveis ao estabelecimento de populações humanas, como um clima mais quente e o aumento da vegetação, até então concentrada nos vales dos grandes rios. O ambiente lacustre e litorâneo da planície costeira passou a fazer parte da área de domínio destes grupos, que passaram a habitar e explorar as mais distintas paisagens e recursos ambientais.

Há cerca de dois mil anos atrás os caçadores-coletores passaram a dividir espaço com os grupos de ceramistas-horticultores migrantes de outras regiões. Este contato possivelmente resultou em conflitos e miscigenações, implicando na sua incorporação à dinâmica dos novos povoadores.

5.2 Ceramistas-Horticultores

Após um certo período de estabilidade climática e expansão da fauna e flora, as paisagens do Alto Jacuí passaram a apresentar uma conformação similar a atual. Esta conjuntura atraiu novas levas populacionais, desta vez compostas por grupos ceramistas-horticultores. Os primeiros teriam sido os falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani¹³, definidos pela nomenclatura do PRONAPA como *tradição Tupiguarani*, ancestrais dos guarani históricos, seguidos pelos horticultores do planalto, falantes do ramo meridional do tronco linguístico jê, representados pela *tradição Taquara*.

De acordo com a concepção predominante, os horticultores guarani teriam migrado da Amazônia após um longo período de seca, atingindo por volta de dois mil anos atrás as margens do rio Uruguai. “Com formação social e cultural diversas, ocuparam a planície litorânea e os vales dos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Ijuí e Piratini. Ao tomarem os vales, os guaranis dominaram as terras de florestas subtropicais” (GOLIN, 1999, p. 37). Segundo Rogge (2004), após atingirem o rio Uruguai na região noroeste, a formação de um eixo com o rio Ijuí e o Alto Jacuí permitiu a continuidade da expansão.

¹³ A designação Tupi-Guarani (com hífen) refere-se à família linguística, enquanto a expressão Tupiguarani (sem hífen) é utilizada para designar uma tradição arqueológica na nomenclatura proposta pelo PRONAPA.

Ao redor de 700 a 800 d.C. realmente a subtradição Corrugada está plenamente desenvolvida no Alto Uruguai e no Médio Jacuí e mostra um grande vigor colonizatório. Além do povoamento no noroeste do estado já temos neste período antigo uma aldeia no vale alto do Jacuí, mostrando que desde cedo esses horticultores saíram em busca de outras matas para cultivar (SCHMITZ, 1991, p. 38).

As principais rotas de migração acompanhavam as áreas de mata subtropical junto aos cursos dos grandes rios, onde dispunham de caça, pesca e coleta abundante. A ocupação dos vales do Jacuí pelos portadores da tradição guarani teria iniciado por volta do século II (KLAMT, 2004). Neste cenário, o rio Jacuí parece ter desempenhado um importante papel como área de fronteira cultural e via migratória permitindo o acesso ao interior do Estado e à planície litorânea (Ver figura 23). “Pelo norte faziam fronteira com grupos genericamente denominados Guaianás, ocupantes das matas com pinheiros, acima dos 300m de altitude, e pelo sul tinham como vizinhos Charruas e Minuanos, ocupantes dos campos” (SCHMITZ, 1991, p. 32).

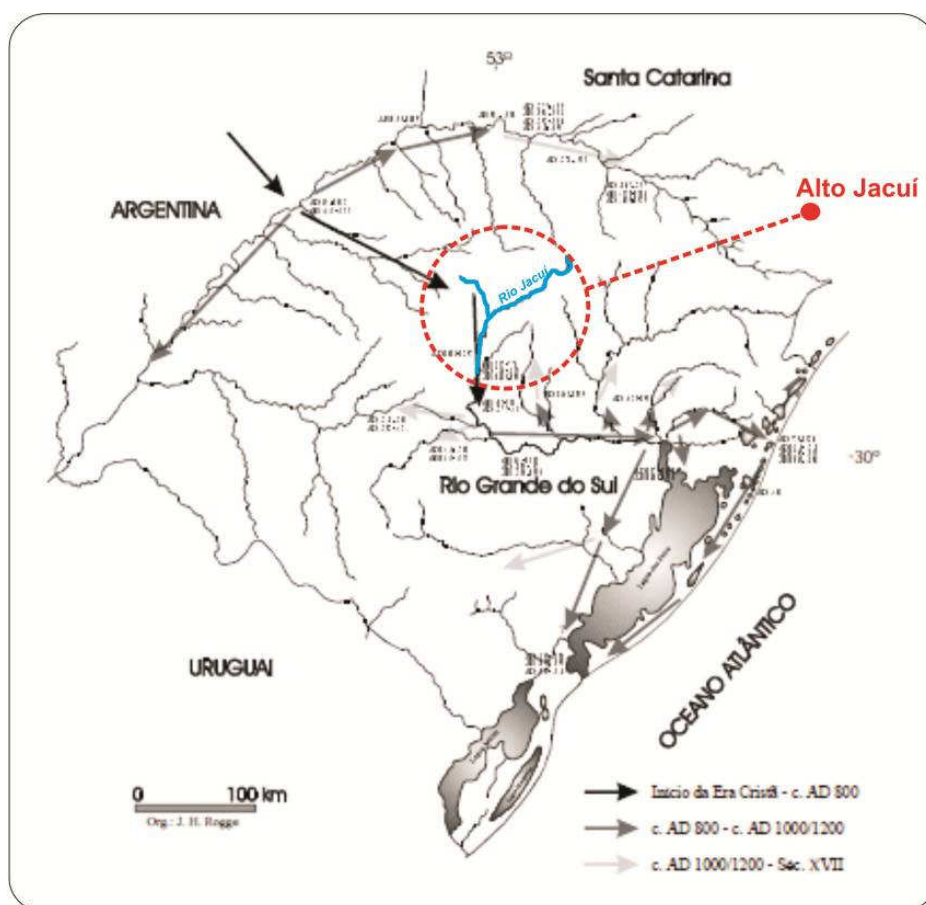


Figura 23 – Prováveis rotas de expansão da tradição Tupiguarani

Fonte: ROGGE, 2004, p. 74.

Exímios canoeiros, geralmente estabeleciam-se nas extensas várzeas situadas nas margens de grandes rios. Buscando esquivar-se das enchentes, instalavam-se no segundo terraço. Estabeleciam seus roçados nos patamares inferiores, onde as cheias formavam um solo composto por sucessivos depósitos de húmos com elevada fertilidade. Ali também realizavam seus rituais de sepultamento, foram localizados conjuntos de urnas funerárias nas margens do Jacuí.

Pesquisas realizadas na área de transição entre o baixo e o alto curso do rio Jacuí (Médio Jacuí), apontam a inserção dos sítios arqueológicos relacionados aos horticultores guarani nos grandes vales deste rio (Ver figura 24). Na figura 24 também é possível observar nitidamente a brusca alteração do relevo nesta área, passando de altitudes médias em torno de 400 metros (Alto Jacuí) para cerca de 50 metros (Baixo Jacuí).

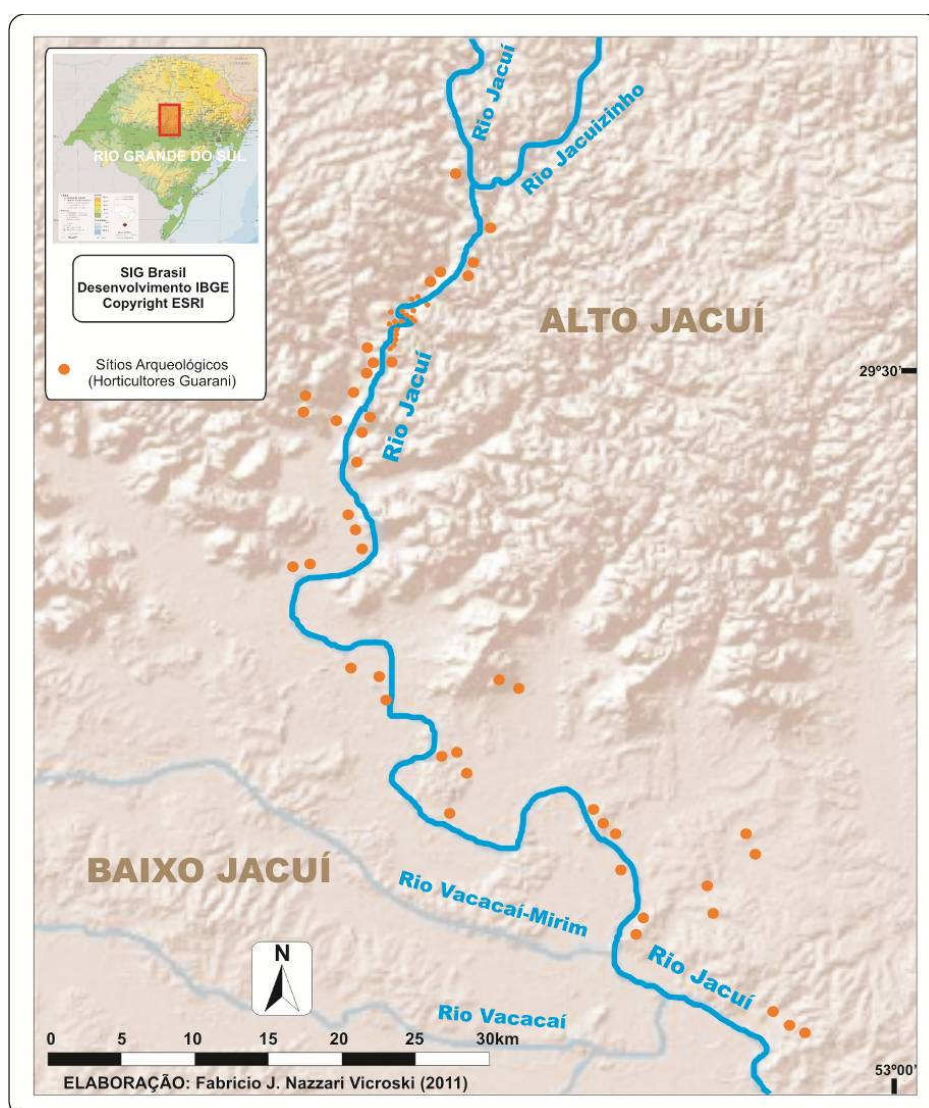


Figura 24 – Sítios arqueológicos guarani na área de transição entre o Alto e o Baixo Jacuí

Fonte: Fabricio J. Nazzari Vicroski, baseado em ROGGE, 1996, p. 72.

Segundo Rogge (1996), para o caso do curso médio do rio Jacuí, as várzeas podem ser consideradas o elemento catalisador do processo de expansão e domínio territorial. “A elevada fertilidade das várzeas, mesmo sendo estreitas em certos pontos, ainda manteria o custo da defesa territorial bastante baixo com relação ao retorno, em termos econômicos, que os cultivos proporcionariam” (ROGGE, 1996, p. 73).

O cultivo estava centrado em espécies vegetais como o "milho, aipim, abóbora, batata doce, amendoim, feijão, cará, fumo, algodão e outras plantas tropicais, sob os cuidados das mulheres" (SCHMITZ, 1991, p. 34), enquanto a coleta poderia fornecer moluscos fluviais, frutos e raízes.

Entre os animais que integravam sua dieta alimentar figuravam a lebre, o veado, aves de diversas espécies, capivaras, lagartos, porco-do-mato, cutia, mico, peixes, enfim, toda uma variedade proporcionada pelo ambiente das florestas subtropicais.

A alimentação de um grupo dependia, sobretudo, de um alto grau de cooperação, exigia atividades destinadas à produção coletiva e também familiar (SCHMITZ, 1991). Esta interdependência influía diretamente em sua forma de organização social e espacial.

Viviam em aldeias formadas por casas feitas com estruturas de madeira, cobertas com folhas de palmeiras e taquara. As casas mediam até 40 metros de comprimento por 20 metros de largura; as circulares, em torno de 20 metros de diâmetro. Ali morava toda uma família com seus parentes. Os Guarani dormiam em redes e preparavam seus alimentos em fogos-de-chão. Os homens cortavam o mato, caçavam, pescavam e praticavam a guerra. As mulheres plantavam, faziam cerâmica, teciam e cozinhavam. As crianças ajudavam a cuidar dos menores. Enfeitavam-se com colares-de-contas, placas peitorais de pedra polida e pingentes de pedra e conchas (CUSTÓDIO, 2004, p. 15).

Estima-se que as aldeias menores abrigavam entre 200 e 300 pessoas, este número poderia chegar aos milhares nas aldeias maiores. Suas choupanas eram dispostas ao redor de uma praça central, uma única residência poderia acolher dezenas de pessoas.

A indústria oleira Tupiguarani introduziu na região Sul do país os recipientes de grande porte, utilizados para armazenar água ou preparar bebidas fermentadas como o *cauim*, uma bebida alcoólica geralmente elaborada a partir da mandioca, milho ou frutas. Para sua preparação, os ingredientes eram levados ao fogo, depois de cozidos deveriam ser mastigados

pelas mulheres da tribo, antes de realizarem esta tarefa passavam por um processo ritualístico de purificação, em seguida a matéria-prima era cozida novamente, a fermentação se dava em virtude das enzimas presentes na saliva humana.

Além de armazenar água e bebidas, observa-se uma utilização secundária para os recipientes de grande porte. Após algum tempo de uso, ou mesmo depois de inutilizados em virtude de alguma rachadura, passavam a ser usados como urnas funerárias em rituais de sepultamento. Diversas urnas foram localizadas durante o programa de prospecção arqueológica realizado na área de abrangência da UHE Dona Francisca, na porção sul do alto curso do Jacuí.

Geralmente, esta forma de sepultamento era reservada às pessoas de destaque na tribo, e constituía um enterramento secundário. Inicialmente o corpo era enterrado diretamente no solo, passado algum tempo, o suficiente para a carne se decompor, os ossos eram removidos e alojados em posição fetal dentro da urna, juntamente com alguns pertences desta pessoa, como machados, pingentes, colares, ou objetos miniaturizados, como lâminas de machados polidas. Em seguida era novamente enterrado. Como as urnas não possuíam tampa, colocava-se na parte superior um recipiente menor com a abertura voltada para baixo, acreditava-se que este espaço vazio logo acima da cabeça seria o local onde a alma do sepultado iria se estabelecer. Ao redor da urna poderiam ser colocados recipientes menores contendo oferendas como alimentos e bebidas.

A cultura ceramista Tupiguarani dispunha de uma infinidade de formas e tamanhos, além dos recipientes maiores como as urnas funerárias, havia tigelas, pratos, panelas, copos e jarros (Ver figura 25). A superfície poderia ser alisada, pintada, ou receber uma decoração plástica com a argila ainda fresca, como marcas produzidas com a ponta da unha ou com a polpa do dedo.

A técnica de produção predominante era o acordelado (Ver figura 26). Após a escolha do barro, era preciso amassá-lo, aproveitando para remover as eventuais pedras e outros elementos indesejáveis. Em seguida misturava-se o antiplástico para reforçar a liga, como restos de outros recipientes moídos, cascas de moluscos, areia e cinza. Passava-se então a etapa de preparação dos roletes ou cordéis de argila, em seguida eram sobrepostos de acordo com a forma e tamanho desejados. Concluída a sobreposição era preciso unir os roletes utilizando os dedos, logo após, com a ajuda de uma pedra, como um pequeno seixo rolado,

alisava-se a superfície deixando-a uniforme. Depois de alguns dias secando a sombra, o recipiente deveria passar pelo processo de queima, a última etapa da produção. Cabe ressaltar que a atividade oleira era tarefa realizada pelas mulheres.

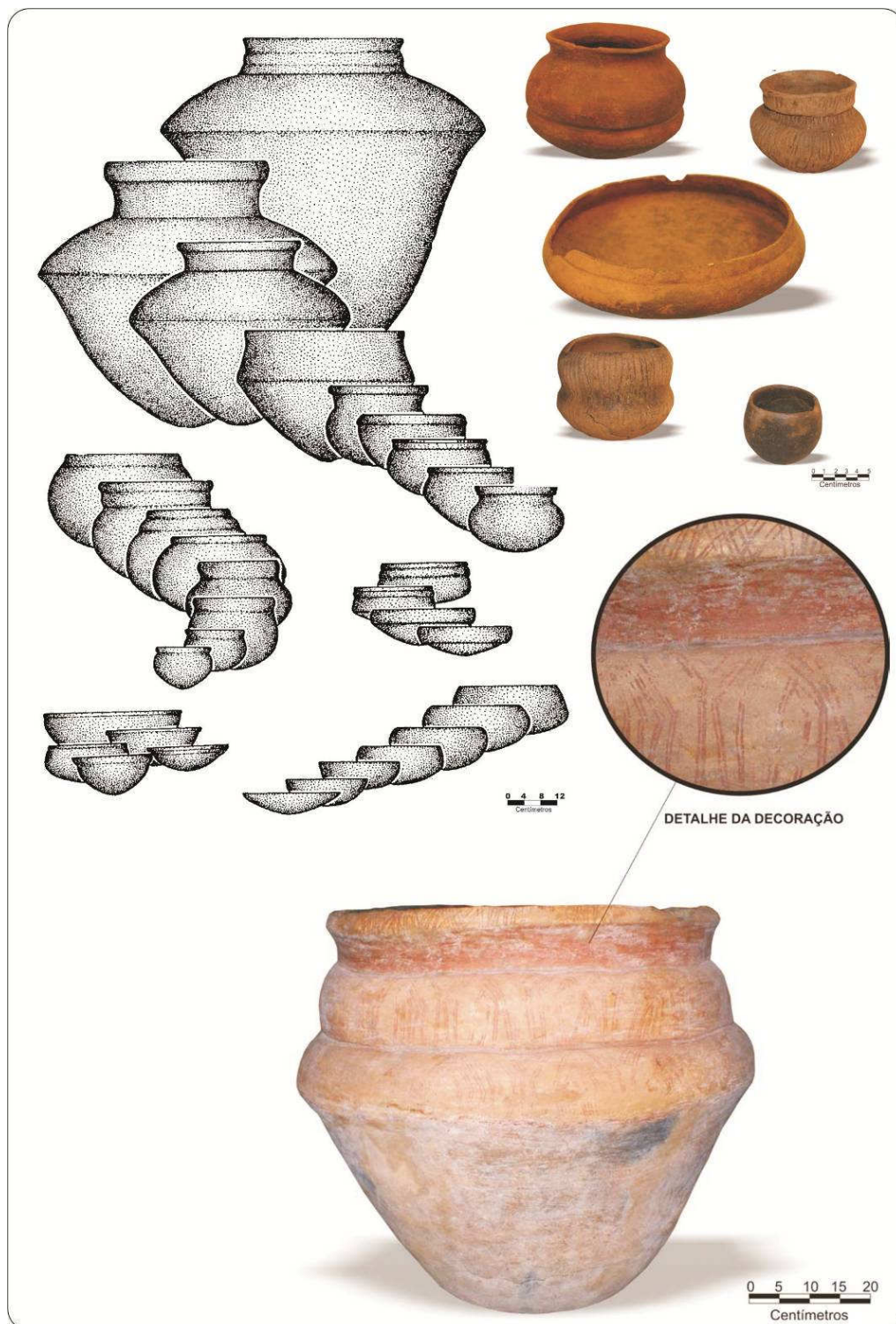


Figura 25 – Formas recorrentes na indústria oleira Tupiguarani

Fonte: (Ilustrações: SCHMITZ, 1991; **Fotografia:** Fabricio J. Nazzari Vicoski)



Figura 26 – Principais etapas do processo de confecção de um recipiente cerâmico

Fonte: VICROSKI, 2008, p. 89.

No sul do país a cerâmica pintada é exclusividade dos horticultores guarani. Os motivos decorativos aparecem, sobretudo, em recipientes destinados a utilização em ocasiões especiais, "o pintado possui uma conotação ritual, quer social como religiosa, as grandes

festas determinariam a presença de peças mais elaboradas quer para demonstrar o poder do grupo, quer para demonstrar suas origens" (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 96).

Os motivos geralmente são formas geométricas, comumente pintados em vermelho ou preto sob um fundo branco. Para a elaboração das tintas recorria-se a matéria-prima de origem vegetal e mineral, como o urucum para a tinta de coloração vermelha e a argila branca (caulim) para a cor base.

A pintura não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo. Os motivos seriam representações de entidades, animais ou vegetais, que estariam ali simbolizadas. Sua alternância entre borda e bojo estaria ligada ao fim a que se destinaria ou a quem iria utilizar (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 95).

Havia uma grande variedade de técnicas decorativas utilizadas pelas artesãs guarani, como incisões, dobras ou impressões provocadas sobre a superfície do recipiente com a ajuda de uma espátula (espatulado), recipiente com marcas estriadas (escovado), ou com pequenos nódulos de argila aplicados sobre a superfície (nodulado), marcas de unha (ungulado) ou da polpa do dedo (corrugado), entre outras formas. Cada estilo decorativo possui uma série de variações, as técnicas também eram combinadas, aumentando consideravelmente as possibilidades decorativas.

A indústria oleira não se limitava aos recipientes. Também eram produzidos adornos, tortuais de fuso e os cachimbos frequentemente utilizados nas práticas ritualísticas.

Além dos recipientes cerâmicos, as cabaças ou porongos (*Lagenaria vulgaris*) também serviam para armazenar água ou alimentos. Na região Sul do país, por influência guarani, os porongos ainda são utilizados, a partir dele é confeccionada a cuia (do Tupi-Guarani *Ku'ya*), utilizada para tomar o chimarrão, bebida elaborada a partir das folhas da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), hábito muito presente entre estes indígenas e hoje incorporado à cultura sulina.

Para sorver o chimarrão confeccionavam uma espécie de canudo de taquara chamado *taquapi* (Ver figura 27), o ancestral das atuais bombas de chimarrão. Para sua elaboração cortavam a taquara mantendo o nó e as raízes em uma das extremidades, onde então seriam

feitos alguns furos para que as raízes pudessem ser introduzidas, poderiam ainda ser trançadas, formando uma espécie de filtro.

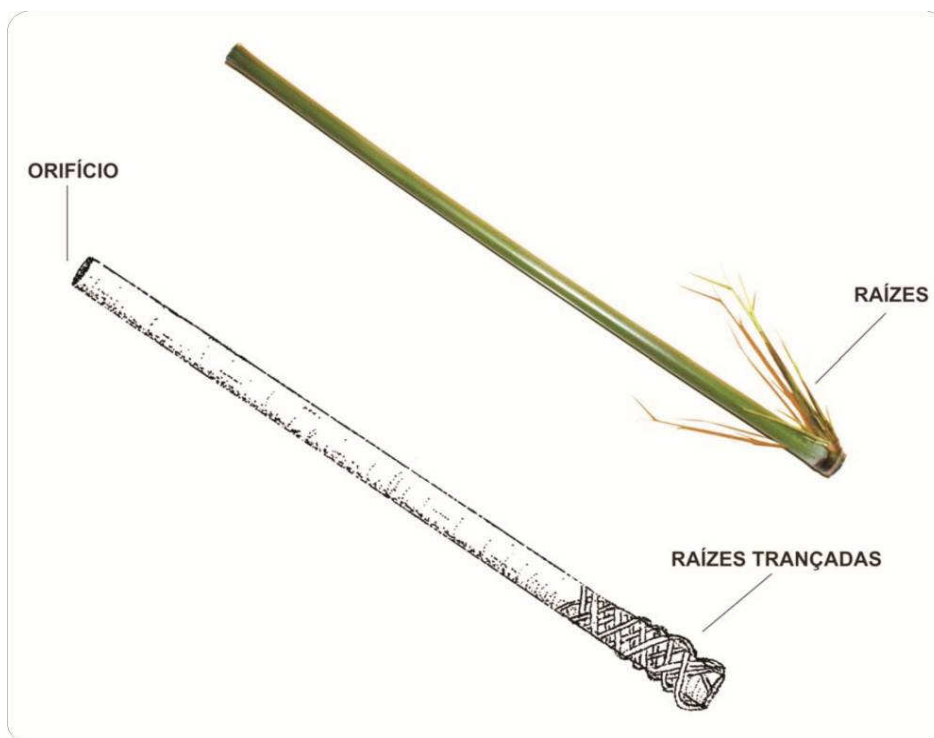


Figura 27 – Taquapi utilizado como bomba de chimarrão
Ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicoski

Assim como os artefatos produzidos a partir de matéria-prima vegetal, a indústria óssea também é de difícil conservação (Ver figura 28). Geralmente sua preservação só é possível quando acompanha um sepultamento secundário, dentro de uma urna funerária, a exemplo de pingentes e tembetás, onde se mantêm isolados da acidez do solo.

Inúmeras categorias de objetos polidos foram utilizadas como adorno. A mais conhecida é a dos tembetás, adornos que atravessam o lábio inferior. Alguns são fusiformes e se encaixam em um bloco de resina ou madeira, guardado entre os dentes e o lábio. Ilustrações quinhentistas mostram objetos semelhantes, geralmente de pedra verde ou cristal de rocha. Outros adornos são pingentes ou contas de colar, com uma ou várias perfurações (ou sulcos periféricos) para fixação do barbante. Alguns têm a forma de instrumentos miniaturizados, por exemplo, de machados (PROUS, 1992, p. 80).

Os ossos eram utilizados para a confecção de espátulas, pontas de projétil, furadores, raspadores, anzóis, colares, pingentes, facas e cinzeiros. Os chifres de animais também eram empregados.

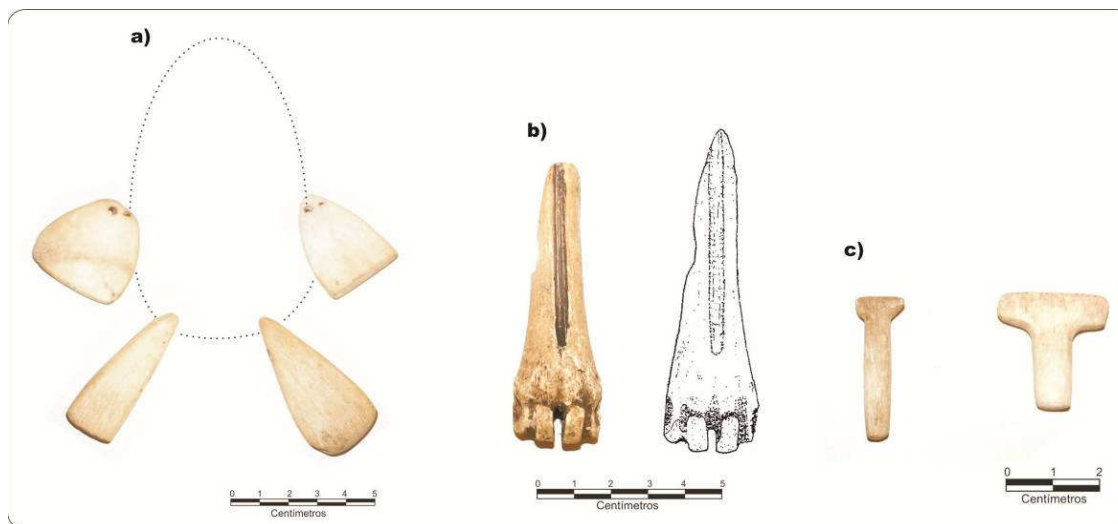


Figura 28 – Indústria óssea guarani – a) colar; b) espátula; c: tembetás

Fotografia e ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicoski

Sua indústria lítica apresentava instrumentos lascadas e também polidos (Ver figura 29). Algumas formas e usos se repetiam entre a indústria lítica dos horticultores das florestas (tradição Taquara), o mesmo ocorria com a matéria-prima, preferencialmente basalto, diabásio, rochas metamorfizadas e criptocristalinas.

Ocasionalmente o registro arqueológico fornece indícios que sugerem um intercâmbio de bens e/ou técnicas entre estes diferentes grupos, como a ocorrência de cerâmica guarani em sítios da tradição Taquara. Ambos eram ceramistas-horticultores, viveram no mesmo período, porém, adaptaram-se à ambientes distintos, mas seguramente ocorreram situações de contato.

Ainda não há um consenso a respeito das origens das populações relacionadas a tradição Taquara. A teoria predominante os associa aos falantes do tronco linguístico jê meridional, teriam migrado para o Estado adentrando pela região norte/nordeste a partir dos campos de Lages pouco depois da chegada dos guarani, aproximadamente por volta do século II. Outra concepção difunde o autoctonismo desta cultura, resultado evolutivo de populações de caçadores-coletores locais. “Existe a idéia de que a tradição Taquara-Itararé seria filiada à tradição Humaitá, em razão das semelhanças na indústria lítica” (PROUS, 1992, 328-329). Tal acepção parece observar um enfraquecimento nos últimos anos.

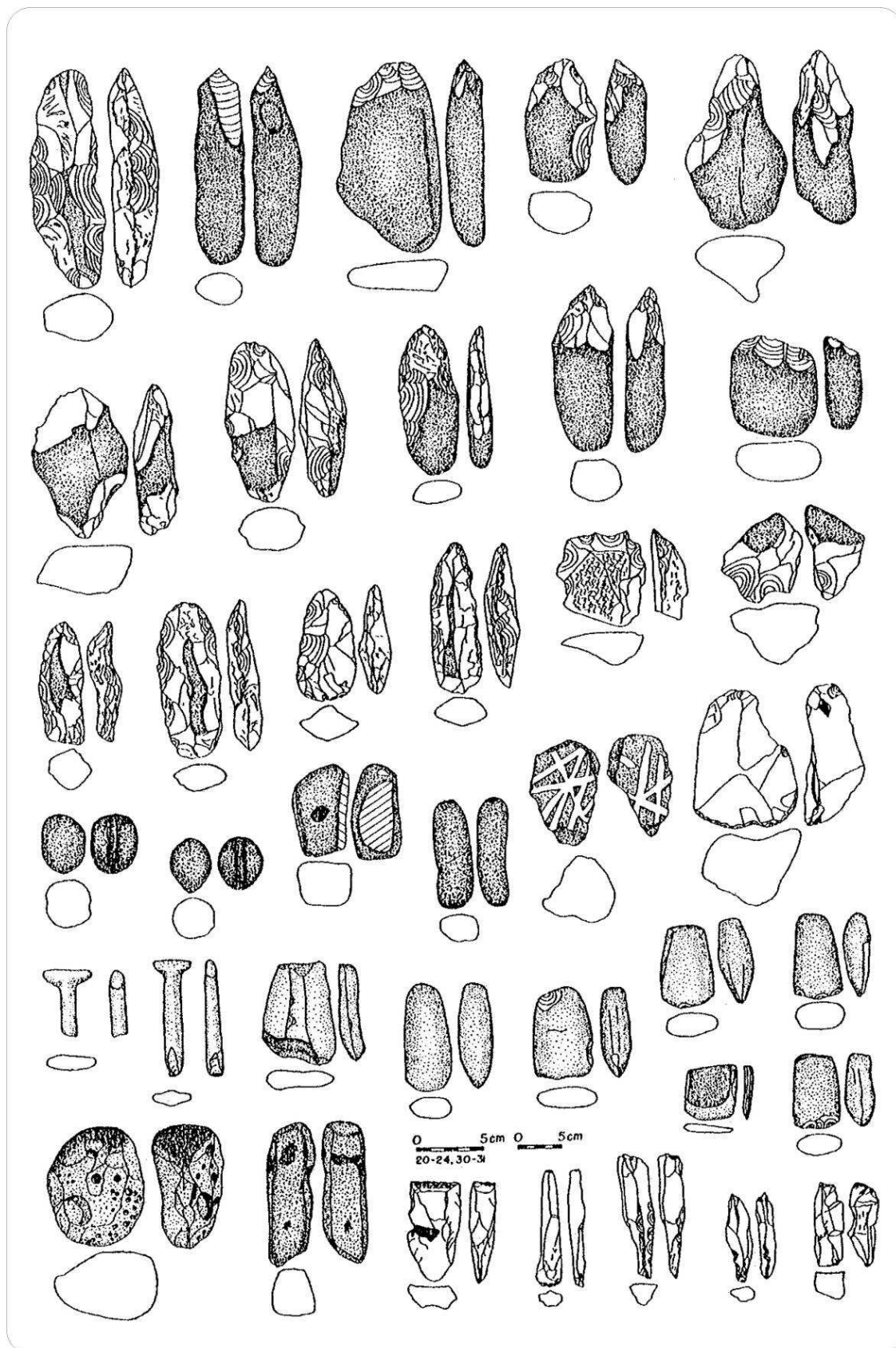


Figura 29 – Indústria lítica associada aos horticultores guarani

Fonte: SCHMITZ apud ROGGE, 2004, p. 81.

Os horticultores do planalto estabeleciam-se preferencialmente em locais próximos a pequenos cursos d'água, "a ausência de rios navegáveis dificultava também o acesso de eventuais invasores canoieiros, como os Tupiguaranis" (PROUS, 1992, p. 312). Sua área de domínio estendia-se ao longo da região sul do país, acompanhando as matas com pinheirais (*araucaria angustifolia*). O pinhão ocupava um lugar de destaque em sua dieta alimentar, foram desenvolvidos métodos de conservação que garantiam seu fornecimento ao longo do ano.

Os pinheirais ocupavam, originalmente, uma área de aproximadamente vinte milhões de hectares, hoje restam cerca de 2%. Estima-se que, na época da chegada dos colonizadores europeus, algumas regiões ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista apresentavam mais de 200 araucárias por hectare (CARVALHO & NODARI, 2008, p. 7).

Uma parte considerável destes pinheirais era resultado do manejo florestal praticado pelos indígenas, que não apenas realizavam uma seleção de espécies, como também as cruzavam, gerando sementes híbridas utilizadas posteriormente pelos imigrantes, algumas delas já extintas e outras em vias de desaparecer.

Os horticultores do planalto são os construtores das engenhosas habitações denominadas casas subterrâneas, popularmente conhecidas como buracos-de-bugre (Ver figura 30). Eram buracos circulares escavados no solo ou na rocha em decomposição, com uma profundidade variável entre 0,50 a 8 metros (REIS, 2007, p. 122) e um diâmetro de 2 a 20 metros. Ocorrem predominantemente em regiões frias, em altitudes superiores a 400 metros, mas geralmente entre 600 e 1100 metros, no entanto, sua ocorrência também foi registrada no litoral. Aparecem tanto isoladas como agrupadas, formando pequenas aldeias, neste caso poderiam ser interligadas por túneis, permitindo a comunicação entre as residências sem a necessidade de expor-se ao ar livre. Entremendo as habitações ou em suas adjacências havia montículos de terra onde eram realizados sepultamentos.

O acesso ao seu interior se dava através de degraus em forma de escada ou então um único degrau que acompanhava a parede ao longo de toda sua circunferência, podendo ser utilizado também como uma espécie de bancada, as paredes poderiam receber um revestimento de pedra e barro. Geralmente eram construídas nas encostas dos morros, eventualmente no topo, ao seu redor eram escavadas valas para o escoamento da água das chuvas.

Não dispomos de informações precisas sobre a conformidade do telhado, escavações arqueológicas evidenciaram vestígios de esteios laterais e um central, onde provavelmente apoiava-se uma armação de madeira que sustentaria uma cobertura feita com galhos e fibras vegetais, mantendo um espaço de alguns centímetros entre o chão externo e o telhado, possibilitando a renovação do ar e a saída da fumaça das fogueiras realizadas em seu interior, das quais restaram as pedras que a circundavam formando um pequeno fogão.

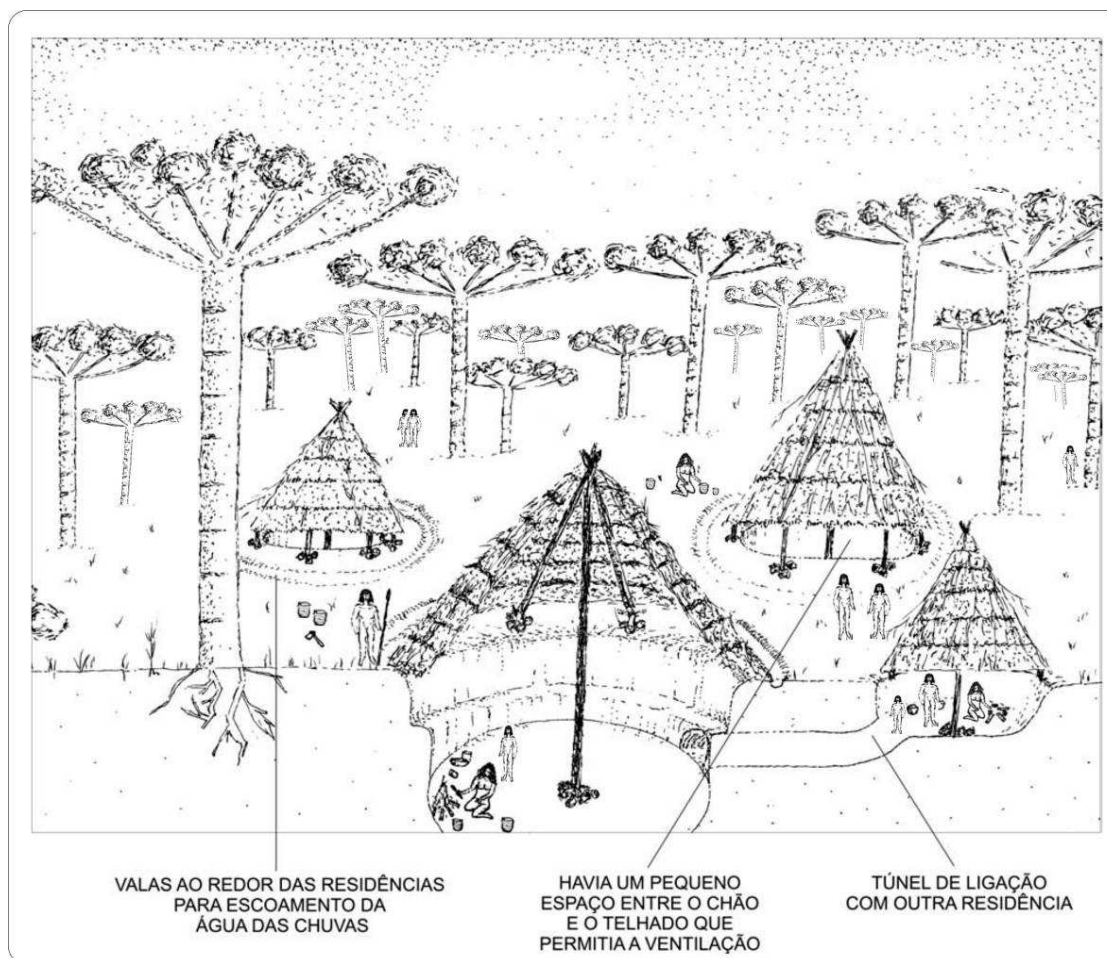


Figura 30 – Representação de uma aldeia com casas subterrâneas

Ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicroski

Além do termo casa subterrânea, utiliza-se outras designações, como casas semi-subterrâneas ou enterradas, ou ainda estruturas subterrâneas, tendo em vista sua probabilidade de utilização não apenas como residência, mas também como armadilhas, poços de armazenamento de alimentos ou atividades rituais.

Na medida do possível, os pesquisadores tentam relacionar etnicamente os vestígios arqueológicos com os respectivos grupos humanos, o que nem sempre se constitui tarefa fácil,

quando não polêmica. No caso das casas subterrâneas, acredita-se que seus antigos ocupantes tenham sido os ancestrais dos atuais kaingang, no Rio Grande do Sul, e xokleng em Santa Catarina.

A indústria lítica dos horticultores do planalto apresenta artefatos lascados e polidos, como mão de pilão, mão de mó, enxadas, raspadores, talhadores, lascas retocadas, percutores, pontas de projétil, cunhas e lâminas de machado (Ver figuras 31 e 32). Entre os artefatos líticos, algumas tipologias básicas eram compartilhadas pelos horticultores guarani.

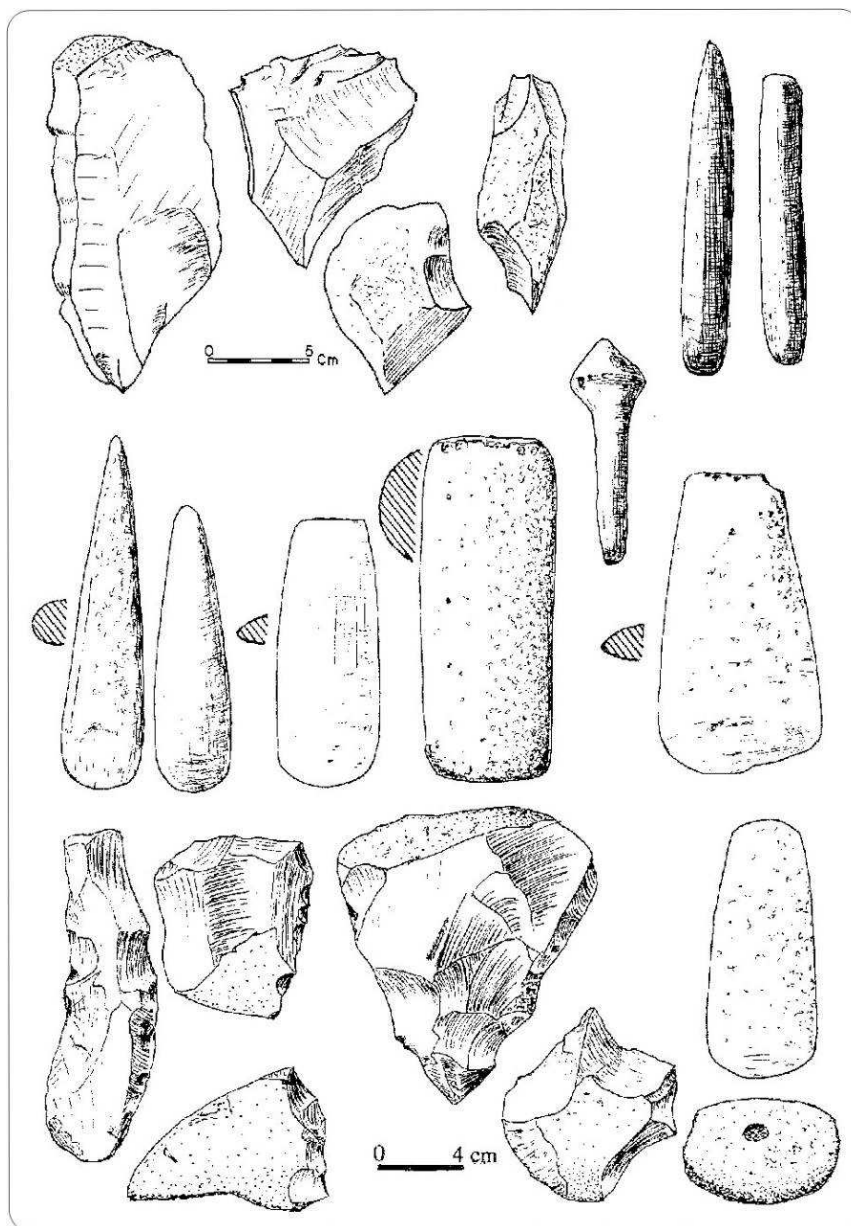


Figura 31 – Indústria lítica associada às casas subterrâneas

Fonte: PROUS, 1992, p 326.

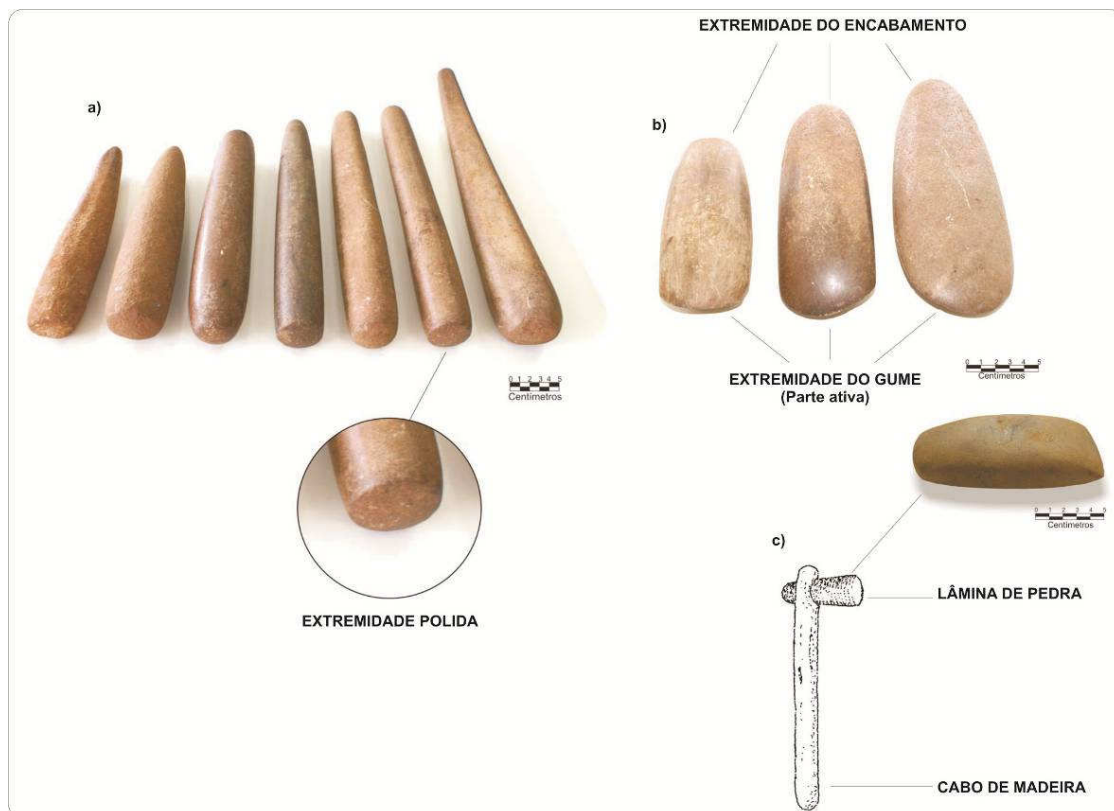


Figura 32 – Artefatos líticos polidos – a) mãos de pilão; b) lâminas de machado; c) representação gráfica de um machado com cabo de madeira
Fotografia e ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicroski

Junto às culturas ceramistas os artefatos líticos polidos ganharam espaço, os caçadores-coletores nômades despendiam uma parte considerável de seu tempo deslocando-se em busca de alimentos. Com o advento da agricultura entre as sociedades ceramistas e o consequente semi-sedentarismo, aumentou o tempo livre, e também as chances dos horticultores dedicarem-se à demorada tarefa de polir um instrumento.

Utensílios como cunhas e lâminas de machado possuíam seus correspondentes em madeira, aqueles em pedra nem sempre destinavam-se a sua função primordial. Portar tais instrumentos poderia ser apenas um indicador de prestígio, muitos sepultamentos são acompanhados de artefatos polidos sem marcas de utilização, o que denota sua utilização cerimonial.

Sua indústria oleira era constituída majoritariamente de recipientes de pequeno e médio porte, comumente de cor preta ou acinzentada escura e paredes pouco espessas (Ver figura 33). A superfície externa, em alguns casos apresenta marcas deixadas pelas tramas de

cestaria, mas geralmente era alisada, e eventualmente decorada com pequenas incisões realizadas com as unhas ou objetos pontiagudos de forma alinhada.

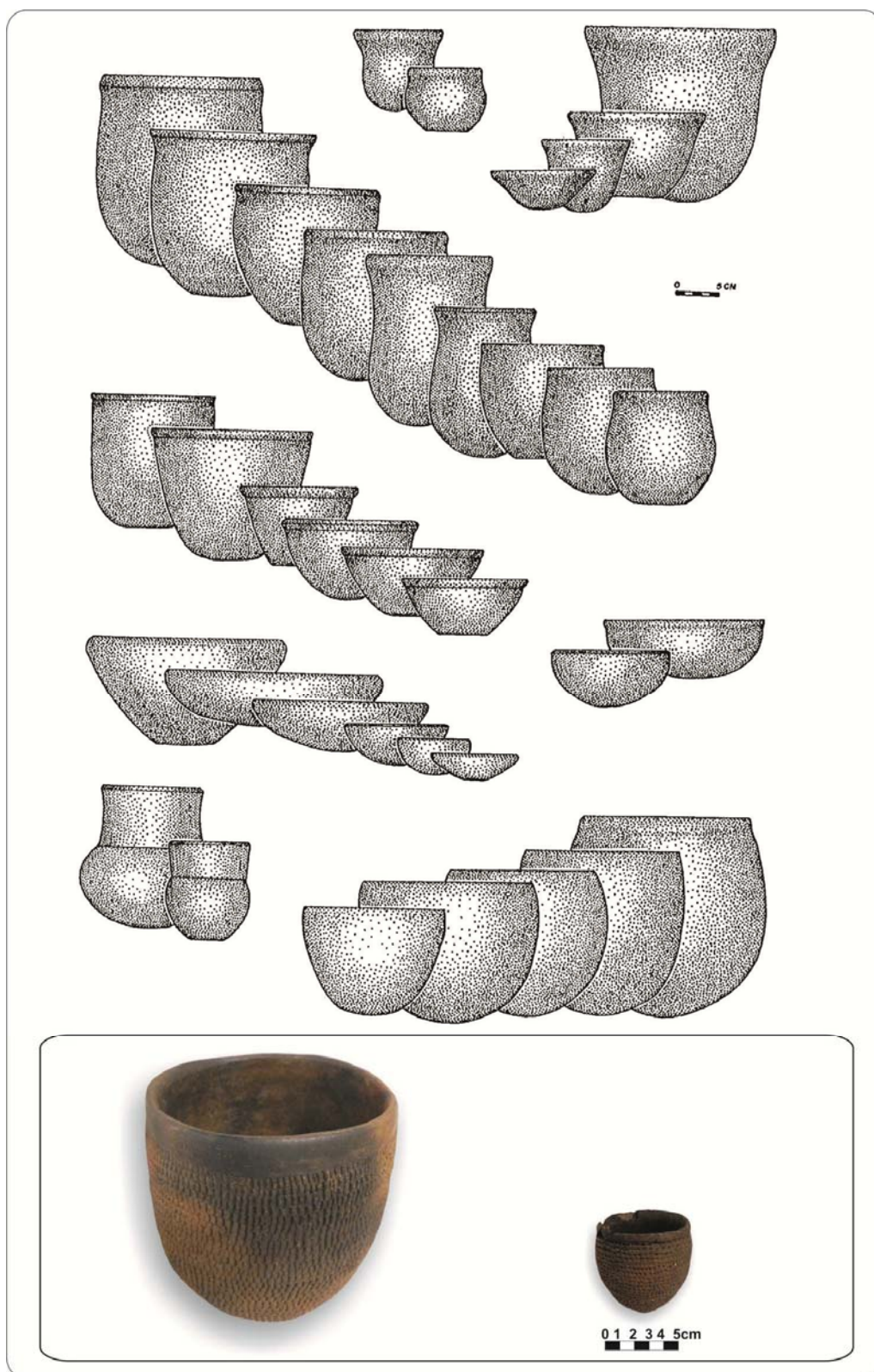


Figura 33 – Tipologia recorrente na indústria oleira dos horticultores do planalto
Fonte: (Ilustrações: SCHMITZ, 1991, p. 101. **Fotografia:** Fabricio J. Nazzari Vicoski - Acervo IAP/UNISINOS)

Além da técnica de sobreposição de roletes, os ceramistas do planalto utilizavam métodos como a moldagem, realizada através de um molde de fibras vegetais que ao ser colocado no fogo desintegrava-se imprimindo suas marcas na superfície, já para os recipientes sem decoração geralmente optava-se por modelá-lo a partir de uma porção de argila.

A cerâmica jê, em contraposição a indústria oleira guarani, é frequentemente descrita como simples ou pouco elaborada, acepção da qual não compartilhamos. A produção cerâmica exigia das artesãs do planalto o domínio de técnicas oleiras tão complexas quanto as observadas entre os demais grupos ceramistas.

Os recipientes menores requerem uma série de cuidados durante sua elaboração, como atenção especial durante a escolha e preparação da pasta, cuidados na secagem, e, sobretudo, um grande controle sobre o processo de queima, em virtude de sua espessura reduzida. A preocupação estética também é facilmente perceptível na precisão e esmero aplicada à decoração plástica, e mesmo nos recipientes com a superfície alisada transparece o cuidado com a uniformidade textural. Tais fatores denotam o alto grau de sofisticação e domínio técnico sobre a produção oleira.

Além das tradições oleiras Taquara e Tupiguarani, o Alto Jacuí acolhe vestígios da tradição Vieira, associada etnicamente aos grupos minuano e charrua. Sua incidência é reduzida, e se limita a região de transição entre o alto e baixo curso do Jacuí.

Os portadores da tradição Vieira são reconhecidos pela sua habilidade em construir amontoados de terra. Possivelmente descendentes dos antigos habitantes dos campos, construía verdadeiros aterros elevados em áreas alagadiças onde poderiam estabelecer suas moradias. Estes montículos eram basicamente de origem mineral, e na arqueologia são denominados de cerritos. Ocorrem não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Uruguai e Argentina, regiões que compartilham as características geomorfológicas. Foram construídos em banhados nas imediações de lagoas e rios, locais com grande disponibilidade de recursos alimentares, com várias espécies de peixes e moluscos, além de frutas, pássaros e mamíferos de pequeno porte naturais deste habitat. Sua forma é geralmente circular ou oval, com diâmetros que variam de 15 a 100 metros, podendo atingir até 7 metros de altura. Os cerritos poderiam aparecer agrupados, interligados por canais de água, em seu interior podem ser encontrados vestígios de sepultamentos.

Estes grupos estavam adaptados especialmente ao ambiente da Campanha e também no entorno das lagoas litorâneas, as encostas do planalto meridional se impunham como barreira geográfica e cultural no processo de exploração e expansão territorial, sua inserção no Alto Jacuí não observou o mesmo vigor que os demais grupos ceramistas-horticultores.

Depois do milenar processo de adaptação do homem, da disputa dos grupos pelos territórios e das migrações, a região dos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, no atual Rio Grande do Sul, constituíram-se no espaço divisório entre as sociedades dos indígenas do pampa e do planalto. No planalto, ao norte, predominaram os caingangues, do tronco cultural jê. No pampa, os minuanos e os charruas (GOLIN, 1999, p. 21).

Em linhas gerais, as características culturais brevemente apresentadas puderam ser observadas praticamente sem interferências externas até os séculos XVI e XVII, a partir de então, com a chegada dos colonizadores europeus, e, sobretudo, dos padres jesuítas que fundaram reduções no Planalto Médio, iniciou-se o processo de abandono definitivo do modo de vida tradicional das populações autóctones, encerrando definitivamente um período histórico marcado pela autonomia destes grupos humanos na região.

5.3 O Alto Jacuí como um espaço de fronteira

Dentro das possibilidades interpretativas proporcionadas pela interface entre a nova história e perspectiva da arqueologia contextual, nos propomos a desenvolver uma abordagem que contextualiza a região do Alto Jacuí como um *espaço de fronteira*.

O registro arqueológico evidencia a ocupação da região por grupos caçadores-coletores e ceramistas-horticultores durante a pré-história. As particularidades do meio físico e biótico pautaram as formas de adaptação e interação destes grupos com o meio, gestando numa mesma região, diferentes contextos de inserção e exploração da paisagem entre culturas contemporâneas, fator que provavelmente resultou em diversas situações de contato características de uma zona de fronteira. Além da convergência de distintos elementos ecológicos, os fatores de ordem cultural também devem ser considerados no estudo das fronteiras na pré-história regional.

Para a proposição de uma abordagem destacando o Alto Jacuí como uma importante área de contato cultural inter-étnico, o conceito tradicional de fronteira restrita aos seus aspectos naturais e geográficos é pouco apropriado, já que cria limites e não possibilidades. Devemos contar com a contribuição de outras perspectivas teóricas, onde a fronteira é entendida como uma construção histórica norteada não apenas por barreiras geográficas, mas também pelas relações sociais. “A zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos” (GOLIN, 2002, p. 14).

Corrêa (apud GOLIN, 2002, p. 16), enfatiza que a temática da fronteira “necessita ser compreendida a partir da temporalidade e da ação transformadora do homem sobre um determinado espaço, caso contrário, fica prejudicada a explicação de suas finalidades e de seu sentido histórico”.

A contribuição da reflexão sociológica vem através da concepção de Martins (2009, p. 133), segundo o qual a “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. É na fronteira que se dão os conflitos sociais que a caracterizam, “é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”. A fronteira é ao mesmo tempo “um lugar de descoberta do outro e de desencontro”, não só o desencontro de diferentes concepções de vida, mas o “desencontro de temporalidades históricas”.

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2009, p. 134).

Sob esta perspectiva não cabe pensar a fronteira exclusivamente com limites espaciais, demográficos e econômicos. “Ela é um espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório, na relação deste com a totalidade de que é parte” (GOLIN, 2002, p. 17). A fronteira pensada como construção histórica orientada pelas relações sociais e a articulação de fatores culturais é uma zona ambígua que ao mesmo tempo limita e permite transgredi-la. A zona de fronteira é um lugar de mediação e construção de identidades. Compartilhamos da concepção do

filósofo alemão Martin Heidegger, quando diz que uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente.

Para Homi Bhabha (1998), intelectual indiano, todas as culturas estão de uma forma ou outra inter-relacionadas, nenhuma cultura é completa em si mesma, elas se constroem na alteridade. O local onde as diferentes culturas se encontram, mediam e articulam seus interesses, Bhabha denomina de “entre-lugares”, uma espécie de fronteira, mas que não limita, pelo contrário, possibilita o surgimento de novas estruturas culturais. Bhabha também defende a utilização do conceito de diferença cultural em vez de diversidade cultural. Enquanto a diversidade cultural denota uma categoria, o conceito de diferença cultural enuncia um processo de significação, através do qual as diferentes culturas se diferenciam, discriminam e legitimam. Se aplicarmos este raciocínio ao estudo da pré-história regional, podemos entender o “entre-lugares” como uma zona de interação onde as diferentes culturas pré-históricas mediavam seus interesses, construíam e afirmavam suas identidades numa relação de alteridade, logo, *o contato cultural pode ser interpretado como uma necessidade social*, e não apenas fruto da casualidade.

Se a tradição e a adaptação possuem papéis absolutamente fundamentais nos processos culturais e sociais, não menos significativo é o papel do contato cultural como um dos fatores responsáveis pela cultura e que tem seus reflexos na cultura material, tangível a partir da análise e interpretação arqueológica (ROGGE, 2004, p. 23).

O estudo dos processos de interação cultural que se desenvolvem entre as sociedades humanas em zonas de fronteira é temática recorrente entre as ciências humanas, entre as quais se insere a arqueologia, com destacada contribuição em estudos sobre pré-história regional. Um dos objetivos primordiais da ciência arqueológica, “é promover a compreensão da relação entre escolhas tecnológicas e padronização da cultura material e como estas refletem aspectos de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico” (STARK apud DIAS, 2007).

Apesar das possibilidades interpretativas proporcionadas pela arqueologia, os estudos sobre contatos culturais constituem uma problemática ainda incipiente na arqueologia brasileira. Segundo Rogge (2004), nas últimas décadas foi acumulada uma grande quantidade de dados arqueológicos, com muitas evidências de contato entre diferentes culturas pré-históricas no sul do país, porém, o direcionamento das pesquisas para outras temáticas fez

com que estas informações nem sempre recebessem um tratamento analítico e interpretativo aprofundado, e mesmo os escassos estudos desenvolvidos limitaram-se predominantemente a abordar a questão do contato cultural entre indígenas e europeus no período de colonização.

Rogge afirma ainda que as primeiras evidências de contato cultural entre as populações pré-históricas foram destacadas pelo PRONAPA na década de 1960. Nas décadas seguintes, uma quantidade considerável de pesquisas foram desenvolvidas de forma independente nas mais distintas regiões do Brasil (região amazônica, nordeste, Goiás, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, entre outros), demonstrando sempre evidências de contato no registro arqueológico.

Em todas estas áreas foram encontradas evidências de contato cultural, o que demonstra a recorrência e a importância desse fenômeno para a compreensão da totalidade do desenvolvimento dos sistemas socioculturais pré-históricos no território brasileiro. No entanto, nenhum estudo com abordagem específica a essa questão foi realizado (ROGGE, 2004, p. 36).

O discurso positivista tem certa dificuldade em absorver a problemática cultural inerente às zonas de fronteira. Abordagens orientadas sob o viés do isolamento cultural articuladas com concepções que entendem as sociedades indígenas pré-coloniais como consignadas a um determinado espaço físico, onde se desenvolveram de forma independente, são ainda hoje recorrentes entre as ciências humanas, mesmo com o esgotamento teórico vigente.

As interações culturais entre as sociedades humanas pré-históricas se refletiam, entre outras instâncias, em sua cultura material. Com o aporte da arqueologia contextual podemos abordar o registro arqueológico sob a ótica da fronteira, destacando as evidências de contato cultural e identidade étnica, e seus possíveis desdobramentos nas formas de adaptação e interação com os meios físico, biótico e antrópico. Neste sentido, é útil o instrumental teórico da arqueologia contextual ou pós-processual, que nos permite integrar a semiologia e abordar a cultura material considerando também seu conteúdo simbólico no contexto cultural, onde a evidência de contato é também interpretada em razão de sua função social, como elemento identitário construído e articulado numa zona de fronteira, num “entre-lugares”.

A diversidade da cultura não pode explicar-se, como o fez a Nova Arqueologia, numa perspectiva funcionalista, isto é, a forma não se explica totalmente pela função. Como explicar a decoração dos vasos cerâmicos? Um vaso decorado não é, obviamente, mais funcional que um vaso liso. Confrontada com o problema de uma diversidade formal que não pode explicar-se funcionalmente, a Nova Arqueologia, processualista e funcionalista, recorreu ainda a ideia de função, agora alargada. As formas da cultura material divergem porque as unidades socioculturais precisam demarcar fronteiras: uma tribo tem necessidade de assinalar, através da cultura material, a sua identidade e a sua diferença relativamente a outra tribo. Desta forma, decorar um vaso é distinguirmo-nos nós, dos outros, a nossa tribo, de outra tribo, que usa uma decoração diferente. A diversidade formal cumpre, por isso, ainda uma função, que poderemos apelidar de social. A Arqueologia processualista superou assim uma posição inicial que explicava as formas por coacções ambientais e funcionais e introduziu um elemento de liberdade social na escolha de uma cultura material que se destina a definir e manter categorias e fronteiras sociais (ALARCÃO, 1995, p. 12).

Fundamentados nas concepções brevemente descritas, acreditamos ser possível realizar inferências sobre os processos de interação cultural na pré-história regional, a partir de uma abordagem contextual da cultura material, observada, sobretudo, em áreas de intenso contato cultural, em zonas de fronteiras para onde convergem diferentes nichos ecológicos, ambientais e culturais, e, neste caso em específico, na região do Alto Jacuí.

Ressaltamos que não é o objetivo deste estudo demonstrar exaustivamente as evidências e fenômenos de contato e interação cultural, mas sim prover uma contribuição inicial que possa instigar e subsidiar o aprofundamento de futuras abordagens pautadas pela interpretação do Alto Jacuí como zona de fronteira no sentido aqui compreendido.

A princípio qualquer área de transição ecológica com evidências de povoamento durante a pré-história é potencialmente uma zona de fronteira e contato cultural. Contudo, no contexto de povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul, o rio Jacuí ocupou destacada importância, tanto pela variedade do meio físico e biótico, como pela conformação de seus vales e planícies, sua destacada localização, vazão e extensão territorial, abrangendo desde o Planalto Médio ao estuário do Guaíba (800 km de comprimento e vazão média na foz na ordem de 1.900 m³/s). São fatores que nos permitem interpretá-lo como uma importante rota migratória. Neste cenário, o ápice da zona de contato cultural é o Alto Jacuí.

O Alto Jacuí insere-se no limite meridional do sistema ecológico relacionado à floresta tropical com mata de araucária. Em sua extremidade sul, as encostas do planalto constituem a

barreira física que se apresenta como limite ao ambiente dos campos da Depressão Central que se estendem desde a Campanha, portanto, também uma fronteira geológica, com arenitos da formação Botucatu recobertos por derrames basálticos nas terras altas, e sedimentos paleozóicos nas terras baixas. Por sua vez, a extremidade norte, já nas coxilhas do Planalto Médio, compreende um importante interflúvio. Entre Passo Fundo e Mato Castelhano, num raio de aproximadamente mil metros, estão situadas as nascentes do rio do Peixe, Guaporé, Passo Fundo e Jacuí, um divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Uruguai e Guaíba, duas das três bacias presentes no Rio Grande do Sul, englobando respectivamente quatro sub-bacias: Apuae-Inhandava, Taquari-Antas, Passo Fundo-Várzea e Alto Jacuí. Em suma, trata-se também de uma zona de convergência e transição de diferentes contextos ecológicos, geológicos, geomorfológicos, hidrológicos, vegetacionais, entre outras características.

Considerando o papel dos rios nas rotas de deslocamento humano, a região em questão seguramente pode ser interpretada como uma importante zona de convergência e difusão cultural.

Os rios desempenharam, sem dúvida, um importante papel como meio de comunicação e de difusão das técnicas ou das populações. [...] Existem, entretanto, espaços não ocupados ou sobre os quais nos faltam indicações arqueológicas. [...] É o caso dos campos nas zonas dos interflúvios entre os rios Uruguai e Jacuí (KERN, 1997, p. 139).

É conveniente salientar que a detecção de padrões de assentamento entre as populações pré-coloniais permite não apenas vincular certos grupos a determinados ambientes, como também evidencia a capacidade de interação destas populações com paisagens diversas daquelas onde encontravam-se melhor adaptados. Os ceramistas-horticultores guarani orientavam suas rotas de migração e expansão territorial com base no curso dos grandes rios, a conexão através do Jacuí possibilitava o acesso à zona litorânea e às terras altas do interior do Estado onde poderiam captar recursos líticos, ao passo que os ceramistas do planalto norteavam seu deslocamento pelas matas de araucária, porém, sazonalmente exploravam áreas para além deste território, atingindo o ambiente lacustre e litorâneo da planície costeira, um ambiente rico em alimentos. “O vale do Jacuí e suas adjacências foi, sem dúvida, uma região de difusão de modas culturais entre o litoral e o interior no sentido leste-oeste, e entre a encosta do planalto e o Uruguai, no sentido norte-sul” (PROUS, 1992, p. 155-156). A

concepção de sociedades pré-coloniais circunscritas a determinados espaços, evoluindo de forma isolada sem contato cultural é pouco provável neste contexto, onde o Alto Jacuí é colocado como importante rota migratória.

[...] fica clara a importância do rio Jacuí e seus afluentes para a fixação e manutenção de agrupamentos humanos ao longo de seu leito. Inicialmente, isso se justifica pelo fato de o rio ser uma via de locomoção rápida e disponível o tempo todo. Subindo pelo rio ou pelos afluentes da margem esquerda, os habitantes poderiam chegar ao Planalto. Áreas de campo seriam acessadas, descendo pelo mesmo. A capacidade erosiva, a transportadora e a deposicional do rio contribuem para a formação dos enormes depósitos (cascalheiras) de seixos rolados de basalto, arenito e calcedônia. Disponível a poucos metros dos sítios, se constitui em local para obtenção da matéria-prima lítica de seus ocupantes. As águas também trazem e depositam junto às barrancas a argila, que pode ser utilizada na confecção da cerâmica, e na várzea depositam o solo fértil para os cultivos. O rio ainda é excelente fonte para obtenção de proteína animal através da pesca e coleta de moluscos (KLAMT, 2004, p. 54).

Os contatos culturais que caracterizam uma zona de fronteira podem ter se desenvolvido em momentos distintos no Alto Jacuí, tornando-se mais efetivos principalmente ao longo do último milênio.

Kern (1997) observa que a extinção da megafauna e as alterações climáticas ocorridas antes do holoceno médio, provavelmente forçaram as populações de caçadores-coletores adaptados as áreas de campo a se readaptarem as florestas subtropicais das margens dos rios e encostas do planalto, resultando em relações de interação e adaptação cultural.

É interessante notar o sucesso desta adaptação, quando percebemos que os grupos de caçadores e coletores das zonas de campo, da tradição lítica Umbu, começaram a utilizar alguns implementos líticos da tradição Humaitá quando penetraram nas fímbrias das florestas da encosta do planalto gaúcho, na Depressão Central. [...] Os sítios de contato da margem esquerda do Rio Jacuí e de seus afluentes mostram como podem se influenciar mutuamente as culturas de dois grupos diferentes de caçadores-coletores, a partir do momento em que passam a coexistir em ambientes contíguos (KERN, 1997, p. 156).

Há evidências de interação entre distintas populações de caçadores-coletores e destes com ceramistas-horticultores estabelecidos em áreas adjacentes, como a incidência de zoolitos de culturas litorâneas tanto no planalto como nos vales do Jacuí, a incorporação do tembetá guarani pelos caçadores-coletores e a assimilação da boleadeira pelos horticultores guarani. Porém, os dados são insuficientes para desvelar a complexidade das relações sociais. Todavia, é plausível considerar que a dinâmica exploratória difundida pelos horticultores tenha contribuído para o aniquilamento ou incorporação progressivamente das populações de caçadores-coletores. Datações de sítios arqueológicos nos vales do Jacuí apontam a contemporaneidade dos grupos de caçadores-coletores e ceramistas-horticultores, mantendo-se em áreas periféricas, mas relativamente próximas (MACHADO, 2008).

Por outro lado, ao tratarmos da questão do contato entre os portadores das tradições ceramistas Vieira, Tupiguarani e Taquara, as interpretações se mostram mais consistentes. Segundo Rogge (2004), fatores como o crescimento populacional e a intensa ocupação e exploração das áreas de mata estacional, fez com que os horticultores guarani explorassem as áreas de fronteira e ambientes distintos dos quais estavam adaptados, forçando-os a desenvolverem uma nova estratégia de expansão territorial baseada na integração e convivência com os habitantes dos campos e do planalto, uma estratégia economicamente mais viável em contraposição ao custo de adaptação, controle e defesa de zonas fronteiriças.

Em tais condições, este processo de integração impulsionado pela nova dinâmica migratória se mostra mais evidente e efetivo a partir de aproximadamente mil anos A.P (Ver figura 34). Brochado (apud ROGGE, 1996) em pesquisas realizadas na década de 1970, já apontava o afastamento progressivo das aldeias guarani dos grandes rios, representado no registro arqueológico.

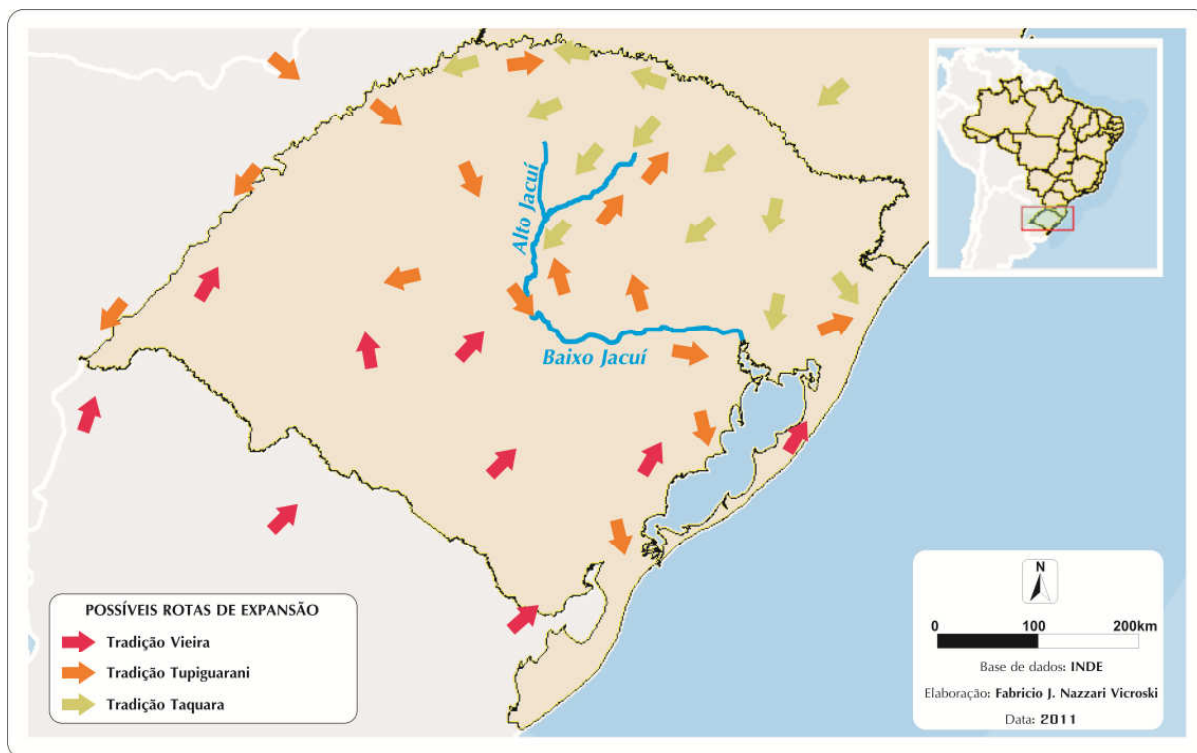


Figura 34 – Prováveis rotas de deslocamento dos povos ceramistas

Elaboração: Fabrício J. Nazzari Vicoski

Ao passo que o contato com os portadores da tradição Vieira mostra-se mais intenso com os horticultores guarani, e circunscrito ao baixo Jacuí e as bordas do planalto, o ápice de uma das principais áreas de contato entre os portadores da tradição Taquara e Tupiguarani parece convergir para o Alto Jacuí, a partir dos seus afluentes da margem esquerda em direção ao Planalto Médio. Nas terras altas de Passo Fundo, um ambiente de nascentes relativamente distante dos grandes cursos d'água, o registro arqueológico aponta tanto a presença dos horticultores do planalto associados à tradição Taquara e as casas subterrâneas como vestígios dos horticultores guarani.

À medida em que a intensa colonização e exploração dessas áreas de mata se desenvolve, uma forte pressão sobre os recursos ambientais das áreas mais amplas e férteis das várzeas, especialmente na bacia do Rio Jacuí, induzida por um rápido crescimento populacional, pode ter levado essas populações a buscarem alternativas econômicas na exploração das áreas ocupadas pelas populações portadoras das outras duas tradições cerâmicas, desencadeando processos de contato sistemático (ROGGE, 2004, p. 17-18).

Entre as evidências de contato destaca-se a incidência de vestígios cerâmicos de grupos distintos num mesmo sítio arqueológico, obviamente não de forma sobreposta, mas contemporânea, denotando o intercâmbio econômico e possivelmente de indivíduos. Também é perceptível (mesmo que de forma incipiente) o compartilhamento de técnicas, formas e elementos estilísticos. O mesmo ocorre com a tipologia lítica das tradições Tupiguarani e Taquara, sobretudo, entre os artefatos polidos, que guardam grande similaridade.

Em certa instância não apenas o compartilhamento de determinados elementos da cultura material pode representar situações de contato, mas também a própria manutenção e o incremento de certas características e comportamentos, nos permitindo pensar, por exemplo, o processo de produção oleira não somente como resultado das condições físicas e necessidades primárias, mas também como fruto das necessidades simbólicas de um determinado modelo cultural, onde a interação com diferentes grupos passa a exigir a afirmação e expressão identitária, em que a escolha consciente de determinada característica tecno-tipológica materializada na cultura material pode ser entendida como estratégia de demarcação e diferencial social (DIAS, 2007).

Tanto no planalto como na planície litorânea registra-se a existência de sítios Taquara e Tupiguarani estabelecidos em áreas próximas durante o mesmo período, ou então a justaposição de vestígios tanto em níveis estratigráficos sobrepostos como contemporâneos, denotando a existência de áreas de domínio compartilhadas, logo, fronteiras que integram mais do que limitam.

Apesar da adaptação e preferência por determinados ambientes, o aproveitamento de recursos alimentares variados era uma necessidade entre estas populações, exigindo que consideremos a mobilidade sazonal destes grupos, seguramente outro fator que estimulou o contato cultural nas zonas de fronteira.

A fissão social estimulada por conflitos internos também pode ser tomada com um elemento de impulso à exploração de diferentes ambientes e, conseqüentemente, de eventuais contatos e integrações entre diferentes povos.

A horticultura, propiciando a sedentarização (mesmo sazonal) e a concentração de indivíduos num mesmo local, impõe a emergência de mecanismos reguladores de tensões, que quando as comunidades excedem as largas centenas de indivíduos passam a ser difíceis de controlar sem a

criação de estruturas de poder apoiadas numa diferenciação social crescente. A resposta tradicionalmente prevalente nas sociedades pré-históricas foi a fissão social, ou seja, o abandono de uma parte do grupo, que sai do território de origem e ocupa um novo espaço (OOSTERBEEK, 2009, p. 81-82).

Os registros etnohistóricos evidenciam a predominância étnica dos jê meridionais ao longo dos séculos XIX e XX no interflúvio do Alto Uruguai e Alto Jacuí, região compreendida pelo Campo do Meio, onde estavam instaladas as vinte e três tribos subordinadas ao Cacique Braga em meados do século XIX (BECKER, 1991). Apesar da relativa uniformidade étnica, os conflitos eram frequentes e o fenômeno da fissão social certamente se fazia presente, impulsionando situações de contato cultural, desta vez com o colonizador europeu, representando situações análogas que provavelmente ocorreram durante a pré-história.

Em suma, trabalhamos com a premissa de que o contato cultural ocorrido em zonas de fronteira durante a pré-história pode ser considerado como uma necessidade social, materializada na cultura material das populações envolvidas, que passa a incorporar o contexto do conteúdo simbólico em sua concepção, utilizado como elemento de afirmação identitária construída e revelada através de relações de alteridade. Sob esta perspectiva, no contexto da pré-história regional, acreditamos que a convergência e transição de diferentes características do meio físico, biótico e antrópico de forma especial no Alto Jacuí, lhe atribuem um caráter de fronteira com condições favoráveis ao estudo das relações de integração e cooperação inter-étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocarmos a temática da pré-história regional em pauta, não estamos limitando o enfoque a um determinado espaço físico e temporal, mas sim privilegiando lugares nem sempre contemplados pela pesquisa histórica, abarcando a importância e particularidades da abordagem regional que passa a agregar conhecimento ao contexto macro.

Com a diversificação de fontes e a ampliação do conceito de documento histórico proporcionados pela Nova História, a cultura material passa a adquirir grande importância na análise das sociedades pré-históricas. Quando articulamos a abordagem com a perspectiva teórica oferecida pela arqueologia contextual, percebemos que o registro arqueológico também pode subsidiar apreciações sobre o conteúdo simbólico da cultura material, no caso do Alto Jacuí, o estudo revelou seu caráter de fronteira, e sua inserção no contexto de ocupação e exploração pré-histórica do Estado.

O histórico das principais pesquisas arqueológicas evidenciou a predominância dos estudos relacionados ao licenciamento arqueológico, desenvolvidos de forma pontual e raramente publicados. Os trabalhos de cunho analítico e interpretativo geralmente devem-se à arqueologia acadêmica. Ao congregarmos as informações disponíveis, percebemos a predominância das pesquisas na extremidade sul da bacia, na área de transição entre o alto e o baixo curso do Jacuí. Para as terras altas do planalto médio, as informações são ainda muito esparsas e incipientes.

De forma geral, o registro arqueológico demonstra um processo de povoamento articulado com o restante do Estado, situando a ocupação mais remota do Alto Jacuí aproximadamente ao Holoceno inicial. As primeiras populações eram compostas por caçadores-coletores, habitavam tanto as áreas de campo como os vales dos grandes rios, são identificadas pelas tradições Umbu e Humaitá, classificação estabelecida pelo PRONAPA com base em sua indústria lítica.

Por volta de dois mil anos atrás, iniciou-se um novo processo de exploração e povoamento deste território, estimulado por migrações de grupos ceramistas-horticultores. As primeiras levadas são atribuídas aos horticultores guarani, identificados pela tradição arqueológica Tupiguarani. Suas rotas de migração acompanhavam o curso dos grandes rios. Teriam adentrado no Estado a partir da região noroeste, onde a formação de um eixo entre os

rios Uruguai, Ijuí e Jacuí, proporcionou seu acesso às terras do interior e, posteriormente, à planície costeira.

Outra leva populacional composta por grupos falantes do tronco linguístico jê meridional (tradição Taquara) teria adentrado no Estado pela região norte/nordeste praticamente no mesmo período. Habitavam as terras altas do planalto, sua migração acompanhava as florestas de araucária, paisagem que tem seu limite meridional no Baixo Jacuí.

Eventualmente também há registros arqueológicos de outros grupos ceramistas identificados pela tradição Vieira. No entanto, adaptados predominantemente ao ambiente de campo, limitaram sua área de expansão ao baixo curso do Jacuí e, esporadicamente à área de transição entre o alto e o baixo curso.

A bacia do Alto Jacuí é uma região de convergência e transição de diferentes características ambientais, de ordem ecológica, geomorfologia, geológica, hidrológica, entre outros elementos. A diversidade do meio físico e biótico, com paisagens compatíveis com os padrões de assentamento de populações de caçadores-coletores e ceramistas-horticultores, fez com que a região congregasse também variadas formas de exploração e ocupação humana durante a pré-história, conferindo-lhe não apenas um caráter de fronteira ambiental, mas também cultural.

Com a proposta de sistematizar as informações referentes ao povoamento pré-histórico do Alto Jacuí, e, na medida do possível realizar uma tentativa inicial de interpretação analítica dos dados, fomos instigados a abordar sua dimensão simbólica através da perspectiva de uma zona de fronteira, evidenciada através da cultura material.

O registro arqueológico aponta evidências de contato cultural entre diferentes populações pré-históricas em praticamente todo o território nacional, o mesmo ocorre para a bacia do Alto Jacuí.

Os primeiros fenômenos de contato entre os caçadores-coletores ocasionalmente foram impulsionados pelo contexto climático do Holoceno inicial. A extinção da megafauna e a limitação de recursos alimentares provavelmente impeliram o deslocamento das populações que habitavam as áreas de campo da Campanha para a região dos vales dos grandes rios, onde a disponibilidade de alimentos era maior. Nesta conjuntura, o Alto Jacuí se apresentava como

um dos principais refúgios e via de acesso as terras altas. O registro arqueológico evidencia que neste processo de readaptação e contato, os habitantes dos campos passaram a incorporar determinados elementos da indústria lítica dos povos do planalto. Por volta de dois mil anos atrás, estas populações passaram a dividir espaço com os ceramistas-horticultores.

Outro momento de intensificação do contato cultural parece ter ocorrido aproximadamente a partir de mil anos A.P., principalmente entre as populações portadoras das tradições ceramistas Tupiguarani, Taquara e Vieira.

Cada um destes grupos estava adaptado a um determinado ambiente. A emergência de determinados fatores estimularam a intensificação do contato cultural nos limites entre esses ambientes, criando zonas de fronteira onde as relações sociais ocorriam de forma dinâmica, propiciando a integração e afirmação étnica.

Os portadores da tradição ceramista Tupiguarani são apontados como os principais catalisadores deste processo. Fatores como o elevado crescimento demográfico e a intensa ocupação e exploração das áreas adjacentes aos grandes rios, fez com que os horticultores guarani explorassem áreas de fronteira, distanciando-se de seu ambiente natural e adentrando nas encostas do planalto. Neste processo, o alto curso do rio Jacuí e seus afluentes da margem esquerda desempenharam um papel de destaque como rota de deslocamento e acesso à região do interflúvio do Alto Uruguai e Alto Jacuí.

A mobilidade sazonal decorrente da necessidade de aproveitamento de recursos alimentares variados, bem como a fissão social estimulada por conflitos internos, também podem ser tomados como fenômenos que promoveram as situações de contato cultural nas zonas de fronteira.

Tais relações exigiram de seus protagonistas a formulação de estratégias dinâmicas de interação. No caso dos horticultores guarani, a expansão territorial para além de suas áreas tradicionais de ocupação determinou a adoção de procedimentos baseados na integração e convivência com os demais grupos humanos, uma estratégia economicamente mais viável do que situações de conflito.

Na área em questão, o contato entre os portadores das tradições ceramistas Vieira e Tupiguarani esteve limitado às encostas do planalto. Entendemos que o Alto Jacuí se apresenta como uma área extremamente favorável aos estudos sobre contato cultural entre os

horticultores guarani e a tradição Taquara. Ao passo que a expansão guarani se dava pelo planalto em direção as nascentes do Jacuí, atingindo em seguida o alto curso do rio Uruguai, o deslocamento dos grupos associados à tradição taquara acompanhava a área de abrangência da mata subtropical com araucária, a partir da região norte/nordeste até a área de transição entre o alto e o baixo curso do rio Jacuí. Em dado momento o domínio territorial compartilhado se fez necessário entre as frentes de expansão.

Diante deste contexto, é plausível abordarmos a bacia do Alto Jacuí como uma zona de fronteira durante a pré-história. O contato cultural era uma necessidade social, onde a articulação e mediação dos interesses das partes envolvidas exigiam a formulação de estratégias visando à construção e afirmação da identidade etno-cultural. Ao analisarmos o registro arqueológico, é necessário que consideremos o contexto em que se construíam as relações de alteridade, então expressas e materializadas na cultura material, que passou a incorporar elementos de ordem simbólica em sua concepção.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de. *A arqueologia como semiologia da cultural material*. Revista de Guimarães, n.º 105, p. 21-44. Casa de Sarmento, Centro de Estudos do Patrimônio. Universidade do Minho: 1995.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.
- BECKER, Ítala Irene Basile. *O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul*. In: SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1991.
- BERNARD, Maria Ludwika, KOZŁOWSKI, Janusz Krzysztof. *Wprowadzenie w Zagadnienia Archeologii*. Kraków: Uniwersytet Jagiellonski, 1975.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BULHOES, José Correia Rangel de. *Plano topográfico do continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catharina tirado dos Planos dados em 1781 para a instrução dos Comissarios da Demarcação do Sul*. Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt> Acesso em abril de 2011.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 2 ed, São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BROCHADO, José Joaquim Justino Proenza. *Projeto Arqueológico Ivorá: Padrões de Assentamento e Adaptação Ecológica dos Grupos Pré-Históricos na Borda do Planalto Meridional, RS*. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Porto Alegre: PUCRS, 1991.
- BRUNET, Michel, et al. *A new hominid from the Upper Miocene of Chad, Central Africa*. NATURE, vol. 418, 11 july, 2002.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. *Arqueologia e Recursos Hídricos: A Evolução dos Conceitos e Procedimentos de Avaliação e Mitigação dos Impactos de Empreendimentos Hidrelétricos*. Trabalho apresentado na VI Reunião Anual da Seção Brasileira da IAIA – Associação Internacional de Avaliação de Impactos. São Paulo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, 1997.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. *As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)*. Cadernos do CEOM, Ano 21, n.29. Bens Culturais e Ambientais. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2008.

COAJU. *Relatório de Atividades 2009-2010. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Uruguai*. Divisão de Extensão da Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2010.

COAJU. *Plano de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí. Consolidação das Informações Existentes sobre os Recursos Hídricos da Bacia. Relatório T-2/2009*. Passo Fundo: COAJU, 2009.

CORDEIRO, Darlan Pereira. *Conhecendo Arqueologia*. Itajaí: Ed. do Autor, 2006.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato (Org.). *Os primeiros Habitantes do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, IPHAN, 2004.

DIAS, Adriana Schmidt. *Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Mabilde e seus "apontamentos" sobre os coroados selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio (Org.). *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo, NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. 2 v. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.) *Povos Indígenas. História Geral do Rio Grande do Sul*, vol. 5. Méritos: Passo Fundo, 2009.

GOLIN, Tau. *O povo do pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

GUIBERNAU, Montserat. *Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HEREDIA, Edmundo. *La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. III Jornadas de las Relaciones Internacionales. Buenos Aires, 1996, p. 291-311.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia; GASPARG, Madu. *Pré-História do Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

História Ilustrada do Rio Grande do Sul. JÁ Editores: Porto Alegre 1998.

ITAQUI, J. *Quarta Colônia – Inventário Técnico de Flora e Fauna*. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

KLAMT, Sérgio Célio. *Programa de acompanhamento e salvamento arqueológico na RS/471, trecho Santa Cruz do Sul – Barros Cassal, RS e Lote 2 da RS/481-Salto do Jacuí, RS*. Relatório semestral de atividades. Santa Cruz do Sul: CEPA, 2003.

KLAMT, Sérgio Célio; MACHADO, Ademir José. *Relatório Técnico de Vistoria Arqueológica – RTVA no Residencial Bosque Village, Passo Fundo, RS*. Santa Cruz do Sul: CEPA, 2008.

KLAMT, Sérgio Célio; MACHADO, Ademir José. *Projeto de Prospecção e Monitoramento Arqueológico na área de implantação do Condomínio Residencial Bosque Village, Passo Fundo, RS*. Santa Cruz do Sul: CEPA, 2009.

KLAMT, S.C. *A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí, RS*. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PPGH. Dissertação de Mestrado, 1996.

KLAMT, S.C. *A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí, RS*. Edunisc: Santa Cruz do Sul. Revista do CEPA. V.23, nº29, 1999, p. 218-222.

KLAMT, S.C. *Uma Contribuição para o Sistema de Assentamento de um Grupo Horticultor da Tradição Cerâmica Tupiguarani*. Porto Alegre. PPGH. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 2004.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

KERN, Arno Alvarez (Org). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

YOUNG Jr., T. Cuyler. *Since Herodotus, has History been a valid concept?* American Antiquity. Washington: SAA, v. 53, n.1, p. 7-12, 1988.

LA SALVIA, Fernando, BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. 2.ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAWECKA, Dorota. *Wstep do Archeologii*. Warszawa - Kraków: Wydawnictwo Naukowe, 2003.

LIMA, Taís Vargas; BROCHADO, José Proenza. *Petroglifos do Abrigo do Barreiro*. In: *Estudos Ibero-Americanos*. V. Xx, n.1. Porto Alegre: PUCRS, p. 47 – 61. Julho de 1994.

LIMA, Taís Vargas. *Relatório final de atividades do projeto arqueológico LT 69Kv Candelária/Centro Cerra-RS*. Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. Porto Alegre, 2008.

LIMA, Taís Vargas. *Relatório Técnico de Vistoria Arqueológica na Linha de Transmissão LT 138Kv – PCH Ernesto Jorge Dreher*. BME/Emproflora. Porto Alegre, 2006.

MACHADO, Ademir José. *Avançar, Adaptar e Permanecer: A Tradição Tupiguarani no Médio Rio das Antas*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGH/Unisinos, 2008.

MALLMANN VICROSKI, Cristine. *Manifestações Artísticas na Pré-História: O Caso da Arte-Rupestre no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. URI: Erechim, 2009.

MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 4.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTA, Myrian Becho e BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005, V. 1.

MOTA, Myrian Becho e BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005, V. 3.

NDH/PPGH/UPF. *Documentos Imperiais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Transcrição realizada pelo Núcleo de Documentação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Coordenador Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin. Passo Fundo, 2009.

OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia da Paisagem no Sul do Brasil: Contributos*. Erechim: Habilis, 2009.

PROUS, André. *Pré-História Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1992.

Relatório de Atividades 2009-2010. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Uruguai. Divisão de Extensão da Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2010.

REDMAN, C. L. *Multistage fieldwork and analytical techniques*. *American Antiquity*, v.38, n. 1, p. 61-79, 1973.

REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no espaço platino*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *Colônia. História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Passo Fundo: Uergs, PPGH-UPF, Méritos, 2006, v.1, p. 43-64.

REIS, José Alberione dos Reis. *Arqueologia dos Buracos de Bugre: Uma Pré-História do Planalto Meridional*. Caxias do Sul, EDUCS, 2002.

REIS, Maria José. *A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense*. Erechim: Habilis, 2007.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul. *Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz (et ali). *Arqueologia no Planalto Meridional entre os Vales dos Rios Jacuí e Pardo/RS*. Nota prévia. Publicação Avulsa N.º1. APESC/PUC-RS. EMMA: Porto Alegre, 1978.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz (et ali). *Arqueologia no Planalto Meridional entre os Vales dos Rios Jacuí e Pardo/RS*. Nota prévia. Publicação Avulsa N.º1. APESC/PUC-RS. EMMA: Porto Alegre, 1978.

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de Fronteira: Um Estudo das Situações de Contato entre os Portadores das Tradições Ceramistas Pré-Históricas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

- ROGGE, Jairo Henrique. *Adaptação na Floresta Subtropical: A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí e no Rio Pardo*. Documentos 06. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1996.
- SANTOS, Marcos César Pereira. *Documento Material: Entre a Arqueologia e a História*. ARKEOS. Perspectivas em Diálogo nº 28. Projecto Porto Seguro. Tomar: CEIPHAR, 2010.
- SANDRS, William T., MARINO, Joseph. *Pré-História do Novo Mundo: Arqueologia do Índio Americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1991.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS*. Documentos 08. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 2000.
- SERIACOPI, Gislane., SERIACOPI, Reinaldo. *História: Volume único*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2006.
- SIMON, Mário. *Os Sete Povos das Missões – Trágica Experiência*. Santo Ângelo: Editora Santo Antônio, 1984.
- SOARES, André Luis R. *Contribuição à Arqueologia Guarani: Estudo do Sítio Röpke*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SOUZA, Alfredo Mendoça de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- TENÓRIO, Maria Cristina (Org). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- THADDEU, Vera Lúcia Trommer. *Diagnóstico do Potencial Arqueológico na rodovia RS/332, trecho de contorno de Soledade*. DAER/RS; HAR Engenharia e Meio Ambiente. Porto Alegre, 1999.
- TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odyseus, 2004.
- VERONEZE, Ellen. *A Ocupação do Planalto Central Brasileiro: O Nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado em História (PPGH/UNISINOS). São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- VICROSKI, Fabricio José Nazzari. *O Alto Uruguai na Pré-História: Vestígios do Passado em Erechim e Região*. Monografia de Conclusão de Curso. Erechim: URI, 2008.
- VICROSKI, Fabricio J. Nazzari; THADDEU, Vera Lúcia Trommer. *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural na Área de Pavimentação da Rodovia 386 BR 9465. Almirante Tamandaré / Coqueiros do Sul. Relatório de Pesquisa*. Erechim: GEONATURAE - Comércio e Serviços Ambientais LTDA, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, Região e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas*. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, s/d.